



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA -
PARFOR



**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
LICENCIATURA EM
LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA**

*BATALHA
CASTELO DO PIAUÍ
MIGUEL ALVES
PEDRO II*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras-Português (1ª Licenciatura) da Universidade Federal do Piauí do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina – Piauí, a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, no período 2022.2, nos municípios de Batalha, Castelo do Piauí, Miguel Alves e Pedro II.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
Campus Ministro Petrônio Portella | Teresina-PI

REITOR:

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR:

Profa. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO:

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO:

Prof. Dr. Luis Carlos Sales

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO:

Dra. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO:

Prof. Dr. Luiz Sousa Santos Junior

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA:

Profa. Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS:

Prof. Dr. Willams Costa Neves

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Silvana Santiago da Rocha

Coordenadora Geral de Graduação

Maria Rosalia Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Leoma Albuquerque Matos

Diretor de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Josânia Lima Portela Carvalhedo

Coordenadora de Seleção e Programas Especiais

Maria da Glória Duarte Ferro

Coordenadora do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, na UFPI

Ana Caroline Moura Teixeira

Assistente da Pró-Reitoria

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS:

Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro

VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS:

Prof. Dr. João Benvindo de Moura

COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS DO PARFOR/UFPI

Profa. Dr. João Benvindo de Moura

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS:

Profa. Dra. Carolina de Aquino Gomes

Profa. Ma. Jasmine Soares Ribeiro Malta

Profa. Dra. Maria Goreth de Sousa Varão

Prof. Dr. Naziozênio Antonio Lacerda

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Profa. Dra. Carolina de Aquino Gomes

Profa. Ma. Jasmine Soares Ribeiro Malta

Prof. Dr. Carlos André Pinheiro

Profa. Dra. Iveuta de Abreu Lopes Prado

Prof. Dr. Naziozênio Antonio Lacerda

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO:

Prof. Dr. Carlos André Pinheiro

Prof. Dr. Francisco Alves Filho

Prof. Dr. Naziozênio Antônio Lacerda

Profa. Ma. Raimunda Maria dos Santos

Profa. Dra. Maria Goreth de Sousa Varão

Profa. Dra. Carolina de Aquino Gomes

Prof. Me. Hermito Leite de Carvalho Filho

Prof. Dr. João Benvindo de Moura

Profa. Dra. Maria Elvira Brito Campos

Profa. Ma. Jasmine Soares Ribeiro Malta

Profa. Dra. Iveuta de Abreu Lopes Prado

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO DE LETRAS-PORTUGUÊS:

Luane Pereira de Carvalho

REVISOR:

Prof. Dr. João Benvindo de Moura

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí – UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro: Ininga, s/n. Teresina-PI. CEP: 64049-550.

CIDADE: Teresina-PI

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa

CÓDIGO DO CURSO: 32832

RECONHECIMENTO DA CRIAÇÃO DO CURSO: DECRETO: Senado Federal | Presidência da República - 54.038, de 23 de julho de 1964 e PUBLICAÇÃO: 23 de julho de 1964

RECONHECIMENTO DO CURSO: PORTARIA MEC nº 922, de 27 de dezembro de 2018; PUBLICAÇÃO: DOU - 28 de dezembro de 2018, Edição 249, Seção 1, página 283

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa

MODALIDADE: Ensino presencial

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO:

MÍNIMO: 4 anos

MÉDIA: 4 anos e meio

MÁXIMO: 6 anos

PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: mínimo de 4 anos e máximo de 7 anos.

ACESSO AO CURSO: Cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: Créditos (Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores cursistas (janeiro/fevereiro e julho).

TURNOS DE OFERTA: Integral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 55 vagas por turma e semestre, conforme cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
DISCIPLINAS TEÓRICAS		
Obrigatórias	1.860	124
Optativas	135	9
Trabalho de Conclusão de Curso	30	2
Subtotal de Disciplinas Teóricas (A)	2.025	135
PRÁTICA PEDAGÓGICA		
Prática dos componentes curriculares		
Obrigatórias	285	19
Trabalho de Conclusão de Curso	120	8
Subtotal de Prática como Componente Curricular (B1)	405	27
Estágio Supervisionado		
Estágio Supervisionado	405	27
Subtotal Estágio Supervisionado (B2)	405	27
TOTAL PRÁTICA PEDAGÓGICA B (B1+B2)	810	54
ACC – ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (D)	200	-
ACE – ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (10%) (E)	345	23
TOTAL GERAL DO CURRÍCULO (A+B+C+D+E)	3.380	212

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa	11
1.2 Contexto Regional e Local	14
1.3 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso	17
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	20
2.1 Princípios Curriculares	20
2.1.1 Opções Teóricas	20
2.1.2 Opções Metodológicas	21
2.2 Objetivos do Curso	22
2.2.1 Objetivo Geral	22
2.2.2 Objetivos Específicos	22
2.3 Perfil do Egresso	22
2.3.1 Competências e Habilidades	24
2.3.2 A Prática Pedagógica	25
3 PROPOSTA CURRICULAR	26
3.1 Estrutura e Organização Curricular	27
3.1.1 Matriz Curricular.....	28
3.1.1.1 Relação de Disciplinas Optativas	32
3.1.1.2 Prática Pedagógica	33
3.1.1.3 Relação de Disciplinas - Prática como Componente Curricular.....	35
3.1.1.4 Relação de Disciplinas e seus Respectiveos Conteúdos Transversais	36
3.1.2 Fluxograma	38
3.2 Estágio, Atividades Complementares, Extensão e TCC	39
3.2.1 Estágio Obrigatório.....	39
3.2.1.1 Fundamentos Legais	39
3.2.1.2 Sistemática de Operacionalização - Objetivos e Caracterização	41
3.2.1.3 Organização Administrativa e Didático-Pedagógica	41
3.2.1.4 Formas de Operacionalização	43
3.2.2 Atividades Curriculares Complementares – ACC.....	46

3.2.2.1 Atividades de Iniciação à Docência: estágios não obrigatórios, experiências profissionais e monitorias.....	47
3.2.2.2 Atividades de Pesquisa: programas de iniciação científica	47
3.2.2.3 Atividades de Gestão	48
3.2.2.4 Programas de Extensão: cursos/atividades em áreas afins, aprovação ou premiação em concursos.....	48
3.2.2.5 Trabalhos Publicados	49
3.2.2.6 Atividades Artístico-Culturais, Esportivas e Produções Técnico-Científicas	49
3.2.2.7 Registro das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.....	49
3.2.3 Atividades Curriculares de Extensão – ACE.....	56
3.2.4 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	59
3.3 Metodologia.....	61
3.3.1 O Papel do Aluno.....	62
3.3.2 O Papel do Professor.....	63
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	63
4.1 Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão	64
4.2 Apoio ao Discente	65
4.2.1 Previsão de Atendimento a Estudantes Portadores de Necessidades Especiais	65
5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	66
5.1 Avaliação da Aprendizagem	66
5.1.1 Avaliação Institucional.....	67
5.1.2 Objetivos da Avaliação Interna da UFPI	67
5.1.3 Desenvolvimento Metodológico	68
5.1.4 A avaliação do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.....	69
5.1.5 A Avaliação da Aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa	69
5.2 Avaliação do PPC.....	70
6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS.....	70
6.1 ÁREA: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA.....	70
6.1.1 Disciplinas obrigatórias	70
6.2 ÁREA: LINGÜÍSTICA	77
6.2.1 Disciplinas obrigatórias	77
6.2.2 Disciplinas optativas	89

6.3 ÁREA: ESTUDOS LITERÁRIOS	99
6.3.1 Disciplinas obrigatórias	99
6.3.2 Disciplinas optativas	106
6.4 Atividades Curriculares de Extensão	115
7 CORPO DOCENTE	121
7.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE	121
7.2 Atuação e Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	122
7.3 Perfil do Corpo Docente	123
8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	123
8.1 Local de Funcionamento, Infraestrutura e Laboratórios.....	123
8.2 Comitê de Ética em Pesquisa.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXOS	132
ANEXO I	133
Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC.....	133
ANEXO II	140
Regulamento Estágio Supervisionado Obrigatório	140

APRESENTAÇÃO

Considerando os novos desafios apresentados à Educação Superior, especialmente, no que compete à formação de professores em efetivo exercício na sala de aula, em face das intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que têm ocorrido na sociedade contemporânea, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) propõe a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras-Português, a ser implementado a partir do segundo semestre de 2022, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), em consonância com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, definidas pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019.

O **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** foi estruturado a partir de uma perspectiva histórico-cultural, cujo objetivo de maior relevância é construir uma visão ampla de língua e literatura, sempre observando a diversidade e as especificidades dos fenômenos linguísticos e literários. Na tentativa de garantir um padrão de qualidade para a formação acadêmica, o **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** promove práticas que visam à educação inclusiva e contextualizada; à formação continuada do profissional na área de Letras; e ao emprego de novas tecnologias na prática docente.

Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam o processo de constituição da língua portuguesa e de suas literaturas, dos textos, dos discursos e dos sujeitos que os utilizam, da transposição didática, sempre articulando a teoria à prática, segundo prescrevem as diretrizes para os parâmetros curriculares da educação nacional.

1 INTRODUÇÃO

O currículo do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** constitui-se de uma base formada por conhecimentos linguísticos, literários e socioculturais que se inter-relacionam com o fenômeno educativo, compreendendo a linguagem como uma ferramenta de comunicação e de participação social capaz de promover o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos. Espera-se poder trabalhar questões educacionais de acordo com a realidade do Estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar os atuais professores de Língua Portuguesa (já no exercício de sua profissão, porém, sem a devida formação) com novas formas de intervenção didática, graças à aplicação de ferramentas metodológicas inovadoras.

Esta nova proposta curricular visa ao cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população em geral, com o objetivo de atender, eficientemente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente. Com base nesse princípio norteador, o Curso buscará qualificar os atuais professores de língua portuguesa das redes públicas de ensino que ainda não possuem a formação adequada neste campo.

Os egressos do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** receberão a formação adequada para continuar atuando nas redes públicas municipais e estaduais do Piauí, às quais já são vinculados, prestando um serviço educacional com bases formadoras, advindas do ensino superior, com a qualidade proporcionada por um curso de graduação da Universidade Federal do Piauí. De caráter multifacetado, o referido Curso divide-se fundamentalmente em duas áreas do conhecimento, a saber: estudos linguísticos e estudos literários.

No que se refere ao campo da Linguística, interessa proporcionar ao graduando uma formação vasta nas suas mais diversas áreas e subáreas. Importa, primordialmente, oportunizar aos graduandos uma formação científica da língua, de tal sorte que possam analisar, criticamente, o legado da tradição de estudos sobre língua e linguagem, o qual se corporifica por meio dos estudos gramaticológicos, filológicos, filosóficos retóricos, dentre outros. Depois, interessa fazer com que o alunado se familiarize com as diversas tendências e correntes teóricas dos estudos linguísticos, tais como: o Estruturalismo, o Gerativismo, o Funcionalismo e uma ampla variedade de estudos de interface com outras áreas do conhecimento que dizem respeito à atividade do pesquisador e do docente de língua materna, tais como: a Sociolinguística, a Neurociência Aplicada à Linguagem, a Psicolinguística, dentre outras.

Quanto ao campo dos Estudos Literários, visa-se fazer com que o graduando constitua um aparato crítico-teórico amplo, de sorte que ele compreenda os processos de criação do fenômeno literário, os fundamentos da crítica literária da nossa civilização e os recursos estilísticos que assinalam os diferentes movimentos da arte. Interessa, ainda, proporcionar ao discente um panorama da diversidade cultural através das representações sociais, do relato das experiências humanas e do trabalho estético com a

linguagem operados no texto literário. Por fim, importa compor um cabedal de cultura literária basilar para a atuação docente apropriada nas séries que competem à área de Letras.

De posse das orientações fundamentais relativas às áreas supramencionadas, o egresso do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** disporá de um arcabouço teórico e prático fundamental para a alteração do perfil educacional do Estado do Piauí, haja vista que a formação do estudante não pode prescindir de conhecimentos filosóficos, sociológicos, ideológicos e histórico-geográficos. O profissional de Letras, em razão da interface característica dos estudos da linguagem com outras áreas do conhecimento, deve ser versado em questões de ordem filosófica (em virtude das quais se deslindam problemas teóricos e metodológicos de natureza linguística e literária); histórico-geográfica (com vistas a destrinçar nuances de concepções, postulados, princípios e cenários de natureza linguística e literária); cognitiva (em razão do envolvimento com os prismas da percepção e da aprendizagem); sociológica e ideológica (a fim de compreender as motivações e as condições de produção de uma série de obras linguísticas e literárias).

A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, imanentes ao **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, são um elemento vital para o crescimento da sociedade. Isso porque uma sociedade pode avançar rapidamente em direção à constituição de um patamar elevado de desenvolvimento social e tecnológico quando o aprendizado de seus membros decorre de fontes diversas. Diga-se de passagem, essa é exatamente a missão da formação superior: proporcionar novos padrões de progressão e de sustentação dos avanços científico-tecnológicos.

1.1 Justificativa

A elaboração do **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** resulta de um trabalho planejado coletivamente, envolvendo os membros do Colegiado do curso, o Núcleo Docente Estruturante, a equipe de elaboração do PPC e a participação efetiva de representante discente em todas as suas fases. A elaboração conceitual deste currículo representa mais um passo rumo à consolidação da presença da UFPI nas mais diversas áreas do Estado, as quais carecem, em caráter de urgência, de oferta de ensino de qualidade em uma área estratégica para o crescimento socioeconômico, principalmente em função do papel destinado ao curso de Letras no tocante à área de letramentos e alfabetização.

Com efeito, os Cursos de Licenciatura em Letras assumem um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira e da sociedade piauiense em especial, cujo percentual de analfabetismo é de 16,6%, o terceiro maior do Nordeste, segundo Pnad/IBGE (2017). Uma formação alfabetizadora de qualidade permitirá a progressão escolar bem-sucedida e o acesso a níveis mais elevados de letramento, fundamental para a mudança do perfil da força produtiva no Estado. Uma formação escolar que seja, pois, consequência de uma acertada abordagem teórico-didático-metodológica, a partir da

qual se tenha, como meta, a progressiva e permanente competência quanto aos usos da língua em suas diversas instâncias sociais, permitirá também uma melhor desenvoltura em práticas de escrita e leitura que serão exigidas, por exemplo, em outras disciplinas ao longo da vida escolar do aluno.

Atento às constantes mudanças no âmbito do saber, neste novo currículo foram realizadas uma série de alterações com vista a se adequar às inovações conceituais da área de Letras. Evidentemente, para se alcançar as metas delineadas, faz-se necessário promover uma ampla reformulação curricular, no sentido de poder adequar a realidade do curso tanto à nova conjuntura histórico-social, quanto às novas metodologias de ensino. Por esse motivo, o presente Projeto Pedagógico do Curso está alicerçado em uma série de inovações de caráter estrutural, didático e científico, cujo resultado evidencia a criação de um modelo educacional assinalado pelas dimensões científica, técnica, política, ética e estética. A maioria dessas inovações foram elaboradas a partir das orientações prescritas na Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Dentre os componentes inovadores que constituem o novo Projeto Pedagógico do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, destacam-se:

- I. Promoção de uma educação inclusiva, no sentido que são operacionalizadas políticas educacionais com vista a possibilitar a participação de todos no ensino superior;
- II. Desenvolvimento de um ensino pautado na realidade concreta dos alunos, possibilitando-os relacionar os conhecimentos adquiridos em sala à sua vivência cotidiana;
- III. Criação de ampla grade de créditos práticos e extensionistas articulados às disciplinas de cunho teórico, obedecendo a um preceito basilar da formação universitária (que articula suas ações alicerçadas na tríade “ensino, pesquisa e extensão”) e auxiliando na promoção da educação contextualizada;
- IV. Destaque para as atividades de estágio obrigatório, revelando a importância dada à formação docente e aos mecanismos de transposição didática;
- V. Promoção da interdisciplinaridade, evidenciando uma prática de ensino dinâmica e aberta ao diálogo com outras áreas do conhecimento;
- VI. Abordagem de temas transversais com o intuito de proporcionar ao graduando uma formação ética e politicamente engajada (dentre os conteúdos a serem debatidos, destacam-se: ecossistema e meio ambiente; ética e valores morais; estética; diversidade étnico-racial; diversidade cultural; gênero e sexualidade; expressões religiosas; LIBRAS e cultura surda; tecnologias da informação e faixa geracional e sociocultural como princípio de equidade);

- VII. Modelo de ensino amparado na formação tecnológica com o intuito de proporcionar ao discente o uso competente das tecnologias para seu aprimoramento da prática pedagógica e sua ampliação da formação cultural;
- VIII. Atualização de conteúdos e de posturas críticas referentes às áreas específicas que compõem o curso de Letras;
- IX. Articulação da graduação com a pós-graduação, com o intuito de oferecer ao aluno a oportunidade de ter uma educação continuada.

Além da atualização relacionada às novas concepções de ensino anteriormente discriminadas, este currículo apresenta inovações nas áreas específicas que compõem o curso de Letras. O campo da Linguística, por exemplo, traz como proposta inovadora os seguintes aspectos:

- I. Especial atenção dispensada à relação da linguagem com o ensino e as novas tecnologias;
- II. Concepção de ensino centrada nos multiletramentos, na transdisciplinaridade e nos gêneros textuais e do discurso;
- III. Articulação do ensino com o substrato cultural da cidade;
- IV. Inclusão de áreas do conhecimento ainda não prestigiadas em currículos anteriores.

Já no campo dos Estudos Literários, e em consonância com as mais recentes pesquisas desenvolvidas na área de “Literatura e Ensino”, o novo currículo traz como propostas inovadoras os seguintes aspectos:

- I. Substituição da velha concepção historicista da literatura por uma abordagem de natureza crítico-teórica do texto literário. Guiada pelos preceitos da Literatura Comparada, a matriz foi organizada em tópicos temáticos, nos quais a literatura é trabalhada a partir de uma articulação com conteúdos advindos de outras áreas do conhecimento;
- II. Deslocamento das disciplinas de cunho teórico para a metade da matriz curricular. Historicamente, as disciplinas de Teoria Literária aparecem nos primeiros semestres do curso por acreditar que elas dariam aos alunos todas as ferramentas necessárias para se entender o texto literário. No entanto, a prática tem se mostrado ineficaz, sobretudo porque o aluno precisa ter um bom conhecimento acumulado de literatura para entender as teorias – algo que muito raramente acontece. Como foco principal do ensino, o texto literário deve preceder à teoria, e não o contrário;
- III. Inversão da clássica abordagem cronológica e universalista da literatura. Neste currículo, o contato inicial do aluno com a literatura dá-se a partir da esfera regional e da contemporaneidade, seguindo paulatinamente para a antiguidade e para a produção de outros Estados e países;
- IV. Extinção da antiga divisão da área em Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa. Neste currículo, todas as disciplinas devem necessariamente abranger autores brasileiros, portugueses e de países africanos de Língua Portuguesa. Esse artifício gera mais tempo para se trabalhar a

Literatura Portuguesa (que tinha pouco espaço na antiga matriz) e abre espaço para se pensar, de forma mais substancial, os textos da Literatura Africana. Por fim, o atual formato permite analisar essas literaturas através de uma visão comparatista – aspecto que muito contribui para o entendimento do que seja uma Literatura lusófona.

1.2 Contexto Regional e Local

O Piauí é uma das 26 unidades federativas do Brasil, localizado na região Nordeste, mais especificamente na sub-região chamada Meio Norte, pelo fato de, juntamente com o vizinho estado do Maranhão, possuir também características geográficas semelhantes às dos estados da Região Norte. O Piauí é o terceiro maior Estado nordestino em área territorial. Limita-se com 5 estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; além do oceano atlântico, ao norte (PDI UFPI- 2020-2024).

O território piauiense (251.529 km²) constitui-se numa área geográfica homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença do tipo vegetacional cerrado; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. A população do Piauí totaliza mais de 3 milhões de habitantes (3 milhões e 195 mil). Está organizado geograficamente em 4 mesorregiões, 15 microrregiões e 224 municípios (PDI UFPI- 2020-2024).

Teresina, a capital do Piauí, foi fundada em 16 de agosto de 1852, visto que a primeira capital foi Oeiras, sediada na Mesorregião Sudeste Piauiense, Microrregião de Picos. Teresina fica na Mesorregião Centro Norte Piauiense, possui pouco mais de 840 mil habitantes, sendo que sua região metropolitana, denominada Região Integrada da Grande Teresina, que envolve os municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curalinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Teresina e União, além do município maranhense de Timon (do qual se separa apenas pelo Rio Parnaíba), é detentora de 37% da população do Estado, com 1.189.260 habitantes, segundo o IBGE de 2014 (PDI UFPI- 2020-2024). É considerada a décima terceira capital com melhor qualidade de vida do Norte e Nordeste, segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e a terceira capital mais segura do Brasil, conforme o IPEA (PDI UFPI- 2020-2024).

O **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** objeto deste PPC será realizado em quatro municípios da região Norte do estado do Piauí, quais sejam: Batalha, Castelo do Piauí, Miguel Alves e Pedro II. Apresentamos, a seguir, as características de cada um desses municípios.

O município de Batalha, situado na região Norte do estado do Piauí, possui cerca de 26.951 habitantes, de acordo com a estimativa 2021 do IBGE. Possui IDH de 0,545, considerado baixo, ocupando a posição 171 no estado (PNUD, 2010). No seu entorno estão mais 7 municípios que, juntos, somam uma

população de, aproximadamente 160 mil pessoas. São eles: Barras, Esperantina, Morro do Chapéu, São João do Arraial, Matias Olímpio, Porto e Nossa Senhora dos Remédios.

De acordo com dados do Censo da Educação Básica 2021 (INEP, 2021), foi constatado que 774 professores da rede pública desses municípios necessitam de qualificação na área de língua e literatura portuguesa, assim distribuídos: Batalha (108), Barras (199), Esperantina (176), Morro do Chapéu (34), São João do Arraial (33), Matias Olímpio (78), Porto (83) e Nossa Senhora dos Remédios (63). O centro mais próximo a oferecer tal curso é o município de Piripiri, a 50km, onde está localizado um campus da UESPI. No entanto, a pouca quantidade de vagas ofertadas e a dificuldade de deslocamento, sobretudo para os professores dos municípios do entorno, dificultam a formação.

O município de Castelo do Piauí, situado na região Centro-Norte do estado do Piauí, possui cerca de 19.716 habitantes, de acordo com a estimativa 2021 do IBGE. Possui IDH de 0,587, considerado baixo, ocupando a posição 64 no estado (PNUD, 2010). No seu entorno estão mais 5 municípios que, juntos, somam uma população de, aproximadamente 60 mil pessoas. São eles: Juazeiro, Novo Santo Antônio, São João da Serra, São Miguel do Tapuio e Buriti dos Montes.

De acordo com dados do Censo da Educação Básica 2021 (INEP, 2021), foi constatado que 247 professores da rede pública desses municípios necessitam de qualificação na área de língua e literatura portuguesa, assim distribuídos: Castelo (76), Juazeiro (20), Novo Santo Antônio (3), São João da Serra (19), São Miguel do Tapuio (105) e Buriti dos Montes (24). Os centros mais próximos a oferecer tal curso são os municípios de Piripiri, a 176km, (onde está localizado um campus da UESPI) ou Teresina, capital do Estado, a 189km, onde o curso é ofertado na UESPI e na UFPI. No entanto, a pouca quantidade de vagas ofertadas e a dificuldade de deslocamento dificultam a formação.

O município de Miguel Alves, situado na região Norte do estado do Piauí, possui cerca de 33.901 habitantes, de acordo com a estimativa 2021 do IBGE. Possui IDH de 0,539, considerado baixo, ocupando a posição 185 no estado (PNUD, 2010). Localizado na fronteira com o estado do Maranhão, caracteriza-se pela sua extensa área rural e pelo seu distanciamento geográfico em relação a outros municípios do Piauí. Limita-se com o município de Porto, a 50km; Barras, a 77km e União, a 53km.

De acordo com dados do Censo da Educação Básica 2021 (INEP, 2021), constatou-se que 703 professores da rede pública desses municípios necessitam de qualificação na área de língua e literatura portuguesa, assim distribuídos: Miguel Alves (208), Barras (199), Porto (83) e União (213). Os centros mais próximos a oferecer tal curso são os municípios de Piripiri, a 145km, (onde está localizado um campus da UESPI) ou Teresina, capital do Estado, a 117km, onde o curso é ofertado na UESPI e na UFPI. No entanto, a pouca quantidade de vagas ofertadas e a dificuldade de deslocamento dificultam a formação.

O município de Pedro II, situado na região Centro-Norte do estado do Piauí, possui cerca de 38.812 habitantes, de acordo com a estimativa 2021 do IBGE. Possui IDH de 0,571, considerado baixo, ocupando a posição 104 no estado (PNUD, 2010). No seu entorno estão mais 3 municípios que, juntos, somam uma

população de, aproximadamente 55 mil pessoas. São eles: Domingos Mourão, Milton Brandão e Lagoa de São Francisco.

De acordo com dados do Censo da Educação Básica 2021 (INEP, 2021), 300 professores da rede pública desses municípios necessitam de qualificação na área de língua e literatura portuguesa, assim distribuídos: Pedro II (209), Domingos Mourão (20), Milton Brandão (25) e Lagoa de São Francisco (46). Os centros mais próximos a oferecer tal curso são os municípios de Piripiri, a 52km, (onde está localizado um campus da UESPI) ou Teresina, capital do Estado, a 206km, onde o curso é ofertado na UESPI e na UFPI. No entanto, a pouca quantidade de vagas ofertadas e a dificuldade de deslocamento dificultam a formação.

Quanto à UFPI, instituição mantenedora do curso, seu credenciamento inicial se deu em 1945 (Decreto nº 17.551 de 09.01.1945) como Faculdade isolada, tendo sido credenciada em 1968 como Universidade (Lei 5528, de 12.11.68) e reconhecida em 2012, através da Portaria MEC nº 645 de 18/05/2012, pelo prazo de dez anos. Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC nº 453, de 30/05/78, publicado no DOU de 02/06/78, Portaria MEC nº 180, de 05/02/93, publicada no DOU nº 26, de 08/02/1993). A reformulação, objetivando a adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN/1996, foi autorizada pela Resolução CONSUN nº 15/99, de 25/03/99 e Parecer nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30/07/99, publicada no DOU nº 147-E, de 03/08/99.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN/1996 através da Resolução do CONSUN nº 45/99, de 16/12/99 e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21/09/2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993. Considerando a ampliação da infraestrutura e dos órgãos gestores internos, a UFPI está trabalhando na sua nova legislação estatuinte. (PDI UFPI- 2020-2024).

No tocante ao PARFOR, trata-se de um programa especial com oferta emergencial de cursos de licenciatura, dirigido a professores em exercício nas escolas públicas de educação básica, sem formação adequada ou atuando fora da área de formação inicial. As propostas contidas nos documentos que regulamentam o PARFOR procuram responder a alguns dos problemas de fundo apontados por décadas pelas análises realizadas no país sobre a formação de docentes. Nas palavras de Gatti e Barreto (2009, p. 52), entre eles estão:

[...] conseguir articulações entre níveis de gestão e também entre e intrainstituições, bem como destas com as redes de ensino, escolas e outros espaços educativos não formais; dar organicidade à matriz curricular e processos formativos; repensar currículos e suas formas de implementação, revendo estruturas das instituições formadoras e dos cursos; estudar mais a fundo os próprios processos formativos em suas diversas modalidades.

Nesse sentido, a UFPI assina, ainda em 28 de maio de 2009, por intermédio da CAPES, o ACT firmado entre a Secretaria da Educação e Cultura do Piauí (SEDUC/PI) e o MEC, com vistas à implantação do PARFOR.

Como mencionado, o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica destina-se a suprir a demanda de professores em exercício na educação básica, na rede pública de ensino, com a oferta de ensino superior público e gratuito e, principalmente, com qualidade.

Embora o Programa tenha sido lançado em 2009, seu início se dá efetivamente em 2010. A oferta dos cursos começa em julho, enfrentando um cenário marcado por inúmeras dificuldades decorrentes da não institucionalização do PARFOR. Dentre os entraves, estão: escassez de recursos financeiros e materiais; falta de espaço de referência; mobilidade de salas de aula, etc. Não obstante a situação adversa, no primeiro semestre de 2010, convocam-se 564 professores da rede pública de educação básica pré-inscritos e selecionados para os cursos superiores especiais de 1ª e 2ª Licenciatura na modalidade presencial para efetuarem a matrícula institucional segundo a opção constante de sua inscrição prévia. Entre os convocados, 233 não comparecem para efetivar a matrícula; 19 não têm a matrícula devidamente homologada, restando 312 matrículas efetivadas.

Assim, no primeiro semestre de 2010, especificamente no mês de julho, são instalados sete cursos: artes visuais; ciências da natureza; história; letras inglês; letras português; matemática; e pedagogia. São 11 turmas distribuídas nos municípios de Teresina, Parnaíba e Picos, seguindo esta sistemática: uma turma de história (2ª Licenciatura) em Parnaíba; seis turmas em Picos (história 2ª Licenciatura, com duas turmas; letras inglês, letras português, matemática e pedagogia – 1ª Licenciatura, cada uma dessas áreas, uma turma); quatro turmas em Teresina: artes visuais – 1ª Licenciatura; Ciências da Natureza – 2ª Licenciatura; história e letras português, 1ª Licenciatura.

De acordo com dados mais atualizados, constantes na página do Parfor/UFPI¹, entre 2010 e 2018, foram implantadas 112 turmas, com 3.662 matrículas. Neste período, 2.187 professores concluíram sua formação.

1.3 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso

Sendo uma IES de natureza federal, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem uma estrutura *multicampi*, é mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, e com quatro outros Campi, instalados nas cidades piauienses de Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano. Ministra cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, conferindo os graus de bacharel e licenciado, de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e pós-graduação *strictu sensu*, o que a habilita a outorgar títulos de mestre e doutor. Sua área de atuação envolve a educação presencial e o ensino a distância (PDI UFPI- 2020-2024). A UFPI foi

¹ Fonte: <https://www.ufpi.br/parfor-em-numeros>

instituída sob a forma de fundação por meio da Lei federal nº 5522, de 12/12/1958 publicada no Diário Oficial da União em 14/11/1968. A sede da Universidade Federal do Piauí – Campus Universitário Ministro Petrônio Portella está situada na Avenida Universitária, s/n, Bairro Ininga, CEP: 64049-550.

A missão da UFPI, segundo o seu Estatuto é “propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional”. Entre seus principais valores podemos destacar compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; a difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização; a inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado; e o respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (PDI UFPI-2020-2024).

No dia 29 de maio de 1957, inicia-se o Curso de Letras no Piauí, integrado à Sociedade Piauiense de Cultura, órgão idealizado por D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina, que objetivava a instalação de cursos de Ensino Superior no Estado. Para este fim, funda-se a Faculdade de Filosofia do Piauí – FAFI, em 16 de junho de 1957 (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 17). Em julho de 1957, o primeiro diretor da Faculdade de Filosofia do Piauí, professor Clemente Honório Parentes Fortes, envia a solicitação de funcionamento da FAFI ao MEC, tendo seu trabalho continuado por seu sucessor, professor Raimundo José Airemoraes Soares. Seguindo-se a leitura do projeto no dia 5 e a aprovação no dia 10 de fevereiro de 1959, de acordo com o Parecer nº 03/1958 da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que autorizou o funcionamento da FAFI.

A autorização para o funcionamento da FAFI deu-se pelo Decreto nº 43.402, de 18/02/1958, publicado em 20/02/1968, no Diário Oficial da União, pelo diretor de Ensino Superior do MEC, tendo ingressado sua primeira turma de Bacharelado em Letras Neolatinas, após concurso de habilitação realizado entre 31 de março e 2 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

A instalação da FAFI se deu em 07/04/1958, com aula inaugural proferida pelo professor Clemente Honório Parentes Fortes. Foram iniciadas as atividades com três cursos de bacharelado, sendo eles: Filosofia, Geografia/História e Letras Neolatinas. Neste último, os concluintes bacharelaram-se em Português, acrescido de até quatro habilitações (Francês, Espanhol, Italiano e Latim, com suas respectivas literaturas).

A formatura da primeira turma, que leva o nome do idealizador da Sociedade Piauiense de Cultura, Dom Avelar Brandão Vilela, deu-se em dezembro de 1960, recebendo a alcunha de Bacharéis em Letras Neolatinas pela FAFI. Em 1962, atendeu-se à orientação para que o Curso de Letras da FAFI permanecesse

com a habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Em 1963, foi ofertado aos egressos do Bacharelado em Letras Neolatinas o Curso de Didática que lhes garantiu o título de licenciados, em decorrência da reforma curricular de 1962. Através desta reforma, alguns cursos de Letras incluíram as disciplinas pedagógicas do antigo curso de didática em seus currículos, transformando-os em licenciaturas (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 21).

Alguns marcos importantes do Curso de Letras Português e Literaturas, ainda no âmbito da FAFI:

- I. O reconhecimento, via Decreto nº 54.038/1964, dos cursos criados pela FAFI em 1958, no dia 23 de julho de 1964;
- II. O reconhecimento da FAFI como entidade de utilidade pública, via Lei 2.877, de 6 de julho de 1968, publicada no DOE do dia 7 de junho de 1968;
- III. Transferência legal do Curso de Licenciatura em Letras FAFI para a UFPI, em 1971, com a criação do Departamento de Letras e do CCHL – Centro de Ciências Humanas e Letras, efetivando-se no ano de 1972;
- IV. Extinção da FAFI em 1972, devido à transferência efetiva de seus cursos para a UFPI.

Na UFPI, os Cursos de Licenciatura Plena em Letras ficaram, inicialmente, sob a gestão do Departamento de Letras, órgão acadêmico-administrativo, integrante do CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras, cuja primeira chefe foi a professora Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão. O curso iniciou suas atividades em 1973, com habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Outros momentos importantes que marcam a trajetória dos Cursos de Letras no âmbito da Universidade Federal do Piauí são:

- I. 1962: Implantação da habilitação em Inglês e respectivas Literaturas e da habilitação em Português-Francês e respectivas literaturas;
- II. 1985: Implantação da Coordenação dos Cursos de Letras, em cumprimento à Resolução nº 14/85 do CEPEX, que institucionalizou as Coordenações de Cursos na UFPI;
- III. 1987: Implantação do Curso de Pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Língua Portuguesa, de natureza pública e gratuita;
- IV. 2004: Implantação do Curso de Pós-graduação *strictu sensu*, Mestrado Acadêmico em Letras, com áreas de concentração em Estudos Linguísticos e Estudos Literários, disponibilizando linhas de pesquisa em *Literatura Cultura e Sociedade* e *Linguagem e discurso: análise e variação*;
- V. 2011: Implantação dos novos currículos para os cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa (matutino e vespertino; e noturno) e Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literatura de Língua Inglesa (matutino e vespertino);
- VI. 2012: Início das novas turmas dos novos cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Francesa e Respectivas Literaturas (matutino e vespertino);

VII. 2014: Início do curso de Letras/LIBRAS;

VIII. 2015: Dissolução do Departamento de Letras e criação das coordenações de Letras Estrangeiras e Letras Vernáculas.

A atual área de Letras da UFPI tem, à disposição dos discentes, para ingresso via Exame Nacional do Ensino Médio, a oferta para os seguintes cursos:

- I. Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa (matutino e vespertino; e noturno);
- II. Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Francesa e Respectivas Literaturas (matutino e vespertino);
- III. Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literatura de Língua Inglesa (matutino e vespertino);
- IV. Licenciatura em Letras LIBRAS e respectivas literaturas (matutino e vespertino).

No âmbito do Parfor/UFPI, o curso de Letras-Português foi um dos primeiros a serem implantados ainda em 2010, quando se inicia a parceria entre a Capes e a UFPI para a formação de professores no estado do Piauí.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios Curriculares

As opções teórico-metodológicas do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** seguem os princípios que norteiam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), adotando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, definidas pela Resolução nº 2 – CNE, de 20 de dezembro de 2019, tais como:

- I. a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II. Articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os princípios que sustentarão a formação e o perfil do Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa são demarcados pelas seguintes opções teórico-metodológicas:

2.1.1 Opções Teóricas

As opções teóricas para a formação inicial no **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, com base na Resolução nº 2-CNE, de 20 de dezembro de 2019, devem abranger a formação específica e interdisciplinar, a atuação profissional e a integração de estudos para

enriquecimento curricular. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso será constituído das seguintes competências:

- I. Competências Gerais visam que a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciado, bem como as aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral, através de conteúdos específicos e pedagógicos, priorizados neste Projeto Pedagógico (PPC), em sintonia com os sistemas de ensino;
- II. Competências específicas, que se referem a 03 (três) dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependentes sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. O desenvolvimento das competências específicas compreende a participação em:
 - a) Seminários e estudos curriculares; em projetos de iniciação científica; iniciação à docência; monitoria e extensão; entre outros, definidos neste Projeto Pedagógico do curso e orientados pelo corpo docente da UFPI;
 - b) Atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e a UFPI, de modo a propiciar vivências no campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
 - c) Atividades de comunicação e expressão, visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

2.1.2 Opções Metodológicas

O currículo do curso deve compreender o conhecimento e o próprio currículo como construções e produtos de relações sociais, particulares e históricas. Assim, espera-se que o aluno perceba o processo de apropriação do conhecimento como resultado da atividade humana, num contexto determinado, histórico-social e culturalmente dinâmico. Esse processo de construção do conhecimento se estabelece no e a partir do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura.

Dada a natureza do curso, a metodologia a ser adotada visa à construção de uma prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação deve possibilitar uma prática docente comprometida com a formação sócio-político-cultural e ética. Isso implica que estes profissionais, responsáveis pela educação de um público menos favorecido economicamente presente na escola pública, estarão guiados pela compreensão de que diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação profissional e, da mesma forma, estarão conscientes de seu papel de efetuar uma práxis pedagógica crítico-emancipatória em favor desse público.

2.2 Objetivos do Curso

2.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** é formar professores da Educação Básica, comprometidos politicamente com sua realidade social, educacional, linguística e literária, capazes de refletir criticamente sobre as manifestações literárias, sobre a Língua Portuguesa e a sua relação com outras linguagens e de propor soluções adequadas para o aprimoramento da capacidade linguística, interacional e comunicativa nas práticas de oralidade e de escrita.

2.2.2 Objetivos Específicos

- I. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a Língua Portuguesa em suas diversas variedades orais e escritas, de modo a favorecer uma compreensão crítica acerca da aprendizagem e desenvolvimento de habilidades comunicativas e interacionais;
- II. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a Literatura de países de língua portuguesa, com vista a oferecer uma percepção crítica acerca do fenômeno da criação e da recepção literárias;
- III. Oferecer condições, instrumentos e estratégias para o desenvolvimento e aprimoramento das capacidades de leitura, escrita e expressão oral dos graduandos, de modo a capacitá-los para participar da vida social, especialmente em contextos públicos, com autonomia e espírito crítico;
- IV. Estimular e oferecer as condições necessárias para que os alunos egressos do curso possam continuar estudando e pesquisando com autonomia, seja no ambiente de trabalho futuro ou na pós-graduação;
- V. Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de Língua Portuguesa e Literatura compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino;
- VI. Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vista a fomentar progressivamente uma cultura tecnológica.

2.3 Perfil do Egresso

De acordo com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, o graduado em Letras deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante a sua formação acadêmica teórico-prática convencional, ou fora dela, conforme prescreve a CNE/CES492/2014²:

²BRASIL. 2001. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em <www.mec.gov.br/cne/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em set. de 2017.

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

Nesse sentido, espera-se que formação acadêmica seja capaz de gerar profissionais que, além da base específica consolidada, estejam aptos a atuar interdisciplinarmente em áreas afins. De modo geral, os graduados deverão ter a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe, comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária na área de Letras e, finalmente, ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

Para se alcançar plenamente o perfil delineado acima, tem-se a expectativa de que o graduado no **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** seja:

- I. Reflexivo em relação aos mais variados tópicos de língua e de linguagem;
- II. Crítico quanto ao fenômeno da criação literária e suas relações intersemióticas;
- III. Sensível às variedades linguísticas e às diferentes manifestações literárias;
- IV. Receptivo às manifestações da literatura e da língua como prática social em contextos orais e escritos;
- V. Observador dos fenômenos linguísticos e discursivos em diferentes contextos de uso;
- VI. Comprometido com a formação dos estudantes nos diferentes contextos de atuação;
- VII. Ético e ciente da importância de uma formação profissional ética, contínua, autônoma e sólida.

Além do perfil apresentado acima, espera-se também que o graduado no **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** tenha a capacidade de (re)construir seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e de sua identidade profissional, distinguindo-se e posicionando-se diante das políticas que direcionam as práticas educativas na sociedade. Sabe-se que esse processo de (re)construção pode se desenvolver no decorrer do curso, mas não necessariamente se inicia nesse momento nem, tampouco, nele se encerra, dado que a constituição profissional pressupõe uma formação continuada.

Há, contudo, alguns desdobramentos que devem ser evidenciados a partir das necessidades específicas de cada instituição e da unidade federativa em que atua. Em razão disso, e de modo mais específico, espera-se que o egresso do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** também compreenda:

- I. As peculiaridades do falar piauiense em relação às normas em uso nas modalidades escrita e oral da língua;
- II. As características históricas da formação linguística da comunidade piauiense, levando em conta o contato com falantes pertencentes a estados que fazem divisa com o Piauí, nomeadamente, Maranhão, Tocantins, Bahia, Pernambuco e Ceará, cujas realidades linguísticas não são coincidentes em vários componentes da língua;
- III. As características da formação histórico-cultural e socioeconômica do Estado, sem as quais o conhecimento da literatura piauiense se mostraria deficitário ou lacunar;
- IV. A alfabetização e letramento como fenômenos interdependentes e necessários para o domínio da comunicação oral e escrita;
- V. As orientações consignadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, referentes à interdisciplinaridade e transversalidade (ética, saúde, meio ambiente, educação sexual e pluralidade cultural), em conformidade com as peculiaridades regionais e do Estado.

Dessa maneira, o egresso do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** tem que saber lidar com as competências e habilidades específicas da sua área de atuação, bem como saber coadunar esta especificidade com a prática pedagógica, como explicitados em 2.3.1 e 2.3.2, respectivamente.

2.3.1 Competências e Habilidades

Visando à formação de profissionais que exerçam pleno domínio da língua e da literatura estudadas, com vista a atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, dentre outras atividades, o **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** deve contribuir para que os graduados tenham as seguintes competências e habilidades:

- I. Produzir textos, adequando a linguagem a diferentes situações discursivas;
- II. Analisar os processos de leitura e produção de textos;
- III. Descrever e explicar fenômenos e fatos da linguagem, utilizando criticamente as teorias linguísticas;
- IV. Compreender a linguagem como fenômeno psicológico, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- V. Analisar criticamente manifestações literárias e culturais;
- VI. Descrever e observar as variedades da língua portuguesa;
- VII. Examinar a organização e o funcionamento da estrutura da língua portuguesa nos vários níveis de análise linguística;
- VIII. Identificar e explorar textos multimodais em diferentes ambientes tecnológicos;

- IX. Refletir sobre a organização e o funcionamento dos elementos estruturadores do texto literário;
- X. Identificar e examinar os processos de formação e mudança da língua portuguesa;
- XI. Utilizar criticamente as teorias linguísticas como instrumento para o ensino de língua portuguesa como língua materna;
- XII. Articular teoria e prática para o ensino de língua e literatura;
- XIII. Realizar a transposição didática dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino;
- XIV. Utilizar recursos digitais em ambiente escolar visando aos multiletramentos.

De acordo com as orientações estabelecidas pela Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, os futuros professores de língua portuguesa e literatura serão orientados a desenvolverem as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que eles estão inseridos. Dito isso, espera-se que os graduados em Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa compreendam que, para exercerem seu ofício, não é necessário somente assimilar os conteúdos previstos para o curso, mas também desenvolver as competências relacionadas à prática pedagógica e à transposição didática.

2.3.2 A Prática Pedagógica

A prática pedagógica do egresso do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** que se apresenta nesta matriz curricular tem como espaço de atuação e reflexão as atividades de docência e de pesquisa, sejam elas de cunho diagnóstico e/ou interventivas. Assim, a compreensão da realidade cotidiana da sala de aula, da escola, da comunidade e de seu entorno, é essencial, pois contribui para que o aluno situe o seu fazer pedagógico no contexto de formação condizente com o perfil do profissional a ser formado, com as diretrizes curriculares e as exigências da sociedade atual.

Portanto, a Prática pedagógica do profissional egresso do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** visa possibilitar ao aluno:

- I. Conhecer os aspectos teóricos e práticos que envolvam o ensino e aprendizagem de língua portuguesa literaturas de língua portuguesa;
- II. Ter capacidade para empreender projetos e ações que visem o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita nas áreas de língua portuguesa e literatura;
- III. Vivenciar os processos de planejamento, execução e avaliação de atividades didáticas para as séries finais do ensino fundamental e médio.
- IV. Conhecer os fundamentos epistemológicos, métodos e técnicas de pesquisa relacionadas às áreas de sua atuação, assumindo-a como elemento inerente à prática pedagógica;
- V. Conhecer os problemas que afetam o ensino da sua área de formação e desenvolver projetos investigativos voltados para o ensino da língua e da literatura, com vistas ao aprimoramento das habilidades de produção científica;

VI. Criação de metodologias, na área de língua e literatura, que visem articular o ensino à realidade do aluno, uma realidade indissociável das interfaces psicológicas, sociais, culturais e históricas.

Esse componente curricular de formação pedagógica do professor de Língua Portuguesa e Literatura envolverá as práticas inseridas no interior das disciplinas de conhecimentos científicos, específico do curso, e as disciplinas que abordam os fundamentos teóricos e metodológicos dos processos de ensino e de aprendizagem com fundamentos no ato de educar e sua aplicabilidade na prática de ensino da Língua Portuguesa e Literatura.

3 PROPOSTA CURRICULAR

Atento às constantes inovações da área, neste novo currículo o campo da Linguística traz como propostas inovadoras os seguintes aspectos:

- I. Especial atenção dispensada à relação da linguagem com o ensino e as novas tecnologias;
- II. Concepção de ensino centrada nos multiletramentos, na transdisciplinaridade e nos gêneros textuais e do discurso;
- III. Articulação do ensino de Latim com a cultura latina, inclusive com os textos literários escritos nessa língua;
- IV. Inclusão de áreas do conhecimento ainda não prestigiadas em currículos anteriores, como Neurociência Aplicada à Linguagem, Ecolinguística e Linguagens e tecnologias.

Já no campo dos Estudos Literários, e em consonância com as mais recentes pesquisas desenvolvidas na área de “Literatura e Ensino”, o novo currículo traz como propostas inovadoras os seguintes aspectos:

- I. Substituição da velha concepção historicista da literatura por uma abordagem de natureza crítico-teórica do texto literário. Guiada pelos preceitos da Literatura Comparada, a matriz foi organizada em tópicos temáticos, nos quais a literatura é trabalhada a partir de uma articulação com conteúdos advindos de outras áreas do conhecimento;
- II. Deslocamento das disciplinas de cunho teórico para a metade da matriz curricular. Historicamente, as disciplinas de teoria literária aparecem nos primeiros semestres do curso por acreditar que elas dariam aos alunos todas as ferramentas necessárias para se entender o texto literário. No entanto, a prática tem se mostrado ineficaz, sobretudo porque o aluno precisa ter um bom conhecimento acumulado de literatura para entender as teorias – algo que muito raramente acontece. Como foco principal do ensino, o texto literário deve preceder à teoria, e não o contrário;
- III. Inversão da clássica abordagem cronológica e universalista da literatura. Neste currículo, o contato inicial do aluno com a literatura dá-se a partir da esfera regional e da

contemporaneidade, seguindo paulatinamente para a antiguidade e para a produção de outros estados e países;

- IV. Extinção da antiga divisão da área em Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa. Neste currículo, todas as disciplinas devem necessariamente abranger autores brasileiros, portugueses e de países africanos de Língua Portuguesa. Esse artifício gera mais tempo para se trabalhar a Literatura Portuguesa (que tinha pouco espaço na antiga matriz) e abre espaço para se pensar, de forma mais substancial, os textos da Literatura Africana. Por fim, o atual formato permite analisar essas literaturas através de uma visão comparatista – aspecto que muito contribui para o entendimento do que seja uma Literatura lusófona.

3.1 Estrutura e Organização Curricular

O novo currículo do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** tem como pressuposto a concepção de uma educação contínua e permanente, que possa ser oferecida pelas instituições educativas de forma aberta, sem restrições, exclusões ou privilégios. Em consonância com os termos dispostos na Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 20 de dezembro de 2019, este currículo preza pela igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, pelo pluralismo de ideias, pelo respeito à liberdade e apreço à tolerância, pelo respeito e valorização da diversidade étnico-racial, pela articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior, pela íntima conexão entre teoria e prática, pela articulação entre a graduação e a pós-graduação, pelo ensino pautado na realidade concreta dos alunos, pela importância do magistério e pela educação orientada para os direitos humanos.

Com o intuito de atender adequadamente ao perfil delineado acima, o curso é estruturado a partir das seguintes competências:

- I. Competências Gerais;
- II. Competências específicas: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional.

No que tange à sua formação específica, o curso se articula em torno das seguintes áreas do conhecimento:

- I. Estudos Linguísticos;
- II. Estudos Literários e Culturais;
- III. Estudos de Formação de Professores de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Tanto os núcleos quanto as áreas do conhecimento são essenciais ao **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, uma vez que englobam uma ampla formação acadêmica e profissional de professores de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

De acordo com a concepção curricular, as áreas se interconectam para que o estudante tenha contato com as diferentes abordagens curriculares, privilegiando as diferentes formações acadêmicas.

O **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** tem sua integralização proposta em 3.380 horas/aula, conforme a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 20 de dezembro de 2019, após o cumprimento das exigências da presente proposta curricular, com prazo mínimo de 04 (quatro) anos.

A organização curricular deste curso tem a seguinte estrutura:

- I. Organização por períodos;
- II. Períodos semestrais;
- III. Período mínimo de duração do curso de oito períodos letivos.

Destaca-se que os pressupostos metodológicos estão sustentados pelos seguintes argumentos:

- I. Oferecer uma formação interdisciplinar na medida em que se trabalham as distintas áreas de conhecimento;
- II. Identificar recortes teórico-metodológicos das áreas, levando-se em conta os conceitos de autonomia, reflexão, investigação e trabalho cooperativo;
- III. Relacionar teoria e prática, estrutura dialógica, interatividade, flexibilidade, capacidade crítica e transdisciplinaridade.

O público-alvo a ser atendido é composto por alunos concluintes do Ensino Médio, que intencionam tornar-se futuros professores de Língua Portuguesa e de Literaturas de Língua Portuguesa. A dinâmica adotada para a aplicação dos períodos é a mesma para todos os semestres organizados da seguinte forma: cada ano é composto por 02 (dois) semestres. Cada semestre terá, aproximadamente 420h (quatrocentos e vinte horas), totalizando, aproximadamente, 840 horas por ano, sendo que nos 03 (três) últimos semestres serão integralizadas as horas correspondentes ao Estágio Obrigatório.

3.1.1 Matriz Curricular

CURSO – LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

PERÍODOS	Competências	Código	Disciplinas	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS				Pré-requisito
					TEÓRICO	PRÁTICO	ESTÁGIO	EXTENS	
1º Período Introdução	CE ³	NOVO	GRAMÁTICA	60h	4	0	0	0	-
	CE	NOVO	LINGUÍSTICA	60h	4	0	0	0	-

³ CE – Competências Específica; CG – Competência Geral; TCC – Trabalho de Conclusão de Curso; ES – Estágio (Supervisionado) Obrigatório.

aos conceitos linguísticos, literários e de formação de professores de língua portuguesa.	CE	NOVO	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	60h	2	2	0	0	-	
	CE	NOVO	LITERATURA E CULTURA PIAUIENSE	60h	4	0	0	0	-	
	CE	NOVO	LITERATURA E OUTRAS ARTES	60h	3	1	0	0	-	
	CG	NOVO	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60h	3	1	0	0	-	
	CE	0052	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	15h	1	0	0	0	-	
	TOTAL DO PERÍODO				375h	21	4	0	0	
	Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 1º Período						315.60.0.0			
2º Período Aprofundamento dos conceitos linguísticos, literários e de formação de professores de língua portuguesa.	CE	NOVO	LÍNGUA E CULTURA LATINA	60h	4	0	0	0	-	
	CE	NOVO	LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO-APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS	60h	3	1	0	0	-	
	CE	NOVO	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	60h	3	1	0	0	-	
	CE	NOVO	LITERATURA E CULTURA PÓS-MODERNA	60h	4	0	0	0	-	
	CE	NOVO	LITERATURA E MEMÓRIA CULTURAL	60h	3	1	0	0	-	
	CG	058	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	60h	3	1	0	0	-	
	ACE	NOVO	ACE I	45h	0	0	0	3	-	
	TOTAL DO PERÍODO				405h	20	4	0	3	
Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 2º Período						300.60.0.45				
3º Período Ampliação dos conceitos linguísticos, literários e de formação de professores de língua portuguesa.	CE	NOVO	FORMAÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA	60h	4	0	0	0	<i>Língua e Cultura Latina</i>	
	CE	NOVO	LINGUÍSTICA DO TEXTO	60h	3	1	0	0	<i>Linguística</i>	
	CE	NOVO	MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	60h	4	0	0	0	-	
	CE	NOVO	TEORIA DA NARRATIVA	60h	4	0	0	0	-	
	CG	NOVO	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60h	4	0	0	0	-	
	CG	NOVO	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60h	3	1	0	0	-	
	ACE	NOVO	ACE II	45h	0	0	0	3	-	
	TOTAL DO PERÍODO				405h	22	2	0	3	
Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 3º Período						330.30.0.45				
4º Período Consolidação dos conceitos linguísticos, literários e de formação de	CE	NOVO	NEUROCIÊNCIA APLICADA À LINGUAGEM	60h	3	1	0	0	-	
	CE	NOVO	ANÁLISE DO DISCURSO	60h	4	0	0	0	-	
	CE	NOVO	SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA	60h	4	0	0	0	-	

professores de língua portuguesa (dos períodos iniciais).	CE	NOVO	TEORIA DO POEMA	60h	4	0	0	0	-	
	CG	0002	DIDÁTICA GERAL	60h	2	2	0	0	-	
	CG	055	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	60h	4	0	0	0	-	
	ACE	NOVO	ACE III	45h	0	0	0	3	-	
	TOTAL DO PERÍODO				405h	21	3	0	3	
	Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 4º Período						315.45.0.45			
5º Período Abordagens linguísticas e literárias específicas necessárias à formação de professores de língua portuguesa.	CE	NOVO	GÊNEROS DO TEXTO E ENSINO DE LINGUAGEM	60h	3	1	0	0	-	
	CE	NOVO	SOCIOLINGUÍSTICA	60h	3	1	0	0	-	
	CE	NOVO	SEMÂNTICA	60h	4	0	0	0	<i>Sintaxe da Língua Portuguesa</i>	
	CE	NOVO	TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIA	60h	4	0	0	0	-	
	CG	0054	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	60h	3	1	0	0	-	
	CG	NOVO	METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	60h	3	1	0	0	<i>Didática Geral</i>	
	ACE	NOVO	ACE IV	45h	0	0	0	3	-	
	TOTAL DO PERÍODO				405h	20	4	0	3	
	Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 5º Período						300.60.0.45			
6º Período Introdução às disciplinas de iniciação à pesquisa de caráter prático e aplicado.	TCC	NOVO	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	45h	1	2	0	0	-	
	CE	NOVO	LETRAMENTOS E ALFABETIZAÇÃO	60h	3	1	0	0	-	
	CE	NOVO	LITERATURA E REALIDADE SOCIAL	60h	4	0	0	0	-	
	CE	NOVO	LITERATURA, DISSONÂNCIA E TRANSGRESSÃO	60h	3	1	0	0	-	
	ES	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I	135h	0	0	9	0	<i>Didática Geral</i>	
	CE	DEFINIR	OPTATIVA	45h	3	0	0	0	-	
	ACE	NOVO	ACE V	45h	0	0	0	3	-	
	TOTAL DO PERÍODO				450h	14	4	9	3	
Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 6º Período						210.60.135.45				
7º Período Consolidação de pesquisa e das práticas formativas.	TCC	NOVO	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60h	1	3	0	0	<i>Trabalho de Conclusão de Curso I</i>	
	ES	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II	135h	0	0	9	0	<i>Estágio Obrigatório I</i>	
	CE	DEFINIR	OPTATIVA	45h	3	0	0	0	-	

	ACE	NOVO	ACE VI	60h	0	0	0	4	-
TOTAL DO PERÍODO				300h	4	3	9	4	
Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 7º Período						60.45.135.60			
8º Período Ampliação das abordagens linguísticas, literárias e práticas formativas na área da linguagem.	TCC	NOVO	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	15h	0	1	0	0	Trabalho de Conclusão de Curso II
	CE	NOVO	LITERATURA, MITOS E RELIGIÕES	60h	4	0	0	0	-
	CE	NOVO	LITERATURA E PENSAMENTO CIENTÍFICO	60h	3	1	0	0	-
	CG	NOVO	LÍNGUA DE SINAIS	60h	3	1	0	0	-
	ES	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III	135h	0	0	9	0	Estágio Obrigatório II
	CE	DEFINIR	OPTATIVA	45h	3	0	0	0	-
	ACE	NOVO	ACE VII	60h	0	0	0	4	-
	TOTAL DO PERÍODO				435h	13	3	9	4
Total Teórico + prático + estágio + extensão em horas - 8º Período						195.45.135.60			
TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA					3.180h	135.27.27.23			
Total Geral: Teórico + prático + estágio + extensão em horas					2025.405.405.345				
ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES					200h				
TOTAL GERAL					3.380h				

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
DISCIPLINAS TEÓRICAS		
Obrigatórias	1.860	124
Optativas	135	9
Trabalho de Conclusão de Curso	30	2
Subtotal de Disciplinas Teóricas (A)	2.025	135
PRÁTICA PEDAGÓGICA		
Prática dos componentes curriculares		
Obrigatórias	315	21
Trabalho de Conclusão de Curso	90	6
Subtotal de Prática como Componente Curricular (B1)	405	27
Estágio Supervisionado		
Estágio Supervisionado	405	27
Subtotal Estágio Supervisionado (B2)	405	27
TOTAL PRÁTICA PEDAGÓGICA B (B1+B2)	810	54
ACC – ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (D)	200	-
ACE – ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (10%) (E)	345	21
TOTAL GERAL DO CURRÍCULO (A+B+C+D+E)	3.380	212

3.1.1.1 Relação de Disciplinas Optativas

Nesta seção, elencamos a lista das disciplinas optativas, nas áreas de Linguística e Literatura.

DISCIPLINAS OPTATIVAS			
ESTUDOS LINGUÍSTICOS	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	PERÍODO
Ecolinguística	45h	3.0.0	6º
Filologia românica	45h	3.0.0	6º
Francês Instrumental Básico	45h	3.0.0	6º
Formação de mediadores de leitura	45h	3.0.0	6º
Gerativismo	45h	3.0.0	6º
Gramaticologia da Língua portuguesa	45h	3.0.0	6º
Inglês Instrumental Básico	45h	3.0.0	7º
Introdução à historiografia linguística	45h	3.0.0	7º
Língua Latina II	45h	3.0.0	7º
Linguagem e dificuldades de aprendizagem	45h	3.0.0	7º
Linguagem, discurso e ensino	45h	3.0.0	7º
Linguagem, tecnologia e ensino de Língua portuguesa	45h	3.0.0	7º
Linguística aplicada e formação de professores de Língua portuguesa	45h	3.0.0	8º
Multiletramentos e multimodalidade no ensino	45h	3.0.0	8º
Oficina de leitura e produção de textos criativos	45h	3.0.0	8º
Pragmática	45h	3.0.0	8º
Retórica e argumentação	45h	3.0.0	8º
Sintaxe da Língua Portuguesa II	45h	3.0.0	8º
ESTUDOS LITERÁRIOS	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	PERÍODO
Crítica literária feminista	45h	3.0.0	6º
Estudos do insólito ficcional	45h	3.0.0	6º
História da literatura piauiense	45h	3.0.0	6º
Laboratório de escrita criativa	45h	3.0.0	6º
Literatura brasileira contemporânea	45h	3.0.0	6º
Literatura e cinema	45h	3.0.0	7º
Literatura e filosofia	45h	3.0.0	7º
Literatura infanto-juvenil	45h	3.0.0	7º
Literatura latina I	45h	3.0.0	7º
Literatura surda	45h	3.0.0	7º
Literatura, cultura e sociedade lusitana	45h	3.0.0	8º
Literatura, etnia, gênero e diversidade	45h	3.0.0	8º
Literatura, performance e oralidade	45h	3.0.0	8º
Literaturas africanas de Língua portuguesa	45h	3.0.0	8º
Prosa portuguesa contemporânea	45h	3.0.0	8º
Tópicos de teoria literária	45h	3.0.0	8º

3.1.1.2 Prática Pedagógica

Na tentativa de melhor articular teoria e prática e seguindo as orientações dispostas na Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 20 de dezembro de 2019, este currículo integraliza uma carga horária significativa de créditos práticos dentro do próprio componente curricular. Esse procedimento visa solidificar a formação inicial do aluno, conforme inciso V, Artigo 6º da Resolução supracitada:

V - a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes;

É necessário, contudo, discriminar claramente acepções referentes à prática de ensino e à didática. A delimitação conceitual é de suma importância, dado que a praticidade não pode ser entendida apenas como a avaliação de atuação do docente, ou aspirante a docente, em uma sala de aula. Assim, praticidade para o ensino representa, em sentido *lato*, toda e qualquer atividade desenvolvida na condução das disciplinas que implique algum proveito para a atuação profissional. Por conseguinte, a prática voltada para o ensino não se restringe, em termos curriculares, à avaliação *in loco*, em escolas da educação básica, de procedimentos relativos a qualquer espécie de aula.

A praticidade, tal como aqui concebida, consubstancia-se, por exemplo, na produção de textos críticos relativos ao material didático da educação básica em que os profissionais de Letras atuam (prioritariamente, nos anos terminais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio). Em suma, a didatização das disciplinas na área de Letras obedece à impressão de uma concepção de pluralismo teórico-conceitual e terminológico no tocante às múltiplas perspectivas de abordagem dos fenômenos linguístico e literário, bem como à adoção de uma concepção geral de ensino multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Há, naturalmente, embates político-acadêmicos cuja resolução não se encontra devidamente assentada. Por outras palavras, a definição geral de políticas curriculares e o enfoque teórico e didático de cada disciplina em particular são, e provavelmente sempre serão, alvo de discussão. Contudo, a eventual discordância teórica não é encarada como uma deficiência merecedora de extirpação. A despeito do reconhecimento da inevitabilidade da diversidade de perspectivas teóricas, epistemológicas e políticas e eventuais enfrentamentos correlatos, o entendimento predominante é de que a definição de uma diretriz – dotada, em princípio, de pluralismo teórico e metodológico – é salutar. Em outros termos, compreende-se que os alunos necessitam de uma orientação a respeito das perspectivas correntes do curso em confronto prospectivo com as oportunidades laborais uma vez que o tenham concluído.

Em suma, dentro das especificidades da área de formação do curso, a operacionalização dos créditos práticos que integram um componente curricular pode se dar a partir das seguintes atividades acadêmicas:

- I. Situação simulada de docência com vista à realização de transposições didáticas;
- II. Exercícios de leitura e escrita de gêneros diversos;

- III. Atividade de análise textual;
- IV. Avaliação crítica de materiais didáticos;
- V. Montagem de *corpora* de temas relevantes para a área de Letras;
- VI. Pesquisa etnográfica;
- VII. Atividades em laboratórios de linguagens;
- VIII. Elaboração de projetos de pesquisa;
- IX. Atividades de pesquisa e arquivamento em museus e centros culturais;
- X. Produção de trabalhos artísticos a partir de recursos de transposição intersemiótica;
- XI. Exercícios de dramatização;
- XII. Laboratório de escrita criativa.

O **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** do Parfor/UFPI objetiva formar profissionais atuantes que se configurem como professores/agentes da reflexão sistemática acerca da linguagem, em especial, em sua expressão linguística e literária. Para tal, viabilizam-se recursos, estratégias e espaços para que os seus alunos desenvolvam aptidões relevantes para a atuação nessa área do conhecimento. Nesse sentido, o discente se assume como um mediador cultural, considerando a universidade como uma casa de cultura em que os preceitos de ética e de cidadania conduzem à informação qualificada, ao conhecimento e à formação do sujeito/aluno e do sujeito/profissional, no esforço para atender às recomendações do MEC: **flexibilidade de organização dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios.**

Dessa argumentação, conclui-se que os direcionamentos propostos para a política pedagógica do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** intentam formar um profissional caracterizado pela reflexão-ação que, no trasladar da teoria e da práxis educativa, almeje o discernimento no exercício social de interação com os demais sujeitos culturais, conforme se constata no trecho a seguir:

Uma vez que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente. Propõe-se que as atividades planejadas sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos para que o aluno possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados.

É imprescindível, ainda, dentro de tais expectativas, que o estudante de Letras saiba analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam as investigações sobre a linguagem, bem como a estrutura e o funcionamento da língua portuguesa. Dominar as diferentes noções de gramática, situar e descrever as concepções de sujeito, língua, texto/discurso; do mesmo modo, ter domínio ativo e crítico

destas capacidades para promover as intertextualidades possíveis à língua e ao conhecimento linguístico; compreender os fundamentos teóricos da reflexão relativa ao conhecimento literário, assim como compor um acervo de leituras canônicas da literatura universal e lusófona, com vistas a erigir uma cultura de integração dos povos lusófonos. Com isto, espera-se que este profissional seja um produtor de saberes, favorecendo o processo contínuo de construção do conhecimento na área e a utilização de novas tecnologias, o que envolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em assim sendo, em última análise, a impressão de uma concepção pluralista de ordem epistemológica, didática, linguística e literária confere um caráter aplicado ao ensino do curso em sua totalidade.

Preocupados com o crescente avanço tecnológico e com a demanda do mercado profissional, entendem os professores consignatários que esta instituição de ensino almeja a formação de cidadãos que se adaptem, da forma mais ágil possível, e, em conformidade com os preceitos da ética e da cidadania, quaisquer mudanças em seu contexto histórico-social, dada a flexibilidade, a expressão crítica e inovadora que assumem as diversas temáticas constitutivas do curso em confronto com as mudanças de ordem socioeconômica e cultural.

Entretanto, não se desvia da função primeira de difundir conhecimentos viabilizar ferramentas para a pesquisa, o ensino e a extensão, a fim de que o tripé universitário seja uma realidade palpável; deste modo, seu propósito fundamental é *informar* e *formar* com destreza. A partir de uma mobilização acadêmico-social, torna-se viável promover a inserção dos membros da comunidade na universidade, fazendo valer a concepção desta como casa de cultura em que se promove o saber e se ratifica o exercício da cidadania, objetivando o aprimoramento e a modificação positiva da esfera social.

3.1.1.3 Relação de Disciplinas - Prática como Componente Curricular

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Leitura e Produção de Textos	30h
Literatura, Dissonância e Transgressão	15h
Filosofia da Educação	15h
Linguística aplicada ao ensino-aprendizagem do português	15h
Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	15h
Literatura e Memória Cultural	15h
História da Educação	15h
Linguística do Texto	15h
Sociologia da Educação	15h
Neurociência Aplicada à Linguagem	15h

Didática Geral	30h
Gêneros do Texto e Ensino de Linguagem	15h
Sociolinguística	15h
Avaliação da Aprendizagem	15h
Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	15h
Trabalho de Conclusão de Curso I	30h
Letramentos e Alfabetização	15h
Literatura e Outras Artes	15h
Trabalho de Conclusão de Curso II	45h
Trabalho de Conclusão de Curso III	15h
Literatura e Pensamento Científico	15h
Língua de Sinais	15h
TOTAL	405h

3.1.1.4 Relação de Disciplinas e seus Respetivos Conteúdos Transversais

DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	
DISCIPLINAS	TEMAS TRANSVERSAIS
1º PERÍODO	
Leitura e Produção de Textos	Diversidade social
Literatura e Cultura Piauiense	Estética e realidade local
Literatura e Outras Artes	Diversidade cultural
2º PERÍODO	
Língua e Cultura Latina	Estética e culturas diversas
Linguística Aplicada ao Ensino-Aprendizagem do Português	Superação da exclusão social
Literatura e Cultura Pós-Moderna	Diversidade cultural
Literatura e Memória Cultural	Faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade
3º PERÍODO	
Linguística do Texto	As concepções de texto
4º PERÍODO	
Neurociência Aplicada à Linguagem	Ciência e novas tecnologias
Análise do Discurso	História e ideologia
Didática Geral	Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem

5º PERÍODO	
Gêneros do Texto e Ensino de Linguagem	Diversidade de gêneros textuais
Sociolinguística	Faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade e heterogeneidade linguística
Teoria e Crítica Literária	Diversidade cultural e política
Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem
6º PERÍODO	
Letramentos e Alfabetização	Superação da exclusão social
Literatura e Realidade Social	Diversidade étnico-racial, econômica, cultural e de gênero
Literatura, Dissonância e Transgressão	Gênero, sexualidade e valorização da diversidade
8º PERÍODO	
Literatura, Mitos e Religiões	Ética, religião e mitologias diversas
Literatura e Pensamento Científico	Realidade socioambiental e ciências aplicadas à linguagem
Língua de Sinais	Inclusão social

DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	
DISCIPLINAS	TEMAS TRANSVERSAIS
Multiletramento e Multimodalidade no Ensino	Diversidade de gêneros textuais
Linguagem, Tecnologia e Ensino de Língua Portuguesa	Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem
Literatura Infanto-Juvenil	Diversidade cultural e inclusão social
Literatura Surda	Diversidade cultural e inclusão social

3.1.2 Fluxograma

CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS							
1º período 375h	2º período 405h	3º período 405h	4º período 405h	5º período 405h	6º período 450h	7º período 300h	8º período 435h
Gramática 60h / 4.0.0.0	Atividades Curriculares de Extensão I 45h / 0.0.0.3	Atividades Curriculares de Extensão II 45h / 0.0.0.3	Atividades Curriculares de Extensão III 45h / 0.0.0.3	Atividades Curriculares de Extensão IV 45h / 0.0.0.3	Atividades Curriculares de Extensão V 45h / 0.0.0.3	Atividades Curriculares de Extensão VI 60h / 0.0.0.4	Atividades Curriculares de Extensão VII 60h / 0.0.0.4
Linguística 60h / 4.0.0.0	Língua e Cultura Latina 60h / 4.0.0.0	Formação Histórica da Língua Portuguesa 60h / 4.0.0.0	Neurociência Aplicada à Linguagem 60h / 3.1.0.0	Gêneros do Texto e Ensino de Linguagem 60h / 3.1.0.0	Trabalho de Conclusão de Curso I 45h / 1.3.0.0	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h / 1.4.0.0	Trabalho de Conclusão de Curso III 15h / 0.1.0.0
Leitura e produção de textos 60h / 2.2.0.0	Linguística Aplicada ao Ensino-Aprendizagem do Português 60h / 3.1.0.0	Linguística do Texto 60h / 3.1.0.0	Análise do Discurso 60h / 4.0.0.0	Socio-linguística 60h / 3.1.0.0	Letramentos e Alfabetização 60h / 3.1.0.0	Estágio Obrigatório II 135h / 0.0.9.0	Literatura, Mitos e Religiões 60h / 4.0.0.0
Literatura e Cultura Piauiense 60h / 4.0.0.0	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa 60h / 3.1.0.0	Morfologia da Língua Portuguesa 60h / 4.1.0.0	Sintaxe da Língua Portuguesa 60h / 4.0.0.0	Semântica 60h / 4.0.0.0	Literatura e Realidade Social 60h / 4.0.0.0	Optativa 45h / 3.0.0.0	Literatura e Pensamento Científico 60h / 3.1.0.0
Literatura e Outras Artes 60h / 3.1.0.0	Literatura e Cultura Pós-Moderna 60h / 4.0.0.0	Teoria da Narrativa 60h / 4.0.0.0	Teoria do Poema 60h / 4.0.0.0	Teoria e Crítica Literária 60h / 4.0.0.0	Literatura, Dissonância e Transgressão 60h / 3.1.0.0		Língua de Sinais 60h / 3.1.0.0
Filosofia da Educação 60h / 3.1.0.0	Literatura e Memória Cultural 60h / 3.1.0.0	Psicologia da Educação 60h / 4.0.0.0	Didática Geral 60h / 2.2.0.0	Avaliação da Aprendizagem 60h / 3.1.0.0	Estágio Obrigatório I 135h / 0.0.9.0		Estágio Obrigatório III 135h / 0.0.9.0
Seminário de Introdução ao Curso 15h / 1.0.0.0	História da Educação 60h / 3.1.0.0	Sociologia da Educação 60h / 4.0.0.0	Legislação e Organização da Educação Básica 60h / 4.0.0.0	Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura 60h / 3.1.0.0	Optativa 45h / 3.0.0.0		Optativa 45h / 3.0.0.0

3.2 Estágio, Atividades Complementares, Extensão e TCC

3.2.1 Estágio Obrigatório

O estágio, sob a forma supervisionada, é um dos momentos de integração entre a academia, a escola e a comunidade. Momento em que licenciando percebe ser sujeito ativo no processo educacional e social, proporcionando sua inserção no campo de atuação profissional. Para os que já exercem o magistério, propicia uma reflexão e um redimensionamento sobre a práxis pedagógica.

O estágio obrigatório é a parte do currículo que integra a teoria e prática, sem, entretanto, ser a única com esse caráter, pois tanto a teoria como a prática devem permear todo o processo de formação acadêmico-profissional, possibilitando ao licenciando colocar-se à frente das questões do dia a dia da prática docente, incentivando a pesquisa e a qualificação continuada, em busca de soluções para os problemas detectados.

O estágio obrigatório possibilita que a academia seja um local aberto a estudos e discussões referenciadas na dimensão prática da ação docente, para reorientação da formação acadêmico-profissional com base na realidade proporcionada pelo intercâmbio de conhecimentos e vivências de questões inerentes ao exercício da ação docente, numa vinculação constante entre ação-reflexão-ação, para melhoria do ensino de graduação.

O presente documento apresenta as diretrizes gerais e normas de operacionalização do estágio obrigatório para cursos de licenciatura, visando atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, a legislação do Conselho Nacional de Educação – CNE, Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96) e, conseqüentemente, as normas da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

3.2.1.1 Fundamentos Legais

O estágio obrigatório tem fundamentação legal na legislação pertinente de âmbito nacional e em instrumentos normativos da Universidade Federal do Piauí. Quanto à legislação nacional relativa ao estágio obrigatório, citamos os seguintes dispositivos legais, com as respectivas ementas:

- I. Lei nº 9.394, de 20.12.1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece que os estágios devam ser regulamentados pelo sistema de ensino (Art. 82).
- II. Resolução CNE/CES nº 18, de 13.03.2002. Institui Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Letras.
- III. Decreto nº 5.622, de 19.12.2005. Regulamenta o artigo nº 80 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- IV. Lei nº 11.788/08. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, e a Lei nº 9.394, de 20/12/1996; revoga as Leis nº 6.494, de 07/12/1977, e 8.859, de 23/03/1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24/08/2001; e dá outras providências.
- V. Resolução CNE/CP nº 02/2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- VI. Lei nº 13.415/2017. Altera as Leis: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e Lei nº 11.494, de 20/06/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28/02/1967; revoga a Lei nº 11.161, de 05/08/2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Em se tratando dos instrumentos normativos internos da UFPI, há vários documentos que contribuem para a fundamentação legal do estágio obrigatório, os quais apresentamos a seguir, com as respectivas ementas:

- I. Resolução nº 199, de 20.11.2.003 – CEPEX/UFPI. Estabelece as normas gerais do Estágio Obrigatório e institui a sua duração e carga horária.
- II. Resolução nº 38/04 – CEPEX/UFPI. Altera a Resolução 199/03 – CEPEX/UFPI - acrescenta um novo artigo e renumera os seguintes.
- III. Resolução nº 109/04 – CEPEX/UFPI. Estabelece critérios gerais para aproveitamento de atividades docentes regulares na Educação Básica para alunos que ingressaram até 2003.2 nos Cursos Regulares de Licenciatura Plena da UFPI.
- IV. Resolução nº 115/05 - CEPEX/UFPI. Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores de Educação Básica e define o perfil do profissional formado na UFPI.
- V. Resolução nº 22/09 – CEPEX/UFPI – Dispõe sobre estágio obrigatório na UFPI.
- VI. Resolução nº 177/2012 – CEPEX/UFPI (Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí).
- VII. PDI/UFPI 2015-2019 –Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Piauí (Aprovado pela Resolução nº 002/2015-CD/CONSUN).
- VIII. Resolução nº 222/2016 – CEPEX/UFPI. Cria o Núcleo de Apoio Estatístico à Pesquisa - NAEP.

3.2.1.2 Sistemática de Operacionalização - Objetivos e Caracterização

O Estágio Obrigatório, para os cursos de Licenciatura da UFPI, constitui componente curricular obrigatório dos cursos de formação de recursos humanos para o magistério, para integralização curricular, previsto nos diversos currículos dos cursos de licenciatura, conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio obrigatório nos cursos de licenciatura plena (Resolução nº 01/02 – CNE, Resolução nº 02/02 – CNE, Resolução nº 199/03 – CEPEX/UFPI, Resolução nº 109/04 – CEPEX, Resolução nº 01/06 – CNE e Resolução nº 115/05 – CEPEX/UFPI).

Compreende o período em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, objetivando iniciar o futuro educador em sua vida profissional, através da vivência de situações concretas de ensino, sob a orientação e acompanhamento direto de um docente-supervisor.

O Estágio Obrigatório corresponde nas diversas licenciaturas às atividades de aprendizagem pedagógica, social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais da prática pedagógica, sob a coordenação da Instituição de Ensino.

O Estágio Obrigatório objetiva:

- I. Garantir a formação acadêmica: conclusão do processo de ensino-aprendizagem;
- II. Vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem, como experiência pedagógica, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos e a interdisciplinaridade;
- III. Desenvolver atividades que possibilitem ao estudante: conhecimento da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento; vivência da prática docente, envolvendo as dimensões humana, técnica, social e política; e a descoberta de si mesmo como agente social e construtor da cidadania, cujo trabalho só terá sentido se tiver como finalidade a realização pessoal.

Constitui, pois, momento único em que o estudante-estagiário tem a oportunidade de autoavaliação e de, ao mesmo tempo, ser avaliado quanto às suas competências e habilidades para o exercício da ação docente. O Estágio Curricular poderá ser planejado de modo a se constituir como atividade de extensão e/ou pesquisa, viabilizando a participação do estudante em projetos de interesse social.

3.2.1.3 Organização Administrativa e Didático-Pedagógica

Aspectos Administrativos

À Coordenação de Estágio Obrigatório compete planejar e coordenar as ações relativas ao estágio nos cursos de Letras, organizando, encaminhando, acompanhando e avaliando seu desenvolvimento. O coordenador será escolhido dentre os docentes responsáveis pelo estágio obrigatório. As competências e tempo de mandato desse coordenador serão estabelecidos pelos seus respectivos pares.

Carga Horária: 405 horas-aula

O Estágio Obrigatório nas diversas licenciaturas, compreende:

- I. Estágio obrigatório I – 135 (cento e trinta e cinco) horas-aula;
- II. Estágio obrigatório II – 135 (cento e trinta e cinco) horas-aula;
- III. Estágio obrigatório III – 135 (cento e trinta e cinco) horas-aula;

A carga horária total perfaz 405 (quatrocentas e cinco) horas-aula, que são ofertadas nos últimos 03 (três) semestres letivos do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

O Estágio Obrigatório realizar-se-á durante o período letivo da UFPI, correspondendo ao período estabelecido pelo calendário acadêmico da Instituição para os cursos de licenciatura, em consonância com o período letivo das redes pública e privada de ensino.

Campo de Estágio

O Estágio Obrigatório é componente curricular a realizar-se em campos pertencentes à Instituição ou em outras instituições públicas e privadas, do meio urbano ou rural, de Ensino Fundamental e Médio e em outros campos de atuação profissional, que atendam aos critérios estabelecidos pela Universidade Federal do Piauí, na forma de convênios firmados.

Os estudantes que já atuam como docentes na Educação Básica poderão solicitar o aproveitamento das experiências da prática pedagógica nas escolas em que atuam. Esta solicitação será analisada pelo Departamento ao qual o Estágio está vinculado.

Nesta proposta curricular, o princípio essencial da formação docente é a reflexão contínua sobre a prática em sala de aula, enfatizando a pesquisa como eixo articulador da construção e reconstrução do conhecimento. O estágio obrigatório ocorrerá em 03 (três) períodos, a partir do sexto período, com acompanhamento específico de no máximo 25 alunos por turma e será supervisionado de acordo com a lotação do estudante/profissional em sala de aula.

Matrícula

O discente deve efetuar a matrícula para estágio na Coordenação do Curso, no período estabelecido no calendário acadêmico da Instituição para os cursos de graduação.

Encaminhamento ao Campo de Estágio

O encaminhamento ao campo de estágio se dará através de ofício do docente supervisor ou da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado.

3.2.1.4 Formas de Operacionalização

Supervisão do Estágio

A Supervisão do Estágio é o elo entre o órgão formador e a Instituição Educacional que recebe o estudante para a realização do Estágio Obrigatório. A atuação do docente-supervisor visa articular, acompanhar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo, proporcionando ainda oportunidades de reflexão sobre o pensar e o agir profissional.

A supervisão no Estágio Obrigatório ocorre de forma direta com monitoramento sistemático e contínuo das atividades do estágio, através da:

- I. Avaliação periódica do desempenho dos alunos, de acordo com a orientação do professor supervisor;
- II. Criação e recriação de espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;
- III. Orientação na elaboração do Plano de Estágio e dos relatórios parciais e de conclusão do Estágio;
- IV. Elaboração do calendário de reuniões periódicas com os estudantes e coparticipantes do processo de ensino-aprendizagem;
- V. Apresentação à Coordenação de Estágio Curricular de Ensino do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** relatório das atividades desenvolvidas;
- VI. Proposição de alternativas pedagógicas de acordo com as necessidades e/ou a cultura institucional no decorrer do estágio curricular, garantindo o alcance dos objetivos propostos.

O docente-supervisor é o professor responsável pela indicação do campo de estágio e pelo processo acadêmico de acompanhamento do estudante-estagiário. Ele também é responsável por conduzir o aluno, durante período de estágio, a atividades de observação, ao conhecimento da realidade do campo de estágio, desenvolvendo uma visão crítica da realidade escolar, ao entendimento da dinâmica institucional, ao conhecimento da literatura sobre a área de atuação, à participação em reuniões informativas de troca de experiências e ao planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Planejamento, Execução e Avaliação do Plano de Estágio

O Plano de Estágio, contendo todas as etapas do estágio, é tarefa do estudante-estagiário, sob a orientação do docente-supervisor. Compete ao docente-supervisor selecionar e priorizar conteúdos a serem trabalhados e atividades a serem executadas, definir os objetivos que devem ser atingidos, fixar prazos, competências e habilidades a serem adquiridas e determinar, *a priori*, formas do próprio estágio.

O Plano de Estágio elaborado pelo licenciando deve conter as seguintes partes essenciais:

- I. Introdução: apresentação do trabalho de forma sintética e objetiva.

- II. Objetivos gerais e específicos: os objetivos definem o porquê da realização do trabalho e o que se pretende atingir com a sua realização.
- III. Fundamentação teórica: estudo sobre conteúdos relacionados à formação docente, às competências e habilidades do professor.
- IV. Metodologia do trabalho: contempla as seguintes etapas: conhecimento da realidade do campo de estágio, planejamento, execução e avaliação de atividades didático-pedagógicas, elaboração e entrega do Relatório Final do Estágio e apresentação dos resultados no Campo de Estágio.
- V. Cronograma: apresenta as etapas do trabalho e o tempo em que acontecerão.

O Plano deve ser elaborado a partir do conhecimento da realidade do campo de estágio. A execução do Plano pelo estudante-estagiário deve ser acompanhada pelo docente-supervisor. A avaliação do Plano de Estágio deve ser realizada após o término de cada etapa prevista no documento, para verificação e correção das falhas ocorridas, envolvendo docente-supervisor e estudante-estagiário.

Acompanhamento, Controle e Avaliação do Estágio

O acompanhamento e o controle do estágio devem ser realizados pelo docente-supervisor na forma descrita de supervisão (direta) e através de instrumentos a serem preenchidos pelo docente-supervisor, pelo estudante-estagiário e pelo docente-titular do campo de estágio (ficha de supervisão, ficha de frequência do estagiário, relatórios parciais e relatório final).

A avaliação deve envolver, além do docente-supervisor e do estudante-estagiário, o professor ou professores titulares do campo de estágio, da(s) turma(s), local do estágio e os profissionais (supervisor escolar/coordenador de ensino/diretor ou outros profissionais) do *lócus* de estágio, que devem avaliar o rendimento alcançado pelo estagiário e os aspectos gerais do estágio.

Os instrumentos de avaliação do estagiário devem ser elaborados pelo docente-supervisor, contemplando alguns elementos: integração do discente-estagiário no campo de estágio; desempenho das tarefas; capacidade de aplicação do conhecimento teórico-prático; capacidade de autocrítica; autodisciplina; assiduidade/pontualidade, comprometimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, habilidades e competências inerentes à profissão.

Pesquisa e Extensão no Estágio obrigatório: Estágio Obrigatório

Como a lógica da formação na Universidade Federal do Piauí aponta para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo por base o compromisso da Instituição com a construção de novos conhecimentos, desenvolvimento da capacidade de adaptar-se às mudanças e ao atendimento das necessidades da comunidade onde a instituição está inserida, se faz necessário que o Estágio Obrigatório possa ocorrer, prioritariamente, na forma de ensino, mas se pode associar o ensino às atividades de extensão e/ou de pesquisa.

O Estágio Obrigatório na forma de extensão visa à participação dos estudantes em ações que possam colaborar com os docentes já atuantes na Educação Básica, na revisão constante da sua prática, propiciando qualificação técnica e humana à comunidade de acordo com as necessidades apresentadas, contribuindo com momentos de reflexão e de troca e construção de saberes.

O Estágio Obrigatório na forma de pesquisa visa desenvolver o espírito científico do futuro licenciado, formando sujeitos afeitos às questões da investigação e a questionamentos que possam buscar soluções para os problemas enfrentados na prática pedagógica por aqueles que já exercem o magistério, abrindo espaços para pensá-lo, criticá-lo, criá-lo e para a proposição de alternativas. Visa, portanto, instrumentalizar o estudante-estagiário para aprender e criar de forma permanente, buscando respostas aos problemas que surgem nas atividades de ensino, ou seja, na prática educativa.

Orientações para o Estagiário

- I. Tomar conhecimento da Legislação Vigente e das Resoluções que regulamentam o Estágio Obrigatório na UFPI e do Manual de Estágio;
- II. Efetivar matrícula no Estágio Obrigatório, na Coordenação do Curso a qual está vinculado;
- III. Elaborar o Plano de Estágio sob a orientação do docente-supervisor;
- IV. Destinar, obrigatoriamente, um turno para a realização do estágio, para atendimento do horário da escola-campo de estágio, caso não exerça o magistério;
- V. Observar os prazos estipulados no plano de estágio para entrega dos trabalhos, materiais e documentos solicitados pelo docente-supervisor;
- VI. Entregar ao docente-supervisor, ao final de cada mês ou no prazo estabelecido por ele, a frequência devidamente assinada pelo responsável direto no campo de estágio;
- VII. Apresentar, ao término do Estágio Obrigatório, ao docente-supervisor, um relatório sobre as atividades desenvolvidas, expondo os resultados e a avaliação do trabalho no campo de estágio, apresentando e socializando os resultados.

As diretrizes gerais e normas de operacionalização do Estágio Obrigatório para as diversas licenciaturas da UFPI objetivam *a priori* subsidiar o estudante-estagiário nos aspectos legais que respaldam o estágio na Instituição, como também nos aspectos técnico-metodológicos das diferentes fases/momentos a serem vivenciados na sua formação acadêmica.

Definição dos Termos

- I. CAMPO DE ESTÁGIO – Local credenciado (instituições escolares e não escolares) pela Coordenação de Estágio Curricular – CEC/PREG, onde o estudante realiza atividades de estágio.
- II. ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO – Aluno matriculado no estágio obrigatório, encaminhado oficialmente ao campo de estágio.

- III. DOCENTE-SUPERVISOR – Professor da UFPI, indicado pelo Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – DMTE, para acompanhar o Estágio ou Prática de Ensino e proceder à supervisão das atividades de estágio.
- IV. DOCENTE-TITULAR DO CAMPO DE ESTÁGIO – Professor da escola/turma do campo de estágio, onde são desenvolvidas as atividades de estágio.
- V. PLANO DE ESTÁGIO – Documento elaborado pelo aluno-estagiário com a orientação do docente-supervisor, contendo o detalhamento das atividades de estágio.

3.2.2 Atividades Curriculares Complementares – ACC

Os estudos complementares, realizados por meio acadêmico-científico-culturais, constituem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. As atividades serão avaliadas e validadas continuamente, de acordo com o calendário acadêmico aprovado pela CEPEX, de modo que o aluno terá a possibilidade de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos através de estudos e práticas realizadas no decorrer do seu curso até no último semestre cursado.

Com base nos artigos nº 92 ao nº 96 da Resolução 177/12 – CEPEX (versão atualizada em 20/06/2018) e na Resolução nº 150/06 – CEPEX, considerar-se-ão atividades acadêmico-científico-culturais:

- I. Atividades de iniciação à docência, como estágios não obrigatórios normalizados pela UFPI, experiências profissionais (docência) e monitorias;
- II. Atividades de iniciação à pesquisa em programas de Iniciação Científica;
- III. Atividades de gestão, participação em órgãos colegiados (entidades de classe ligadas ao magistério) e entidades estudantis como membro da diretoria;
- IV. Programas de extensão, atividades de participação e/ou organização de cursos realizados em áreas afins e estudos complementares, aprovação ou premiação em concursos;
- V. Trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais de congressos;
- VI. Apresentação de trabalhos em eventos científicos;
- VII. Atividades artístico-culturais e produções técnico-científicas;
- VIII. Disciplinas eletivas, cursadas pelo aluno em outros cursos de graduação da UFPI, disciplinas estas elencadas na matriz curricular.

Para efeito de integralização curricular, as atividades acadêmicas desenvolvidas pelos alunos do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** compreendem 200 (duzentas) horas, que serão desenvolvidas ao longo do curso até o último semestre e devem ser registradas no histórico escolar do aluno, em conformidade com as normas internas da UFPI. No decorrer da sua

execução, a Coordenação de Letras-Português pode oferecer aos estudantes atividades que possam ser integralizadas no currículo.

3.2.2.1 Atividades de Iniciação à Docência: estágios não obrigatórios, experiências profissionais e monitorias

A Universidade Federal do Piauí entende que vivenciar o ambiente acadêmico não basta para formação completa do futuro profissional. Por isso, busca incentivar os alunos na realização de estágios não obrigatórios normalizados. Os programas de integração empresa-escola são fundamentais para o conhecimento da vida profissional e estimulam o aluno na vida acadêmica. Os programas de integração empresa-escola serão conduzidos pela Coordenação de Estágio Extracurricular, a qual propicia agilidade na intermediação entre o estagiário e a empresa e estabelece o convênio entre as partes. Os estágios devem ser comprovados através da apresentação do Contrato de Estágio e de um relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no estágio.

Além dos estágios, o Programa de Monitoria tem como objetivo experimentar a vivência didático-pedagógica, sob a supervisão e orientação do professor responsável; promover reforço ao processo de ensino-aprendizagem e possibilitar um aprofundamento de conhecimento na área em que se desenvolve a monitoria. É uma atividade que propicia espaço para rever conteúdos, discutir dúvidas e trocar experiências, aproximando, cada vez mais, os corpos discente e docente. Poderá ocorrer efetiva participação dos alunos do curso em Programas de Monitoria em várias disciplinas, devendo ser comprovada através de relatório do professor orientador e de declarações dos órgãos/unidades competentes.

Para os estudantes que já exercem a profissão – atuando na docência de Língua Portuguesa e suas Literaturas, em escolas públicas e/ou privadas –, serão aproveitadas as experiências docentes, desde que apresentado relatório descritivo da experiência docente, comprovante de vinculação (ato de posse e contracheque e/ou carteira de trabalho) e Resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE, autorizando o funcionamento da Escola.

3.2.2.2 Atividades de Pesquisa: programas de iniciação científica

A iniciação científica constitui um elemento acadêmico que dá suporte à política de pesquisa institucional, sendo, pois, atrelada à excelência da produção científica na comunidade e à melhoria da qualidade da formação acadêmica dos egressos. Essa política de pesquisa institucional é sistematizada, vinculada ao fomento orçamentário interno ou externo para a realização de suas atividades e fornecedora de mecanismos de sustentação e de ampliação da pesquisa na Universidade.

O Programa de Iniciação Científica-PIBIC e o Programa de Iniciação Tecnológica-PIBIT são sustentados por mecanismos permanentes de fomento oriundos de agências governamentais – como o

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí) – e de recursos próprios da instituição. Pode-se contar também com a Iniciação Científica Voluntária-ICV para incentivar pesquisas na graduação com alunos iniciantes e professores pesquisadores.

No Programa de Iniciação Científica, os alunos têm um incentivo à excelência da sua formação acadêmica e à participação efetiva em projetos de pesquisa orientados por docentes devidamente credenciados. Composto o Programa, estão aqueles projetos com mérito técnico-científico, com viabilidade de execução técnica e orçamentária, com a aprovação prévia pelos órgãos competentes, que, por sua vez, contam com verba destinada ao fomento da pesquisa institucional prevista no orçamento da universidade. O projeto também deve seguir a padronização institucional de um projeto de pesquisa viável do ponto de vista técnico-científico e metodológico.

A Iniciação Científica objetiva despertar o interesse pela pesquisa e incentivar os alunos nesse sentido. Os professores submetem projeto de pesquisa e planos de trabalhos a serem desenvolvidos pelos alunos. Após análise e aprovação das comissões, incluindo a do Comitê de Ética e Pesquisa, o projeto terá início e o aluno poderá receber bolsas de pesquisa. Para o aproveitamento das atividades complementares, o estudante deverá apresentar relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidades competentes.

3.2.2.3 Atividades de Gestão

A participação em órgão colegiado classista, seja na condição de estudante (movimento estudantil) ou de profissional (entidades de classe ligadas ao magistério), como membro da diretoria, deverá ser comprovada através das atas das reuniões das quais o estudante participou, declaração do órgão/unidade competente, e/ou outros atestados de participação e apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão.

3.2.2.4 Programas de Extensão: cursos/atividades em áreas afins, aprovação ou premiação em concursos

A participação ou organização pelo corpo discente de eventos de natureza técnico-científica, cultural e esportiva, dentro e fora da Instituição, faz parte das estratégias do curso para contemplar uma formação ampla, incentivando a busca permanente da formação profissional e o aprimoramento dos relacionamentos interpessoais. Para tanto, há ações regulares de apoio à participação em atividades de extensão comunitária, congressos, visitas técnicas, seminários, palestras, exposições, cursos de extensão, dentro e fora da IFES. Além destes, a aprovação ou premiação em concursos artístico-culturais e científicos que contribuam para a formação integral do estudante dentro e fora da Instituição faz parte das atividades acadêmico-científico-culturais para a integralização curricular. Essas atividades deverão ser comprovadas através de atestados,

certificados de participação/premiação ou apresentação de projeto registrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

3.2.2.5 Trabalhos Publicados

São considerados trabalhos publicados em livros, revistas indexadas, jornais e anais de congressos. Para sua comprovação, os alunos devem apresentar cópias dos artigos publicados e outros documentos comprobatórios.

3.2.2.6 Atividades Artístico-Culturais, Esportivas e Produções Técnico-Científicas

Referem-se à participação em grupos de arte, tais como: teatro, dança, coral, poesia e música, e produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos. Esta participação deve ser comprovada através de atestados de participação, apresentação de relatórios ou trabalhos produzidos.

3.2.2.7 Registro das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

As atividades devem ser registradas pelo próprio aluno na plataforma digital do SIGAA. Cabe à Coordenação de Letras-Português acompanhar, avaliar e emitir parecer acerca das atividades acadêmico-científico-culturais realizadas pelos estudantes ao longo da graduação, desde que estejam compatíveis com a listagem de atividades previstas pelo Projeto Pedagógico do Curso.

Para registro do aproveitamento da carga horária, deverão ser observados os critérios descritos no seguinte quadro que foi criado baseado nos artigos nº 92 ao nº 96 da Resolução 177/12 – CEPEX (versão atualizada em 20/06/2018) e na Resolução nº 150/06 – CEPEX:

QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Quadro 1: ATIVIDADES DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E À PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Monitoria	Um período letivo de monitoria.	20	60
Iniciação à docência	Participação por no mínimo dois semestres em projetos institucionais, PIBID ou PET.	30	60

Iniciação Científica-PIBIC ou Iniciação Tecnológica-PIBIT com bolsa	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	30	60
Iniciação Científica Voluntária - ICV	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	30	60
Participação em Grupos de pesquisa ou Núcleos de Pesquisa	Participação em Grupos de Pesquisa ou em Núcleos de Pesquisa, na condição de aluno-pesquisador, por um período letivo.	15	60
Participação em Grupos de Estudos	Participação em Grupos de Estudos por um período letivo.	10	50
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 2: ATIVIDADES DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos internacionais.	Participação em eventos internacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho.	20	60
Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos nacionais.	Participação em eventos nacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho.	15	60

Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos locais.	Participação em eventos locais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho.	10	40
Participação COMO OUVINTE em eventos acadêmicos internacionais, nacionais ou locais.	Participação, como ouvinte, em eventos acadêmicos de qualquer natureza, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	5	25
Participação COMO ORGANIZADOR de eventos acadêmicos internacionais.	Participação, como organizador, em eventos acadêmicos internacionais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	20	40
Participação COMO ORGANIZADOR de eventos acadêmicos nacionais ou locais.	Participação, como organizador, em eventos acadêmicos nacionais ou locais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	15	45
TOTAL			60
Certificação: Declaração ou Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			

Quadro 3: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Estágios não obrigatórios.	Programas de integração empresa-escola, cadastrados na Coordenação de Estágios PREG, por um período mínimo de 6 meses.	30	90
Experiências profissionais de ensino.	Atividades profissionais de ensino ligadas à área de Letras, com comprovação de vínculo empregatício ou de trabalho	30	60

	voluntário, por um período mínimo de 6 meses.		
Cargo de gestão em instituição de ensino.	Atividades de cargo de gestão em instituição de ensino, por um período mínimo de 6 meses.	30	60
Revisão de textos, correção de redações, elaboração ou edição de texto de publicidade e propaganda, jornais e editoras.	Atividades profissionais de revisão de textos, correção de redações, elaboração ou edição de texto de publicidade e propaganda, jornais e editoras.	10	40
Assessoria cultural, crítica literária, redação de manuais técnicos, de sinopses de livros e filmes, etc.	Atividades profissionais de assessoria cultural, crítica literária, redação de manuais técnicos, de sinopses de livros e filmes, etc.	10	40
Auxiliar acadêmico – Bolsa de inclusão social (BINCS)	Um semestre de auxílio acadêmico a um estudante com deficiência nesta instituição aprovado pelo edital NAU/PRAEC.	30	60
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 4: ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Projeto de extensão.	Um semestre de participação em projeto de extensão cadastrado na PREXC, com dedicação semanal de 12 a 20h, desde que não contemplado nas Atividades Curriculares de Extensão (ACE).	30	90

Palestras, espetáculos teatrais, exposições e outros eventos artístico-culturais.	Participação, na condição de ouvinte, em eventos de cunho artístico-cultural com conteúdo relacionado à área de Letras ou áreas correlatas.	1h/evento	20h
Participação em minicursos, oficinas e cursos profissionalizantes.	Participação, como ouvinte, em minicursos, oficinas, cursos profissionalizantes etc., na área de Letras ou áreas afins, com duração mínima de 4h.	5	30
Outras atividades de extensão	Quaisquer atividades não previstas neste quadro, mas contempladas na resolução nº 177/12-UFPI e atividades realizadas na área de Letras com carga horária mínima de 30h, desde que não contempladas nas Atividades Curriculares de Extensão (ACE).	10	60
TOTAL			90
Certificação: Atestados ou certificados de participação, apresentação de relatórios e projetos registrados na PREXC.			

Quadro 5: TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Publicação em anais de eventos acadêmicos internacionais.	Participação em eventos internacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento.	20	60
Publicação em anais de eventos acadêmicos nacionais.	Participação em eventos nacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação	15	60

	nos anais do evento.		
Publicação de anais em eventos acadêmicos locais.	Participação em eventos locais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento.	10	40
Publicação em revista acadêmica com Qualis A1 ou A2.	Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, avaliada pela CAPES com o QUALIS A1 ou A2.	40	80
Publicação em revista acadêmica com Qualis entre B1 e B4.	Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, avaliada pela CAPES com o QUALIS entre B1 e B4.	35	70
Publicação em revista acadêmica com Qualis C.	Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, avaliada pela CAPES com o QUALIS C.	30	60
Publicação em revista acadêmica sem índice de qualificação da CAPES.	Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, sem o QUALIS.	10	50
Publicação em outros meios de comunicação escrita (como revistas comerciais, jornais, fanzines etc.).	Publicação de ensaios ou artigo acadêmico em revistas comerciais, jornais, etc.	5	25
Premiação em concursos artístico-culturais, acadêmicos ou por órgãos afins.	Premiação recebida em eventos artístico-culturais, acadêmicos ou por órgãos afins, devidamente comprovados.	20	60
TOTAL			90
Certificação: Cópia do texto publicado e apresentação de documento comprobatório de sua fonte.			

Quadro 6: VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria.	Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil (CA e/ou DCE).	10	20
Participação em órgão colegiado da UFPI	Participação anual como membro em órgãos colegiados (conselhos, assembleias e colegiado de curso).	10	20

Participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI (não relacionados a eventos).	Participação, devidamente comprovada, em comissões ou comitês de trabalho na UFPI (eleições, CPA, PPC, PDI, etc.).	10	20
Elaboração de Projetos Institucionais	Participação na Elaboração de Projetos Institucionais (PPC, PDI, estatutos e regimentos).	10	20
TOTAL			40
Certificação: Atas de reuniões, declaração ou certificado do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e apresentação de relatórios.			

Quadro 7: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Participação em grupos de arte.	Participação, por no mínimo um semestre, em grupos de artes ligadas à área de Letras, tais como teatro, dança, coral, poesia, música etc., devidamente comprovada através de certificado ou declaração do professor-orientador da atividade.	20	60
Produção de mídias e produção cultural.	Produção ou elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos, exposições, obras de teor artístico-cultural, tais como montagem, instalação, sarau, roteiro de cinema ou peça de teatro, música, poesia e criações literárias em geral, ligadas à área de Letras e devidamente comprovadas através de certificado ou declaração do professor-orientador da atividade.	20	60
TOTAL			90
Certificação: Atestados de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos.			

Quadro 8: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA IES OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Disciplina Eletiva ou Disciplina Especial.	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30	60
TOTAL			60
Certificação: Histórico Escolar.			

Quadro 9: VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas.	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável.	05	10
TOTAL			10
Certificação: Declaração do responsável/professor acompanhante da visita.			

Para efeito de cadastro no sistema, todas as atividades acadêmico-científico-culturais que constam neste PPC necessitam da criação de códigos novos.

O calendário universitário indicará o período para solicitação de integralização das atividades acadêmico-científico-culturais junto à Coordenação de Letras-Português, até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. A Coordenação do Curso, com o apoio de uma comissão, avaliará o desempenho do aluno nas atividades acadêmico-científico-culturais, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório, estipulando a carga horária a ser aproveitada e encaminhando os dados obtidos para registro.

3.2.3 Atividades Curriculares de Extensão – ACE

Em consonância com a política extensionista do Conselho Nacional de Educação-CNE/MEC – Resolução nº 07/2018, aprovou um documento com diretrizes que regulamentam a extensão na educação superior brasileira, bem como atendendo aos termos dispostos na Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI, que trata da inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação desta instituição, o presente currículo garante a realização de, no mínimo, 10% da carga horária total do curso voltada para as atividades de extensão.

A extensão universitária busca promover a articulação da universidade com os demais setores da sociedade, principalmente aqueles caracterizados pelo fator de vulnerabilidade social. Nos termos do Conselho Nacional de Educação, a extensão universitária é definida da seguinte forma:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Assim sendo, o **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** do Parfor/UFPI prevê uma série de atividades extensionistas, com o intuito de:

- I. Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- II. Contribuir com a formação qualificada dos graduandos, destacando o papel da cidadania e do comprometimento social;
- III. Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e de inovação;
- IV. Fomentar o desenvolvimento tecnológico e a sua transferência a partir do contato com os problemas da sociedade;
- V. E estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura e educação.

A realização das Atividades Curriculares de Extensão-ACE é obrigatória para todos os alunos do curso e podem ser executadas a partir das seguintes modalidades cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PREXC:

- I. Eventos de Extensão
- II. Cursos de extensão

É importante ressaltar que, como a atividade extensionista abrange toda a prática realizada pelo aluno cujos efeitos ultrapassem as barreiras da universidade e alcancem a sociedade como um todo, as ACEs não se restringem, em termos curriculares, à atuação *in loco* em escolas da educação básica. O veio extensionista pode se consubstanciar na realização de ações que garantam o pluralismo teórico-conceitual e terminológico no tocante às múltiplas perspectivas de abordagem dos fenômenos linguístico e literário. Nesse sentido, a operacionalização da carga horária da extensão curricular pode se dar a partir de atividades acadêmicas como:

- I. Realização de seminários, simpósios temáticos e amostras científicas;
- II. Criação e divulgação de *podcast* sobre determinados temas das disciplinas;
- III. Produção de material didático;
- IV. Formação de oficinas de atividades lúdicas com a linguagem;
- V. Divulgação do conhecimento científico através das plataformas digitais;

- VI. Realização de amostras em feiras profissionais e culturais;
- VII. Produção de saraus e performances poéticas;
- VIII. Realização de jornadas de estudos.

De certo modo, a realização de cada uma dessas atividades visa promover mudanças de ordem socioeconômica e cultural, visto que – a partir de uma mobilização acadêmico-social – torna-se viável promover a inserção dos membros da comunidade na universidade, fazendo valer a concepção desta como casa de cultura em que se promove o saber e se ratifica o exercício da cidadania.

Todo o trâmite legal para a realização das ACEs deve obedecer aos termos dispostos na Resolução nº 053/19 CEPEX/UFPI. Em termos gerais, as ACEs serão executadas sob a forma de disciplinas vinculadas aos componentes curriculares do curso.

No que tange à natureza e à organicidade das ACEs, é importante destacar:

- I. As disciplinas devem contemplar um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e prático, que favoreçam a socialização e a apropriação, pela sociedade, de conhecimentos produzidos na universidade, ou fora dela, de forma presencial, contribuindo para a maior articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais.
- II. As ACEs devem ser desenvolvidas por meio de metodologias participativas, no formato de investigação-ação que priorizem métodos de análise inovadores, a participação de diferentes atores sociais e o diálogo;
- III. As ACEs serão ofertadas por meio de disciplinas do currículo do curso, após sua prévia aprovação pela instância de vínculo direto dos docentes responsáveis pelo componente curricular, conforme a Resolução nº 053/2019-CEPEX/UFPI;
- IV. As ACEs devem estar em consonância com a especificidade formativa do curso e envolver diversidade de ações.

Para a integralização do currículo, o aluno deve cumprir 345h de atividades de extensão (correspondente à 10% da carga horária total do curso), que estão organizadas em unidades temáticas distribuídas ao longo dos semestres letivos, conforme explicita o quadro abaixo:

PERÍODO	TIPO	POSSIBILIDADES DE TRABALHO
2º	ACE I	<i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que abordem o ensino de gramática, contemplando aspectos descritivos, históricos e funcionais da língua portuguesa e/ou língua latina.</i>
3º	ACE II	<i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que abordem estudos e exercícios de escrita criativa.</i>

4º	ACE III	<i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que contemplem estudos do texto, discurso, semântica e enunciação, colocando em foco aspectos pragmáticos e questões como intertextualidade, interdiscursividade, gêneros, condições de produção e memória.</i>
5º	ACE IV	<i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que abordem exercícios de performance poética e recursos de transposição intersemiótica.</i>
6º	ACE V	<i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que propiciem uma reflexão sobre linguagem e sociedade, abordando a variação e a mudança linguística, o plurilinguismo e as políticas linguísticas.</i>
7º	ACE VI	<i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que tratem da divulgação de trabalhos científico-acadêmicos na área de teoria e crítica literária.</i>
8º	ACE VII	<i>Participação discente na organização ou execução de ACEs, tais como programas, projetos, cursos e eventos que tratem da divulgação de trabalhos científico-acadêmicos na área de teoria e crítica literária.</i>
TOTAL		315h

A tabela acima trata da oferta de programas, projetos, cursos e eventos de extensão desta IES podendo o discente participar de outras ACEs ofertadas por outros cursos e/ou órgãos da UFPI ou por outras IES desde que participem semestralmente de pelo menos uma ACE até integralizar os 10% da carga horária total do curso.

A participação dos estudantes em ACE dar-se-á nos formatos de executores, ministrantes ou organizadores. O registro das ACE deve seguir os termos dispostos nas normas da PREXC/UFPI e atender aos seguintes requisitos:

- I. Previsão no PPC como atividade curricular de extensão, a ser iniciada a partir do 2º período do curso, ou seja, inicia-se em 2023.1, visto que este PPC será implantado em 2022.2;
- II. Elaboração de proposta de extensão com indicação do processo sistemático de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação;
- III. Aprovação nas instâncias acadêmicas competentes;
- IV. Registro na PREXC/UFPI.

3.2.4 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Em consonância com o Art. 9º da Resolução CES/CNE nº 04, de 13 de julho de 2005, o Curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do Parfor/UFPI adota o

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC em caráter obrigatório, a ser realizado em três etapas (TCC I, II e III) nos últimos três períodos do curso (6º, 7º e 8º períodos).

O TCC é um componente curricular previsto na Resolução nº 177/12 CEPEX-UFPI, que regula o funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí. A carga horária deste trabalho corresponde a 120 h/a de trabalho individual, a ser desenvolvido sob a supervisão de um professor formador-orientador vinculado ao curso de Letras-Português. Em casos excepcionais e dependentes da especificidade da temática, justificados e mediante aprovação prévia do colegiado, o aluno poderá ser orientado por um professor de outro curso de área afim.

O TCC deve ser elaborado de acordo com o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão do Curso (TCC) de **Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, do Parfor/UFPI, quanto aos critérios de elaboração e apresentação, normas técnicas e formatação, mecanismos de avaliação e outras diretrizes que se fizerem necessárias. A Coordenação do curso disponibilizará manual com orientações para o TCC e repositório digital para os trabalhos.

O TCC é um trabalho de produção acadêmica que deve considerar as competências e habilidades desejáveis nos profissionais egressos dos cursos de Letras e que tem, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o intuito de atingir objetivos como:

- I. Possibilitar a prática da pesquisa acadêmica;
- II. Aprimorar os conhecimentos na área de formação do curso;
- III. Desenvolver a capacidade crítica e analítica.

O desenvolvimento do TCC deve gerar um trabalho monográfico, entre os formatos monografia, artigo científico, relato de experiência e roteiro documental com audiovisual, que verse sobre temas relevantes para a área de Letras (incluindo linguística, linguística aplicada e literatura).

O TCC do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** do Parfor/UFPI será dividido em 03 (três) etapas: TCC I – elaboração do projeto de pesquisa com carga horária de 45h/a; TCC II – elaboração e defesa da monografia com carga horária de 60h/a e TCC III – revisão/correção de acordo com as orientações da banca avaliadora e possibilidade de transformar a monografia em artigo científico com carga horária de 15h/a. Vale ressaltar que em todas as etapas o aluno deve comparecer às sessões de orientação, cumprir o cronograma delineado no projeto de pesquisa, elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso nas formas previstas pelo Regulamento interno e comparecer à defesa na data agendada, bem como efetivar as correções indicadas pela banca avaliadora.

No que tange à avaliação dos trabalhos apresentados, serão levadas em consideração questões como: adequação aos gêneros propostos, conforme o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (anexo I), a qualidade da redação, assim como o perfeito desenvolvimento do projeto científico (com delimitação do tema, formulação do problema, hipóteses e objetivos claramente definidos), fundamentação teórica adequada, metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos, discussão adequada dos

dados, apresentação clara, consistente e respostas adequadas à arguição da banca. Ao final da disciplina TCC II, ofertada no 7º período, ocorrerá a sessão de defesa. O trabalho deverá ser submetido à apreciação de 02 (dois) avaliadores (sendo um deles necessariamente vinculado à UFPI e outro externo ao quadro de professores da Instituição). Cada avaliador deverá entregar um parecer escrito contendo a sua avaliação do trabalho monográfico, o qual ficará disponível para o aluno.

3.3 Metodologia

O processo de ensino e aprendizagem é o mecanismo através do qual o aluno apreende as competências necessárias para exercer o ofício de Professor de Língua Portuguesa e Literatura. Caracteriza-se como uma sequência ordenada, períodos de atividades claramente articuladas, segmentos em que se pode notar uma trama hierárquica de atividades incluídas umas nas outras, que servem para dar sentido unitário ao ato de ensinar. Este processo envolve relações entre pessoas e está imbuído de várias sutilezas que o caracterizam: exemplo, negociação, controle, persuasão e sedução. Por outro lado, em razão de seu caráter interativo, evoca atividades como: instruir, supervisionar, servir e colaborar. Também requer intervenções que, mediadas pela linguagem e pela tecnologia, manifestam a afetividade, a subjetividade e as intenções dos agentes. Nessas interações, o ensino e a aprendizagem são adaptações, (re)significadas por seus atores e pelo contexto.

A fim de contemplar todos os critérios exigidos pelo instrumento de avaliação de cursos de graduação que o curso apresenta, além do espaço de sala de aula, utiliza laboratórios de informática para atividades do curso na própria instituição a fim de possibilitar uma formação articulada com o campo de trabalho e responder às exigências da atualidade, incluindo-se neste particular o contexto das novas tecnologias da comunicação e da informação com o intuito de proporcionar ao discente o uso competente das tecnologias para aprimoramento da prática pedagógica e sua ampliação da formação cultural. Atenção especial a acessibilidade metodológica, relação ensino e as novas tecnologias, pois a relação entre tecnologia e educação necessita de movimento interdisciplinar que possibilite pensá-lo ao longo de todo o curso como conceito e como prática.

Vale ressaltar, no que tange a relação entre tecnologia e educação, que o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas-SIGAA constitui uma excelente ferramenta de ensino-aprendizagem, pois neste sistema, o docente tem a possibilidade de lidar com outras ferramentas de pesquisa, ensino e extensão, que também o ajudam no cumprimento da carga horária, bem como no sistema avaliativo dos discentes, tais como, fóruns, chats, links de acesso a livros, artigos científicos etc.

O processo de ensino e de aprendizagem, embora intangível, se materializa na ação de favorecer o aprendizado de uma cultura e/ou na aquisição de conhecimentos e competências, em um contexto real e determinado, configurando-se em uma práxis situada. Como práxis, deixa de ser adaptação de condições

determinadas pelo contexto para tornar-se crítica. Assim sendo, estimula o pensamento dos agentes, capacitando-os para intervir neste mesmo contexto, o que supõe uma opção ética e uma prática moral, enfim, uma racionalidade. Isso significa que pensar o processo de ensino e de aprendizagem do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** do Parfor/UFPI implica definir os fins, os meios, os conteúdos, o papel do professor, o que é aprendizagem, as formas de avaliação. Resgatando a abordagem de ensino pela qual este Projeto Pedagógico se orienta, o ensino e a aprendizagem estão fundamentados na racionalidade pedagógica prático-reflexiva, portanto, no princípio teórico-metodológico da reflexão na ação.

3.3.1 O Papel do Aluno

Pela forma como o currículo se organiza, em face das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, o aluno do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** do Parfor/UFPI deve assumir o papel de um dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem. Neste processo de construção de conhecimento, ele deve assumir uma postura de curiosidade epistemológica, marcada pelo interesse por novas aprendizagens, e desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo, atitudes de ética e de humanização, responsabilidade e espírito crítico-reflexivo.

Ao longo de sua formação, o aluno deverá demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de classes sociais, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras. Além disso, também deverá participar de atividades que proporcionem, para sua formação em Letras, conhecimento específico e interdisciplinar sobre processos de ensinar e de aprender em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares, sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas.

A dimensão metodológica no curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa contempla ainda o princípio da flexibilização na sua estrutura curricular, assegurando a indissociabilidade teoria-prática, em que a prática como componente curricular se insere no contexto programático das diferentes disciplinas, adequando-se as peculiaridades destas, sendo isso viabilizado por meio de oficinas, laboratórios, seminários e aproveitamento das experiências vivenciadas pelo aluno, estudos de casos, permitindo a aplicabilidade dos conhecimentos construídos no desenvolvimento de seu processo formativo. Nesta perspectiva, o presente projeto assegurar a articulação do processo ensino-aprendizagem tendo a prática como componente curricular importante para construção do conhecimento e sua relação com a prática profissional, sendo previsto o mínimo de 405 (quatrocentos e cinco) horas distribuídas dentre as disciplinas obrigatórias. Essa distribuição está contemplada no núcleo de disciplinas que compõem a prática como componente curricular.

Assim, cabe especificar a função do estudante e do professor no processo de ensino-aprendizagem.

3.3.2 O Papel do Professor

De acordo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

A ação do profissional da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e o manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

A natureza epistemológica do papel do professor está condicionada a uma inteligibilidade ou a um saber-fazer (por isso também é intelectual) que fomenta saberes que vão além de saberes éticos, morais e técnico-científicos. Requer saberes interpessoais, pessoais e comunicacionais para que a relação estabelecida entre alunos e professores possa favorecer o processo de ensino e de aprendizagem.

No **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** estes saberes assumem cabal importância, uma vez que os professores, agindo como mediadores do conhecimento, podem desempenhar papéis de orientadores, os quais são professores vinculados ao **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** todos com formação profissional na área.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Para a atuação estratégica e operacionalização das ações por todos os envolvidos no processo de formação acadêmica desenvolvidos no âmbito da UFPI, as políticas constituem-se referenciais basilares. Nesse sentido, são socializadas de maneira ampla para que sejam conhecidas, apropriadas e praticadas por todos os profissionais que compõem o quadro funcional da instituição, inclusive pelos estudantes e comunidade. Dessa maneira, importa adotar uma prática contínua de comunicação e de vinculação das políticas de ensino, pesquisa e extensão às ações dos gestores, técnico-administrativos, pessoal de apoio, docentes, discentes em suas tarefas enquanto partícipes de uma formação de qualidade, bem como em suas atividades de formação e profissionalização.

4.1 Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão

A UFPI empenha-se, segundo PDI (2020), no cumprimento do seguinte objetivo: “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado”. Sua **política de ensino**, portanto, deve relacionar diretrizes institucionais direcionadoras do plano de ação pedagógica de forma a orientar as ações dos profissionais e discentes na busca pelo cumprimento de metas e estratégias previstas.

A **política de pesquisa** da UFPI visa o acompanhamento, a fiscalização e o apoio das atividades de pesquisa, envolvendo grupos de estudos e projetos, coordenação e execução de Programas Institucionais a exemplo do PIBIC - Institucional de Bolsas de Iniciação. Visa também o apoio, o incentivo e intermediação de cooperações nacionais e internacionais, através de seus acordos de pesquisas, ficando a PROPESQ responsável pela relação externa com os órgãos de fomento, especialmente o CNPq, a FINEP e a FAPEPI.

A **política de extensão** da UFPI trata de atividades que, de acordo com a Resolução 7/2018, Art. 3º:

Se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processos interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico que promove a integração transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Para que seja possível o cumprimento ao estabelecido na referida resolução, a concepção de extensão deve conceber o protagonismo discente, a interdisciplinaridade, a responsabilidade de apropriação, integração e articulação das políticas vigentes no âmbito nacional e institucional. Assim sendo, 10% das atividades de extensão devem compor a matriz curricular da Educação Superior e de forma que a concepção e a prática dessa extensão baseiem-se em; interação dialógica entre IES e comunidade, vivências de conhecimentos, produção de mudanças tanto na IES quando nos demais setores da sociedade, articulação entre ensino/extensão /pesquisa.

Política de Ensino, pesquisa e extensão deve ser condicionada, de forma ampla, ao desenvolvimento dos processos de:

- I. Formação humanística, científica e profissional;
- II. Organização didático-pedagógica;
- III. Profissionalização e qualificação dos gestores, pessoal administrativo e demais profissionais.

Tais processos nortearão o desenvolvimento da referida política de modo a garantir:

- I. A **indissociabilidade** entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. A **qualidade** do ensino e aprendizagem, gerenciando, executando e avaliando projetos e programa segundo os parâmetros de qualidade delineados no PDI;
- III. A **sustentabilidade** cuidando para o alcance da capacidade de uso racional de recursos disponíveis, bem como para a integralização de questões sociais, econômicas, ambientais e energéticas, no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de ensino;

- IV. A **conduta ética**, conforme os valores previstos no PDI em consonância com a legislação vigente para a garantia da integridade intelectual e física dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem;
- V. A **lealdade**, em conformidade com o que está previsto na legislação vigente e nas regulamentações institucionais nas quais os processos, projetos e programas desenvolvidos estão vinculados;
- VI. A **transparência**, promovendo a confidencialidade, a integridade, a imparcialidade e a qualidade de dados e informações.

4.2 Apoio ao Discente

Além dos deveres dos alunos, é preciso salientar que a UFPI oferece sua contrapartida ao corpo discente por meio das ações desenvolvidas sob a coordenação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), um órgão responsável pelo planejamento e execução da política de assistência estudantil e comunitária da Universidade Federal do Piauí.

A existência de ações de apoio aos discentes tem como finalidade promover ações afirmativas de acesso e inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, através da promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Através da PRAEC, a UFPI oferece aos seus alunos uma rede de apoio acadêmico e social importante para a sua formação pessoal e profissional.

No curso de Letras Português, a coordenação pedagógica deverá ser a responsável para orientar os discentes que necessitam de apoio para lidar com os aspectos referentes ao ensino-aprendizagem e à sua formação docente. Para casos em que fique limitada a ação da coordenação pedagógica do curso de Letras Português, a UFPI oferece gratuitamente ao seu corpo discente assistência pedagógica, por meio do Serviço Pedagógico (SEPE) ou no Núcleo de Acessibilidade (NAU), e para estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Discentes com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem podem buscar facilmente os serviços de apoio pedagógico da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), NAU e Núcleos de Assistência Estudantil (NAEs).

4.2.1 Previsão de Atendimento a Estudantes Portadores de Necessidades Especiais

Em cumprimento ao Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, o **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** promoverá ao estudante portador de necessidades especiais atendimento apropriado, conforme sua necessidade. A ideia é viabilizar a integração e acesso dos alunos portadores de necessidades especiais aos equipamentos e conteúdos envolvidos no seu desenvolvimento cognitivo.

Para promover o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação no **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, a fim de garantir a inclusão desses alunos com necessidades educacionais especiais à vida acadêmica, os docentes contarão com o apoio do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Piauí (NAU), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), formado por uma equipe multidisciplinar e criado através do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), do Ministério da Educação (MEC).

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisão relativo ao curso, destacam-se: avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; e a avaliação do material didático. Neste projeto, é dado destaque para a avaliação da aprendizagem e a avaliação da Proposta Curricular, uma vez que os outros aspectos são trabalhados em subprojetos específicos.

5.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo educativo e vinculando-se diretamente aos objetivos da aprendizagem no contexto do projeto do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, deve ser realizada de forma contínua, considerando o desempenho do aluno em relação ao que foi planejado, visando à tomada de decisão em relação à consecução dos objetivos propostos, envolvendo também o julgamento do aluno sobre sua própria aprendizagem, sempre que possível.

Portanto, a avaliação, utilizando diferentes instrumentos, tem as seguintes finalidades diagnóstico-formativas:

- I. Comparar o desempenho dos alunos nos instrumentos de avaliação⁴ aplicados aos objetivos traçados pela disciplina e pelo Curso;
- II. Detectar dificuldades na aprendizagem;
- III. (Re)planejar;
- IV. Tomar decisões em relação à recuperação, promoção ou retenção do aluno;
- V. Realimentar o processo de implantação e consolidação do Projeto Pedagógico.

⁴ A resolução nº 177/12, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPEX, determina em seu artigo 103, no §2º, que: “Em cada disciplina é obrigatória a realização de **pelo menos uma avaliação escrita realizada individualmente**” (p. 14) (grifo nosso). Os professores do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** farão cumprir esta obrigatoriedade regimental, desde o primeiro período e nos subsequentes, buscando com isso, dirimir, o máximo possível, ao longo de toda graduação, as dificuldades de leitura e escrita dos alunos do Curso.

5.1.1 Avaliação Institucional

O sistema de avaliação da educação superior – Lei nº 10861, de 14.04.2004, aplica-se integralmente ao Curso de Licenciatura em Letras. A Lei instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e, no artigo 3º, estabelece as dimensões para a Avaliação Institucional em âmbito nacional, respeitando a realidade de cada instituição. O Programa de Autoavaliação da UFPI adota como elementos norteadores do seu processo avaliativo a análise destas dimensões conforme suas especificidades. Constituem as dimensões institucionais:

- I. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para o estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e às atividades de extensão;
- III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio-ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. A comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal; as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo; seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia em relação à Reitoria e à participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX. Políticas de atendimento aos estudantes;
- X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

5.1.2 Objetivos da Avaliação Interna da UFPI

De forma geral, os objetivos do Programa de Avaliação Interna da UFPI consistem em:

- I. Avaliar a eficácia e a efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFPI para definir seu perfil institucional;
- II. Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;

III. Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.

Para a consecução dos objetivos gerais do Programa de Avaliação Interna, faz-se necessário realizar ações de caráter específico, tendo em vista os objetivos e a missão institucional. Serão, portanto, analisados:

- I. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão da UFPI;
- II. A política de formação acadêmico-científica, profissional, bem como o grau de articulação entre a iniciação científica, a extensão e a formação profissional dos alunos estudantes;
- III. As políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento social, enquanto Instituição portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural;
- IV. A infraestrutura e sua relação com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da UFPI;
- V. O planejamento e avaliação, instrumentos centrados no presente e no futuro institucional, a partir do conhecimento de fragilidades, potencialidades e vocação institucional;
- VI. As formas de acesso dos alunos à UFPI;
- VII. Programas que busquem atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil no âmbito da UFPI;
- VIII. A capacidade de administrar a gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas no PDI.

5.1.3 Desenvolvimento Metodológico

Para definir a metodologia do Programa de Avaliação Interna da UFPI, foi considerado o resultado da autoavaliação realizada recentemente pela comissão anterior no período 2003-2004, cujo trabalho foi pautado nos indicadores sugeridos no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB e pelo conjunto de indicadores que balizou a criação do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES.

O trabalho avaliativo na UFPI prevê duas dimensões articuladas para sua execução: política e técnica. A dimensão política compreende a avaliação interna e externa. A avaliação interna se constitui na análise crítica das ações realizadas nos diversos segmentos da UFPI, tendo como foco a participação da comunidade universitária. A avaliação externa, por seu turno, é concebida como oportunidade crítica para que outros segmentos externos à Instituição participem do exame da prática universitária.

A dimensão técnica possibilita a análise crítica dos dados quantitativos e qualitativos para reconhecer as diferenças, valorizar aspectos específicos, explicar situações, bem como atribuir e buscar sentido acadêmico e pedagógico. A adoção dessas dimensões tem a finalidade de manter a UFPI em sintonia com a

política nacional de avaliação da educação superior, contribuindo, assim, para a construção de uma nova identidade para esta Instituição, conforme os paradigmas contemporâneos.

5.1.4 A avaliação do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa

De caráter formativo, a avaliação do curso será realizada ao final de cada período pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, através de questionários envolvendo professores e estudantes, sempre visando à melhoria da sua operacionalização. A avaliação do curso também é efetuada periodicamente pelo ENADE, cujo exame intenta acompanhar o seu andamento através da aplicação de provas e questionários destinados aos profissionais qualificados nas áreas de Letras, considerando os aspectos relacionados aos objetivos do curso e ao perfil profissional.

5.1.5 A Avaliação da Aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa

Ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno, o trabalho do professor deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a este saber. Neste sentido, a relação teoria e prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor/aluno - mediada principalmente por textos - se torna fundamental.

No processo de avaliação de aprendizagem, é relevante analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente às suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos do projeto pedagógico.

No **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa**, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar não apenas como ocorre a aprendizagem da Língua Portuguesa, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

No que se refere ao registro no sistema acadêmico, será feito por período, através da verificação da assiduidade e aproveitamento, com base na Resolução nº 043/95 – CEPEX/UFPI.

O aproveitamento ocorrerá de forma presencial, com utilização de instrumentos diversos, que lhe exijam não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções. Esses instrumentos de avaliação (tais como pesquisas, produções textuais escritas e orais, seminários, autoavaliações, testes diagnósticos, provas individuais e em grupo, e outros) são elaborados pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento. Os resultados das avaliações serão expressos por nota numa escala de zero a dez.

Cada professor, juntamente com a Coordenação do Curso, ficará responsável por adequar o sistema de avaliação como melhor se adaptar à sua disciplina.

5.2 Avaliação do PPC

A avaliação do Projeto Pedagógico do **Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa** da UFPI tem por objetivo buscar ações de melhorias da qualidade do currículo e precisa ser visto como uma atividade de análise crítica de rotina durante o processo de desenvolvimento do curso.

Através da *Comissão Especial de Avaliação do Projeto Pedagógico* nomeada pela Coordenação de Letras-Português, a ser instituída em assembleia departamental, o referido processo de avaliação prevê planejamento, organização e coordenação de ações para a implantação, desenvolvimento e avaliação do currículo proposto no PPC. A comissão também deverá desenvolver ações de sistematização de resultados e proposição de novos encaminhamentos com vistas ao alcance do objetivo.

Nesse sentido, levando-se em conta os princípios previstos no PPI da UFPI e sua relação entre objetivos, estrutura curricular, conteúdos, perfil do egresso, competências, habilidades dentre outros constituintes do PPC, são desenvolvidas as seguintes estratégias:

I - Realização de fóruns de avaliação das atividades e funcionamento do curso envolvendo a comunidade acadêmica;

II - Semestralmente, realização de avaliação do desempenho acadêmico, por meios de questionários de avaliação e autoavaliação para professores e alunos;

III - Realização de seminários para análise e discussão dos dados obtidos na avaliação de desempenho, detectando falhas a serem corrigidas;

IV - Realização de reuniões pedagógicas com objetivos de propor estratégias de correção de falhas do currículo do curso;

V - A cada 02 (dois) anos, realização de avaliação do PPC com vistas a indicação dos desafios a serem enfrentados para o alcance da satisfação dos egressos e do mercado de trabalho com relação à otimização do currículo.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

6.1 ÁREA: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

6.1.1 Disciplinas obrigatórias

DISCIPLINA	CÓDIGO
------------	--------

Filosofia da Educação		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Filosofia e filosofia da educação: Concepções e especificidades da Filosofia; concepções de educação; tarefas da filosofia da educação; relação entre educação, pedagogia e ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-políticas e estéticas. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da educação e a formação do/a professor/a.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</u></p> <p>ARANHA, M. L. de A. Filosofia da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.</p> <p>BRANDÃO, C. R. O que é educação. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>BRITO, E. F. de; CHANG, L. H. (Org.) Filosofia e método. São Paulo: Loyola, 2002.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</u></p> <p>BULCÃO, E. B. M. Bacharelado: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.</p> <p>CHAUÍ, M. Convite a Filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>CUNHA, M. V. John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula. Petrópolis (RJ), 1994.</p> <p>FAYE, J. P. O que é filosofia? Lisboa: Instituto Piaget, 1999.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra: 1996.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
História da Educação		DEFE/CCE058
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>História da educação: Fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u></p> <p>AZEVEDO, F de. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura Brasileira. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.</p> <p>BRITO, I.S. História da educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 1996.</p> <p>DI GIORGI, C. Escola nova. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</u></p> <p>FARIAS FILHO, L. M. de. (Org.). Pesquisa em história da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes.</p>		

Belo Horizonte: HG Edições, 1999.
 FERRO, M. do A. B. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.
 JÚNIOR, P. **Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
 LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. 2000. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
 MONLEVADE, J. **Educação pública no Brasil: contos & descontos**. Ceilândia: Ideal Editora, 1997.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Psicologia da Educação</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AMIRALIAN, M. L. T. Psicologia do excepcional. São Paulo: EP, 1996. BRAGHIROLI, E. M. e outros. Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 2001. CASTORINA, J.A. et.al. Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1996.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. e TEXEIRA, M^a de L. Psicologia: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001. FERREIRA, M.; SANTOS, M. R. dos. Aprender e ensinar, ensinar e aprender. Porto: Afrontamento, 1996. MAUTI, J. Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1996. MOLON, S. I. Psicologia social. Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky. Petrópolis: Vozes, 2003.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Sociologia da Educação</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito

<p>EMENTA: O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CUNHA, L. A. Reflexões sobre as condições sociais de produção da sociedade da sociologia da educação: primeiras aproximações. In: Tempo Social. São Paulo, n. 1-2, p. 169-182, 1994. ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. A sociedade na escola: professores, educação e desenvolvimento. Lisboa: Afrontamento, 1992. LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MENDONÇA, A. W.; BRANDÃO, Z. (Org.) Por que não lemos Anísio Teixeira? uma tradução esquecida. Rio de Janeiro: Ravil, 1997. NOGUEIRA, M. A; NOGUEIRA, C.M. M. Bourdieu & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (ORG). Família e escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003. NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Org.) Escritos de educação. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. PETITAT, A. Escola: Produção da produção da sociedade. Porto Alegre: Artes Médias, 1994.</p>

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Didática Geral</i>		DMT0002
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 2.2.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. A sociedade na escola: professores, educação e desenvolvimento. Lisboa: Afrontamento, 1992. LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997. NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Org.) Escritos de educação. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ENQUITA, M. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. MENDONÇA, A. W.; BRANDÃO, Z. (Org.) Por que não lemos Anísio Teixeira? uma tradução esquecida. Rio de</p>		

Janeiro: Ravil, 1997.

NOGUEIRA, M. A; NOGUEIRA, C.M. M. **Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (ORG). **Família e escola**: trajetória de escolarização em camadas médias e populares. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

PETITAT, A. **Escola: Produção da produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médias, 1994.

DISCIPLINA			CÓDIGO
<i>Legislação e Organização da Educação Básica</i>			DEFE/CCE055
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:			
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito	
EMENTA: A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARELARO, L. R. G.; KRUPPA, S. M. P. Educação de jovens e adultos . In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, Theresa (org.) Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.			
BREZENZISKI, I. (org.). LDB interpretada : diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BREZENZISKI, I. A formação e a carreira dos profissionais da educação : possibilidades e perplexidades.			
CORRÊA, B. C. Educação infantil . In: OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.			
CURY, C. R. J. Os Conselhos da educação e a gestão dos sistemas . IN: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. Campinas: Cortez, 2000. Decreto n. 5.154/2004.			
GENTILLI, P. O consenso de Washington e a crise da educação na América Latina . In: A falsificação do consenso. Petrópolis: Vozes, 1998.			
MENDOÇA, Erasmo. A regra e o jogo . In: Democracia e patriotismo na educação brasileira. Campinas: FE/UNICAMP, Lappanae, 2000.			

DISCIPLINA			CÓDIGO
<i>Avaliação da Aprendizagem</i>			DMT0054
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:			
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito	
EMENTA:			
Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional			

brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAYDT, Regina C. **A avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1995.
 LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.
 HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 152p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 20Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
 MORETTO, Vasco Pedro. **Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
 SANT’ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
 VILLAS BOAS, Benigna Mª de F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
 VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo. Libertad. 2005.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Didática Geral
<p>EMENTA: Metodologias dialógicas. Interação professor-aluno. Enfoque linguístico, epilinguístico e metalinguístico. Crédito Prático: situação simulada de docência através da realizada de sequências didáticas e aplicação em seminários.</p>		
<u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u>		
<p>ANTUNES, I. Lutar com as palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005. CAMPS, Anna. Propostas didáticas para aprender a escrever. Porto Alegre, Arned, 2006. SUASSUNA, Livia. Ensaio de pedagogia da língua portuguesa. Recife, Editora da Universitária -UFPE, 2006.</p>		
<u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u>		
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais – Língua portuguesa. 2. ed. Brasília: DP&A, 2000. BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia. Múltiplas linguagens para o ensino médio. São Paulo: Parábola, 2013. NASCIMENTO, Elvira Lopes (org.). Gêneros textuais da didática das línguas aos objetos de estudos. São Carlos: Clara Luz, 2009.</p>		

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Integração entre ensino de gramática e ensino de produção/compreensão de textos e de léxico. In: HEYE, Jurgen (org.). **Flores verbais** - uma miscelânea em homenagem à Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70º aniversário. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1995.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Estágio Obrigatório I</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 135 h	CRÉDITOS: 0.0.9	PRÉ-REQUISITO: Didática Geral
<p>EMENTA:</p> <p>O processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas. Laboratório de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das novas tecnologias em educação.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>GARCIA, W. E. Educação: visão teórica e prática pedagógica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.</p> <p>MELLO, G, N. Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>MORAES, R. (org). Sala de aula: que espaço é este? Campinas: Papirus, 1986.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p> <p>PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>RODRIGUES, N. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1985.</p> <p>TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Arned, 1998.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Estágio Obrigatório II</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 135 h	CRÉDITOS: 0.0.9	PRÉ-REQUISITO: Estágio Obrigatório I
<p>EMENTA:</p> <p>Projeto de estágio: estágio observacional da educação escolar (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e da</p>		

educação não-escolar. Estágio de regência no Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
 GARCIA, W. E. **Educação**: visão teórica e prática pedagógica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.
 MELLO, G. N. **Magistério de 1º grau**: da competência ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1998.
 MORAES, R. (org.). **Sala de aula**: que espaço é este? Campinas: Papyrus, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
 PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. **Formando professores profissionais**: quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
 PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.
 RODRIGUES, N. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez,1985.
 TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
 ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Arned, 1998.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Estágio Obrigatório III</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 135 h	CRÉDITOS: 0.0.9	PRÉ-REQUISITO: Estágio Obrigatório II

EMENTA:
 Projeto de estágio. Estágio de regência no Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
 GARCIA, W. E. **Educação**: visão teórica e prática pedagógica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.
 MELLO, G. N. **Magistério de 1º grau**: da competência ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1998.
 MORAES, R. (org.). **Sala de aula**: que espaço é este? Campinas: Papyrus, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
 PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. **Formando professores profissionais**: quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
 PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.
 RODRIGUES, N. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez,1985.
 TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
 ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Arned, 1998.

6.2 ÁREA: LINGUÍSTICA

6.2.1 Disciplinas obrigatórias

DISCIPLINA	CÓDIGO
<i>Seminário de Introdução ao Curso</i>	CLV0052

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 15 h	CRÉDITOS: 1.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
EMENTA: Currículo do Curso de Graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Instâncias da UFPI e suas competências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Regimento Geral da UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa.		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Gramática</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
EMENTA: Definições, concepções e tipos de gramática. Gramática tradicional: continuidades e descontinuidades. A noção de gramática em teorias/correntes linguísticas: formalismo e funcionalismo. Ensino de gramática na escola.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANTUNES, Irandé. Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola, 2016. NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola? São Paulo: Contexto, 2003. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FARACO, Carlos Alberto e VIEIRA, Francisco Eduardo. Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola, 2016. FRANCHI, Carlos, NEGRÃO, E. V. e MULLER, A. L. (org.). Mas o que é mesmo “Gramática”. São Paulo: Parábola, 2006. NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2002. OLIVEIRA, Roberta Pires de; QUAREZEMIN, Sandra. Gramáticas na escola. Petrópolis: Vozes, 2016. VIEIRA, Silva R. e BRANDÃO, Silvia F. (Org) Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2014.		
DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Linguística</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
EMENTA: Linguística como ciência. Linguagem, língua e fala: características, funções e variações. O signo linguístico. A		

dupla articulação da linguagem. Estruturalismo. Gerativismo. Teoria da enunciação. Formalismo x funcionalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2002.

MARTELOTTA, M. Eduardo (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística** – vol. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1991.

LYONS, John. **Língua(gem) e linguística**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

MARTIN, R. **Para entender a linguística**. São Paulo: Parábola, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2008.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Leitura e Produção de Textos</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 2.2.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Leitura, interação e produção de sentido: concepções de leitura, conhecimentos do leitor necessários na leitura e estratégias de leitura. Leitura e escrita em ambiente virtual. Sequências tipológicas, gêneros textuais e domínios discursivos. A escrita na universidade: leitura e produção de gêneros acadêmicos. Créditos Práticos: Leitura, compreensão e interpretação de textos e gêneros textuais em uma perspectiva interdisciplinar.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u></p> <p>COSTA, Deborah Cristina Lopes; SALCES, Cláudia Dourado. Leitura & produção de textos na universidade. Campinas, SP: Alínea, 2013.</p> <p>DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel Machado; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). Gêneros textuais & ensino. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u></p> <p>CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lília Ghiuro. Leitura e produção de texto. São Paulo: Blucher, 2011.</p> <p>KLEIMANN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 15. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.</p> <p>KÖCH, I. V.; ELIAS, M. V. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>RIBEIRO, Ana Elisa. Novas tecnologias para ler e escrever: algumas ideias sobre ambientes e ferramentas digitais na sala de aula. Belo Horizonte: Editora RHJ, 2012.</p>		
DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Língua e Cultura Latina</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>A relevância linguístico-cultural do estudo do latim nos cursos de Letras. História e formação da Língua latina.</p>		

Literatura latina. Abordagens paradigmáticas e sintagmáticas das línguas analíticas e sintéticas. Gramática básica latina. Leitura, tradução e análise de textos diversos em latim. Traços latinos em línguas românicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARDOSO, Zélia de Almeida. **A literatura latina**. – 2 ed. – São Paulo: Martins fontes, 2003.

FURLAN, Oswaldo A. **Gramática, língua e literatura latina**. Petrópolis: Vozes, 2006.

REZENDE, Antônio Martinez de. **Latina essentia: preparação ao latim**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina: curso único e completo**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

COMBA, Júlio. **Programa de latim: introdução à língua latina**. v. I. 18 ed. rev. e atual. São Paulo: Salesiana, 2002.

COMBA, Júlio. **Programa de latim: introdução aos clássicos**. v. II. 6 ed. São Paulo: Salesiana, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 4 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

GRIMAL, Pierre. **História de Roma**. Tradução Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Linguística Aplicada ao Ensino-Aprendizagem do Português</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Breve panorama histórico da Linguística Aplicada. A Linguística Aplicada no Brasil. Conceituação de Linguística Aplicada. Visão contemporânea da Linguística Aplicada. Aquisição/Aprendizagem e ensino de línguas. Reflexões sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da Linguística Aplicada. Crédito Prático: Elaboração de proposta metodológica sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da linguística aplicada.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (org.). Aspectos da linguística aplicada. Florianópolis: Insular, 2000.</p> <p>MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. 2. ed. - São Paulo: Parábola, 2008.</p> <p>SIGNORIN, I; CAVALCANTI, M. C. (org.). Linguística aplicada e transdisciplinaridade. Campinas, SP: Merc. Letras, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de; SIMÕES, Darcilia (org.) Linguística aplicada, prática de ensino e aprendizagem de línguas. Campinas: Pontes, 2017.</p> <p>FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Muller. Teorias de aquisição da linguagem. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.</p> <p>GERHARDT, A. F. L. M. (org.). Ensino-aprendizagem na perspectiva da linguística aplicada. Campinas: Pontes, 2013.</p> <p>GONÇALVES, Adair Vieira; SILVA, Wagner Rodrigues da; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Org.). Visibilizar a linguística aplicada: abordagens teóricas e metodológicas. Campinas: Pontes, 2014.</p> <p>PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Maria Del Pilar (Org.). Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.</p>		
DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito

<p>EMENTA: Estudo dos sons e fonemas da Língua portuguesa. Processos fonológicos e sistema gráfico do português. Treinamento de produção e transcrição fonética. Análise fonológica. Pesquisa fonética e fonológica do Português. Crédito Prático: implicações de aspectos fonéticos e fonológicos no processo de ensino aprendizagem de língua materna.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAGLIARI, L. C. Alfabetização & linguística. São Paulo: Scipione, 1989 CALLOU, D. e LEITE, Y. Iniciação à fonética e fonologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1990 SILVA, THAIS, C. Fonética e fonologia do português. São Paulo: Contexto, 1999.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CÂMARA JR., J. M. Estrutura da língua portuguesa. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. HEAD, Brian. Subsídios do atlas prévio dos falares baianos para o estudo de uma variante dialetal. In: Cadernos de estudos linguísticos, nº. 1, IEL, UNICAMP, Campinas, 1978. HORA, Dermeval da. Diversidade linguística no Brasil. João Pessoa: Ideia, 1997. ISTRE, G. L. Fonologia transformacional e natural: uma introdução crítica. Ensaios de Linguística da EFSC. Florianópolis, Editora da UFSC, 1980. SCHANE, S.A. Fonologia gerativa. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.</p>

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Formação Histórica da Língua Portuguesa</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Língua e Cultura Latina
<p>EMENTA: História externa de Roma. Variedades linguísticas do latim. História externa da Península Ibérica. Variedades linguísticas românicas na Península Ibérica. História externa do Brasil do século XVI a XIX. Matrizes linguísticas da formação do Português brasileiro (PB): variedades do Português Europeu; Línguas gerais indígenas e línguas africanas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FARACO, Carlos Alberto. História Sociopolítica da língua portuguesa. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016. ILARI, Rodolfo. Linguística românica. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999. MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. O português arcaico: morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 1993.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BASSETTO, Bruno F. Elementos de filologia românica: história externa das línguas. São Paulo: EDUSP, 2001. FARACO, Carlos Alberto. Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Índios no Brasil. 4. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000. LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan e RIBEIRO, Ilza (org.). O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2009. VIARO, Mário Eduardo. Etimologia. São Paulo: Contexto, 2011.</p>		
DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Linguística do Texto</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Linguística

EMENTA:
Histórico e surgimento da Linguística de Texto. Fatores de Textualidade: Coerência textual, Coesão textual e Intertextualidade. Conceito de texto. Relações entre texto e discurso. Referenciação. Anáforas. **Crédito Prático:** práticas de análise de texto em seus contextos de uso; elaboração de projetos de produção de texto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência.** São Paulo: Parábola, s/d.
KOCH, I.G.V. **A coesão textual.** São Paulo: Contexto, 1989.
MARCUSCHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível.** São Paulo: Parábola, 2009
BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade.** São Paulo: Cultrix-Edusp, 1983.
CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2012.
KOCH, Ingedore G.; V.; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Org.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Cortez, 2005.
MARCUSCHI, L.A. **Linguística textual: o que é e como se faz.** Recife: UFPE, 1983.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Morfologia da Língua Portuguesa</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
EMENTA: O objeto de estudo da morfologia e princípios teóricos. Morfema: conceito(s), tipologia, alomorfia e análise morfológica. Flexão e categorias gramaticais. Composição, derivação e outros processos de formação de vocábulos. Classificação dos vocábulos formais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BASÍLIO, Margarida. Formação e classes de palavras no português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. MONTEIRO, J. Lemos. Morfologia portuguesa. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002. SILVA, Maria Cecília Pérez de Sousa e KOCH, Ingedore Vilaça. Linguística aplicada ao português: 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. Estrutura da língua portuguesa. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. RODOLFO, Ilari (org.). Palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014. _____. Palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015. RODRIGUES, Angela; ALVES, Ieda Maria (org.). A construção morfológica da palavra. São Paulo: Contexto, 2015. SANDMANN, Antônio José. Morfologia geral. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.		
DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Neurociência Aplicada à Linguagem</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito

EMENTA:
Linguagem e Neurociência. O sistema nervoso central. O cérebro: lobos cerebrais e córtex cerebral. O sistema límbico e as emoções na aprendizagem. Plasticidade cerebral e aprendizagem. Memória e aprendizagem. Os hemisférios cerebrais: lateralização da linguagem e funções linguísticas. Alfabetização e letramento na perspectiva da Neurociência. Neurociência e aprendizagem da leitura e da escrita.

Crédito Prático: Neurociência e ensino de língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura:** como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.
SELBACH, Simone *et al.* **Língua portuguesa e didática.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
SIMÕES, Estela Mari Santos; NOGARO, Arnaldo. **Neurociência cognitiva para educadores:** aprendizagem e prática docente para o século XXI. Curitiba: CRV, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AGUILLAR, Renata. **Neurociência aplicada à educação:** caminhos para facilitar a aprendizagem na sala de aula. São Paulo: Edicon, 2018.
KREBS, Claudia; WEIBERG, Joanne; AKESSON, Elizabeth. **Neurociências:** ilustrada. Tradução Maiza Ritomy Ide e Maria Cristina Gulate Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2013.
LIMA, Elvira Souza. **Neurociência e leitura.** 2. ed. São Paulo: Interalia, 2009 (Coleção Cotidiano na Sala de Aula).
LIMA, Elvira Souza. **Neurociência e escrita.** 2. ed. São Paulo: Interalia, 2016 (Coleção Cotidiano na Sala de Aula).
PANTANO, Telma; ZORZI, Jaime L. **Neurociência aplicada à aprendizagem.** São José dos Campos: Pulso, 2009.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Análise do Discurso</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
EMENTA: A Análise de Discurso Francesa (ADF). Condições de produção. Interdiscurso. Esquecimentos, paráfrase e polissemia. Formações imaginárias e discursivas. Ideologia e sujeito. A Teoria Semiolinguística (TS). O ato de linguagem. Os sujeitos da linguagem. O contrato de comunicação. Os modos de organização do discurso. A Análise de Discurso Crítica (ADC). Discurso e poder. Prática discursiva e prática social. Operações ideológicas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. ADC e multimodalidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BATISTA Jr, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, 2018. CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso. São Paulo: Contexto, 2016. ORLANDI, Eni. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRAIT, Beth; SOUSA-E-SILVA, Maria Cecília. Texto ou discurso? São Paulo: Contexto, 2012. FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora da UnB, 2018. FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011. MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em Análise do Discurso. São Paulo. Pontes, 2007. MOURA, J. B. de; LOPES, M. Discursos, imagens e imaginários. São Carlos: Pedro & João editores, 2021. Disponível em: http://editorapathos.com.br/discurso-imagens-e-imaginarios/ Acesso em: 10 abr. 2022.		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Sintaxe da Língua Portuguesa</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		

CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Tipologia oracional. A oração como conjunto de sintagmas. Tipos de sintagmas. A sentença simples e sua estrutura argumental. Gramática de valências. Estrutura funcional da sentença. A sentença complexa e sua tipologia: coordenação e subordinação.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. NEVES, Maria Helena de Moura (org.). A construção das orações complexas. São Paulo: Contexto, 2016. PERINI, Mário A. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AZEREDO, Luís Carlos. Introdução à sintaxe. Rio de Janeiro: Zahar, 1997 BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C. F.; LOPES, Ruth E.V. Novo manual de sintaxe. Florianópolis: Insular, 2010. PERINI, Mário A. Estudos de gramática descritiva: as valências verbais. São Paulo: Parábola, 2008. SCHWINDT, Luiz Carlos (org.). Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe. Petrópolis: Vozes, 2014.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Gêneros do Texto e Ensino de Linguagem</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Gêneros textuais. Tipos e sequências textuais. Conjunto de gêneros. Ensino de gêneros em contextos. Princípios para classificação dos gêneros. Letramento e práticas sociais de leitura e escrita. Gêneros orais e gêneros escritos. Propósitos comunicativos. Contextos de uso dos gêneros. Gêneros, suporte e tecnologia. Crédito Prático: práticas de leitura e de escrita de gêneros diversos. Elaboração de sequências didáticas para ensino de gêneros.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES FILHO, F. Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no Ensino Fundamental. São Paulo, Cortez, 2011. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 146-225. MEURER, J. L; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.) Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 200, p. 152-183.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. BAWARSHI, Anis; REIFF, Mary Jo. Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino. São Paulo: Parábola, 2013. BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2005. DIONÍSIO, Angela Paiva, MACHADO; Ana Rachel Machado; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. KARWOSKY, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. Gêneros textuais: reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.</p>		
DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Sociolinguística</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		

CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Noções básicas da disciplina Sociolinguística: conceitos, principais dimensões e abordagens de estudo. Linguagem, língua e cultura. O relativismo cultural e a heterogeneidade linguística. História da Sociolinguística. A teoria da variação linguística, a Sociolinguística interacional e a Sociolinguística educacional. Crédito Prático: pesquisa etnográfica realizada em sala de aula.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BORTONI-RICARDO, S. M. Manual de Sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2014. COSTA, C. DE S.S. M DA. A língua nos Processos Interacionais na Escola e na Sociedade: uma contribuição da pesquisa sociolinguística. In: Revista de Letras. Fortaleza: UFC, 2004. LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FONSECA, M. S.V. e NEVES, N. F. Sociolinguística. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. MOLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Org.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação, São Paulo: Contexto, 2013. RIBEIRO, B. T. GARCEZ, P. M. (Org.) Sociolinguística interacional. Porto Alegre: AGE Editora, 1998. SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1989. TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística (Série princípios). São Paulo: Ática, 1985.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Semântica</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sintaxe da Língua Portuguesa
<p>EMENTA: Percurso histórico. Sentido e referência. Semântica lexical: sinonímia, antonímia, hiponímia e hiperonímia, polissemia e homonímia. O campo léxico. Semântica formal, da enunciação e cognitiva.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DUARTE, P. M. Introdução à semântica. Fortaleza: EDUFC, 2002. ILARI, R. GERALDI, Y. W. Semântica. São Paulo: Ática, 1985. OLIVEIRA, R. P. Semântica formal: uma breve introdução. Campinas: Mercado das Letras, 2001.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DUCROT, O. Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer). São Paulo: Cultrix, 1979. FREGE, G. Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978. FERRAREZI JR, Celso. Semântica para a educação básica. São Paulo: Parábola, 2008. LYONS, J. Semântica. I. Lisboa: Presença, 1977. MUSSALIM, Fernanda. BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p>		

DISCIPLINA	CÓDIGO
<i>Letramentos e Alfabetização</i>	Necessita de um novo código

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Concepções de alfabetização e de letramento. Alfabetização, letramentos e letramento escolar. Pesquisa sobre letramento e alfabetização na Escola. Processos de aquisição da fala e da escrita. Fala, leitura e escrita. Crédito Prático: a prática de letramento e alfabetização em sala de aula.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAGLIARI, L.C. Linguística e alfabetização. São Paulo: Scipione, 1989. COSTA, C. de S.S.M. da. Letramentos: por uma alfabetização culturalmente sensível. Teresina: EDUFPI, 2016. SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 14. ed. São Paulo: Cortez/Autores associados, 1989. FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. KATO, M. A. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986. KLEIMAN, A. (org.) Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado Aberto, 1995. ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola, 2009.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Trabalho de Conclusão de Curso I</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 1.2.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Pesquisa nos campos da linguística e dos estudos literários. Tipos de pesquisa. Ética na pesquisa. Metodologias de pesquisa. Organização retórica de projetos de pesquisa. Crédito Prático: elaboração e reelaboração de projeto de pesquisa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FILHO, Francisco Alves; OLIVEIRA, Meryane Sousa. A organização retórica das seções de justificativa de pré-projetos de pesquisa. Revista do GEL, v.14, p.36 - 58, 2017. BARROS, José D’Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. Cap. 3. p. 51-60.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CIRIBELLI, M. C. Projeto de pesquisa: um instrumental da pesquisa científica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. GERALDO FILHO, Inácio. A monografia na universidade. São Paulo: Papirus, 1995. MONTEIRO, Beatrice Nascimento. Organização retórica e estruturação sequencial da seção de metodologia do gênero projeto de pesquisa. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFPI, Teresina, PI. OLIVEIRA, Francisca Verônica Araújo. A organização retórica da seção de considerações finais do gênero monografia em comunidades disciplinares distintas. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI. PEREIRA, C. C. Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2007. 103.</p>		
DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Trabalho de Conclusão de Curso II</i>		Necessita de um novo código

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 1.3.0	PRÉ-REQUISITO: Trabalho de Conclusão de Curso I
EMENTA: Realização de pesquisa nos campos da linguística e dos estudos literários. Crédito Prático: elaboração de trabalho científico no gênero monografia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724. Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2006. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 103-138. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GERALDO FILHO, Inácio. A monografia na universidade. São Paulo: Papyrus, 1995. CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Projeto de pesquisa: um instrumental da pesquisa científica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. OLIVEIRA, Francisca Verônica Araújo. A organização retórica da seção de considerações finais do gênero monografia em comunidades disciplinares distintas. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) -Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI. PEREIRA, C. C. Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2007. 103. RIO LIMA, C. A. Movimentos retóricos na seção de fundamentação teórica de projetos de pesquisa na subárea de Linguística. Teresina: PIBIC-UFPI, 2015.		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Trabalho de Conclusão de Curso III</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 15 h	CRÉDITOS: 0.1.0	PRÉ-REQUISITO: Trabalho de Conclusão de Curso II
EMENTA: Revisão e correção do trabalho monográfico para entrega final. Crédito Prático: possibilidade de transformação do trabalho monográfico em artigo científico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724. Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2006. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 103-138. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
 GERALDO FILHO, Inácio. **A monografia na universidade**. São Paulo: Papyrus, 1995.
 CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Projeto de pesquisa: um instrumental da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
 OLIVEIRA, Francisca Verônica Araújo. **A organização retórica da seção de considerações finais do gênero monografia em comunidades disciplinares distintas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) -Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.
 PEREIRA, C. C. **Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico**. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2007. 103.
 RIO LIMA, C. A. **Movimentos retóricos na seção de fundamentação teórica de projetos de pesquisa na subárea de Linguística**. Teresina: PIBIC-UFPI, 2015.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Língua de Sinais</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem Pré-Requisito
EMENTA: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.		
<u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u> CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo dos Surdos em Libras . São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. GESSER, Audrei. Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Parábola Editorial, 2009. QUADROS, Ronice Muller de. ; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.		
<u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u> BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos . Editora Autentica, Minas Gerais, 712, 1998. FERNANDES, Eulália, org; QUADROS, Ronice Muller de. [et al.] Surdez e Bilinguismo – Porto Alegre: Mediação, 2005. LIMA, M.S.C. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito . 2004, 261f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada); Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, S.P. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Ed. Mediação, 2010.		

ÁREA: LINGUÍSTICA
6.2.2 Disciplinas optativas

DISCIPLINA	CÓDIGO
<i>Ecolinguística</i>	Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:	
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0
PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito	
<p>EMENTA: Linguística, ecologia e ecolinguística. Breve história da ecolinguística. Conceituação de ecolinguística. Princípios essenciais em ecolinguística. Ecologia da língua: contato de línguas e ecologias linguísticas complexas. Linguística ecossistêmica. Linguística ambiental. Análise do discurso ecossistêmica.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COUTO, Hildo Honório do. Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007. COUTO, Hildo Honório do. Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009. COUTO, Hildo Honório do; ELZA KIOKO NAKAYAMA NENOKI DO; BORGES, Lorena Araújo de. Análise do discurso ecológica-ADE. Campinas, SP: Pontes, 2015 (Coleção: Linguagem & Sociedade; v. 9).</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOFF, Leonardo. As quatro ecologias: ambiental, política e social, mental e integral. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2012. COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. Ecolinguística: um diálogo com Hildo Honório do Couto. Campinas, SP: Pontes, 2013 (Coleção Linguagem & Sociedade; v. 4). COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; DOURADO, Zilda Dourado; SILVA, Anderson Nowogrodzki da Silva; AVELAR FILHO, João Nunes (Org.) Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2017. PELIZZOLI, Marcelo Luiz. Emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. RAMOS, Rui. O discurso do ambiente na imprensa e na escola: uma abordagem ecolinguística. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2009.</p>	

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Filologia Românica</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: A Linguística Românica, do século XIX ao XXI: objeto e métodos. O latim vulgar e os romances. Os romances se tornam línguas nacionais. As diferentes Românicas; as línguas neolatinas e variedades neorromânicas; domínios linguísticos românicos atuais. Mudanças fonético-fonológicas, morfossintáticas e léxico-semânticas na România, com ênfase na Galo-România e na Ibero-România. Neorromances de base francesa e de base portuguesa.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BASSETTO, B. F. <i>Elementos de Filologia Românica</i>. São Paulo: EDUSP, 2001. V.1. FARACO, C. A. <i>Estudos pré-saussurianos</i>. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). <i>Introdução à linguística: domínios e fronteiras</i>. São Paulo: Cortez, 2011. p. 27-51. ILARI, R. <i>Linguística românica</i>. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FARACO, C. A. <i>Sociedade, estado-nação, língua, cultura</i>. In: FARACO, C. A. <i>História do português</i>. São Paulo: Parábola, 2019. P. 15-60. FINBOW, T. <i>Sociofilologia românica e latina</i>. In: FIORIN, J. L. <i>Novos caminhos da linguística</i>. São Paulo: Contexto, 2017. p. 125-150. GAUGER, H.-M. <i>Introducción a la lingüística románica</i>. Versión española de Elisabeth Schaible y José García Álvarez. Madrid: Gredos, 1989. POSNER, R. <i>Las lenguas romances</i>. Traducción de Sílvia Iglesias. Madrid: Cátedra, 1998. MUNTEANU COLÁN, D. <i>Breve historia de la lingüística románica</i>. 2ª. ed. Madrid: Arco Libros, 2013.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Francês Instrumental Básico</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Estudo da língua francesa visando ao desenvolvimento da prática de leitura em diferentes níveis de compreensão: global, seletiva e linear.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AUXILIADORA, R.; NOBREGA, T. CARMELITA, S. <i>Lire et comprendre</i>. Musimed, 1986 SCHWEBEL, Aldaisia N; GUIMARAES, Maria L. M. <i>Acces Au Francais Instrumental</i>. UFBA, 1985 ITALO; L. M. <i>O Frances Instrumental: A Experiencia Da Uni</i>. HEMUS, 1977 MOIRAND, Sophie. <i>Situations D'ecrit</i>. Paris: CLE, 1979 LEHMANN, Denis et al. <i>Lecture Fonctionnelle De Textes De Specilalite</i>. Paris: Didier, 1980.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Formação de Mediadores de Leitura</i>		CLV0092
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Técnicas de Leitura e Apresentação de Obras Literárias. Formação de Bibliotecas Comunitárias. Criação de Espetáculos de Contação de Histórias.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LAJOLO, Marisa. Do Mundo da Leitura para a Leitura do Mundo. 2. ed. São Paulo: Ática. MANGUEL, Alberto. Uma História da Leitura. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. MARINHO, Jorge Miguel. A Convite das Palavras – Motivações para Ler, Escrever e Criar. Biruta: São Paulo, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AGUIAR, Vera Teixeira de & BORDINI, Maria da Glória. Literatura: A Formação do Leitor – alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. BARRAS, R. Os Cientistas Precisam Escrever. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986. BELTNKY, Tatiana et alli. A Produção Cultural para a Criança. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. MARTINS, Maria Helena. O Que é Leitura. Brasiliense: São Paulo, 1993. VANOYE, F. Usos da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1982.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Gerativismo</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: A linguística gerativa: concepção de língua e gramática; princípios básicos da teoria de princípios e parâmetros no estudo da gramática; Sintaxe do português: natureza, relação e estrutura dos sintagmas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KENEDY, Eduardo. Curso básico de linguística gerativa. São Paulo: Contexto, 2013. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C. F.; LOPES, Ruth E.V. Novo manual de sintaxe. Florianópolis: Insular, 2010. RAPOSO, Eduardo P. Teoria da gramática. A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BERLINCK, Rosane de Andrade; AUGUSTO, Marina R.A.; SCHER, Ana Paula. Sintaxe. In: Mussalim, Fernanda e Bentes, Anna Cristina (org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. CHOMSKY, N. Aspectos da teoria da sintaxe. Coimbra: Almedina, 1978. SCHWINDT, Luiz Carlos (org.). Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe. Petrópolis: Vozes, 2014. SOUZA, Luisandro Mendes de. Estrutura argumental e papéis temáticos. In: Taveira da Cruz (org.). As interfaces da gramática. Curitiba: CRV, 2012. SOUZA E SILVA, Maria Cecília P.; KOCH, Ingedore Villaça. Linguística aplicada ao português: Sintaxe. São Paulo: Cortez, 2004.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Gramaticologia da Língua Portuguesa</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: A origem grega e latina da Gramática Tradicional (GT). O surgimento da gramaticografia portuguesa: principais autores e obras. A gramaticografia brasileira: séculos XIX, XX e XXI.</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAVALIERE, Ricardo. A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros. 1. ed. Rio Janeiro: Lexikon, 2014. LEITE, Marli Quadros. O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007. VIEIRA, Francisco Eduardo. A gramática tradicional: história crítica. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BORGES NETO, José. História da gramática. Curitiba: editora da UFPR, 2019. No prelo. 418p. FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antonia Guedes. As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002. _____; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (Org.). Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Inglês Instrumental Básico</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Desenvolvimento, em nível básico, do vocabulário, da estrutura e da compreensão da Língua Inglesa (escrita) com o objetivo de capacitar o aprendiz na comunicação e suas necessidades, ideias e opiniões.</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAMBRIDGE. International Dictionary of English. Londres: Cambridge University Press, 1996. MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. Cambridge University Press, 2004. OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, C.; SELIGSON P. New English File Elementary. Oxford: University Press, 2004. SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford: University Press, 1995.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Introdução à Historiografia Linguística</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Principais conceitos e postulados. Principais categorias analíticas. Procedimentos teórico-metodológicos.</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Introdução à historiografia da linguística. São Paulo: Cortez, 2013. BATISTA, Ronaldo de Oliveira. BASTOS, Neusa Barbosa. (Org.). Questões em historiografia da linguística: homenagem a Cristina Altman. 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. COELHO, Olga (org.). A historiografia linguística no Brasil (1993-2018): memória, estudos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALTMAN, Cristina. A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. BATISTA, Ronaldo de Oliveira. (Org.). Historiografia da linguística. São Paulo: Contexto, 2019. KOERNER, Konrad. Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados. [Coleção Linguística 11, prefácio de Carlos Assunção, seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman]. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras. 2014.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Língua Latina II</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Morfossintaxe latina. Relação entre a estrutura morfossintática das línguas latina e portuguesa. Tradução de textos diversos</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática latina: curso único e completo. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. CARDOSO, Zélia de A. Iniciação ao Latim. São Paulo: Ática, 1989. COMBA, Júlio. Programa de latim: introdução à língua latina. v. I. 18 ed. rev. e atual. São Paulo: Salesiana, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FARIA, Ernesto. Gramática da língua latina. 2. ed. Brasília: FAE, 1995. FURLAN, Oswaldo Antônio. Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2006. REZENDE, Antônio Martinez de. Latina essentia: preparação ao latim. 5. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005. RÓNAI, Paulo. Gradus primus: curso básico de latim. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1999. RÓNAI, Paulo. Gradus secundus: curso básico de latim. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Linguagem e Dificuldades de Aprendizagem</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Dificuldades escolares, transtornos de aprendizagem, comorbidades. Noções de Neuroanatomia da linguagem verbal. Dislexia, transtorno da escrita. Transtornos de linguagem. Atraso de linguagem, afasias. Aspectos linguísticos de comorbidades. Autismo, TAD/H.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor, B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011. GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÀN, Nora Espinosa. Dificuldades de aprendizagem: manual de orientação para pais e professores. Tradução e adaptação por Adriana de Almeida Navarro. Revisão técnica da obra por Inês Carreño González. Curitiba: Cultural, 2014. ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. (org). Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FARELL, Michael. Dificuldades de comunicação e autismo: guia do professor. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição de Rosângela Marostega Santos. Reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2009 [2008]. FARELL, Michael. Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas: guia do professor. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição de Rosângela Marostega Santos. Reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2009 [2008]. MORATO, Edwiges Maria. A semiologia das afasias: perspectivas linguísticas. São Paulo: Cortez, 2010. MUSZKAT, Mauro; RIZZUTTI, Sueli. O professor e a dislexia. São Paulo: Cortez, 2012. Col. Educação & saúde.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Linguagem, Discurso e Ensino</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Linguagem e discurso. Discurso e ensino de línguas. O professor e o aluno enquanto sujeitos. O interdiscurso e as formações ideológicas e discursivas na sala de aula. A semiotização do mundo e os processos de transformação e transação. A simbolização referencial e a significação.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GUIMARÃES, Elisa. Texto, discurso e ensino. São Paulo: Contexto, 2013.</p>		

VOESE, Ingo. **Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

XAVIER, Glayci; REBELLO, Ilana da Silva; MONNERAT, Rosane (org.). **Semiolinguística Aplicada ao Ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

LOPES, Maraisa; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; MOURA, João Benvindo de. **Linguagem, discurso e produção de sentidos**. São Paulo: Pá de palavra, 2018.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2012.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2011.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Linguagem, Tecnologia e Ensino de Língua Portuguesa</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo do papel da tecnologia como mediadora da organização da linguagem em geral, enfocando as práticas de linguagem em contextos diversos, inclusive a educação <i>online</i>. As novas tecnologias no ensino-aprendizagem de língua portuguesa. O uso de hipertextos, gêneros discursivos digitais e midiáticos e redes sociais no ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Aprendizagem por meio de tecnologias móveis: aplicativos para o ensino de português. Reflexões sobre o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita em ambiente virtual.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ANDRADE, Carlos Augusto Batista de. Ensino de língua portuguesa mediado por computador: perspectivas e propostas. São Paulo: Terracota, 2010.</p> <p>COSCARELLI, Carla Viana (Org.). Tecnologias para aprender. São Paulo: Parábola, 2016. (Linguagens e Tecnologias; 3).</p> <p>ROJO, Roxane (Org.). Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ARAÚJO, Júlio; LEFFAS, Vílson J.(Org.). Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016 (Linguagens e Tecnologias; 2).</p> <p>CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; MINEL, Jean-Luc; MARQUESI, Sueli Cristina (Org.). Leitura, escrita e tecnologias da informação. São Paulo: Terracota, 2015 (Coleção Linguagem e Tecnologia; v. 1).</p> <p>GOMES, Luiz Fernando. Hipertexto no cotidiano escolar. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção Trabalhando com a escola).</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Org.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.</p> <p>MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria da Silva; CABRA, Ana Lúcia Tinoco. Interações virtuais: perspectivas para o ensino de língua portuguesa a distância. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Linguística Aplicada e Formação de Professores de Língua Portuguesa</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Formação de professores na perspectiva da Linguística Aplicada. Educação linguística na formação de professores de línguas. Crenças na formação de professores de língua portuguesa. Elaboração de materiais didáticos para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa em contextos presenciais e digitais. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>APARÍCIO, Ana Silvia Moço; SILVA, Sílvia Ribeiro da (Org.). Ensino de língua materna e formação docente: teoria, didática e prática. Campinas, SP: Pontes, 2013 (Coleção NPLA; v, 28).</p> <p>BARCELOS, A.M.F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (Org.). Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores. Campinas, SP: Pontes, 2006.</p> <p>KLEIMAN, Angela (Org.). A formação do professor – perspectiva da linguística aplicada. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALMEIDA FILHO, J. C. P. Linguística aplicada, ensino de línguas e comunicação. Campinas, SP: Pontes e Arte Língua, 2005.</p> <p>FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Org.). Aspectos da linguística aplicada. Florianópolis: Insular, 2000.</p> <p>GIL, G.; ABRAHÃO, M. H. V. Educação de professores de línguas – os desafios do formador. Campinas, SP: Pontes, 2008.</p> <p>MENDES, Edleise; CUNHA, José Carlos (Org.). Práticas em sala de aula de línguas: diálogos necessários entre teoria(s) e ações situadas. Campinas, SP: Pontes, 2013.</p> <p>MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Linguística aplicada na modernidade recente: <i>festschrift</i> para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013 (Lingua[gem]; 55).</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Multiletramentos e Multimodalidade no Ensino</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Concepções teóricas. Semiótica social. Multiletramento e sua relação com diferentes práticas sociais na contemporaneidade. A leitura multimodal na formação leitora.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson. (ORGS.). Redes sociais e ensino de língua: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016.</p>		

DIONISIO, Angela (org.). **Modalidades e leitura**: funcionamento cognitivo, recursos semióticos, convenções visuais. Recife: Pipa Comunicações, 2014.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARTON, David. **Linguagem on-line**: textos e práticas digitais. Parábola, 2015.

DIONISIO, Angela. Gêneros textuais e multimodalidade. In: KARWOSKI, Acir, GAYDEC, KZA, Beatriz & BRITO, Karim (org.) **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. São Paulo: Parábola, 2011.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline Peixoto. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.

ROJO, Roxane (org.). **Escol@ conectada**: os multiletramentos e as tics. São Paulo: Parábola, 2015.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Oficina de Leitura e Produção de Textos Criativos</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Conceito de criatividade. O processo de criatividade. Textos criativos. O papel do professor na atividade criativa. A escrita criativa e sua aplicação no ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Técnicas e métodos para leitura e produção de textos criativos na educação básica.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ABREU, Antônio Suárez. O design da escrita: redigindo com criatividade e beleza, inclusive ficção. São Paulo: Ateliê, 2008.</p> <p>KOHAN, Silvia Adela. Os segredos da criatividade: técnicas para desenvolver a imaginação, evitar bloqueios e expressar ideias. Tradução: Gabriel Perissé. Belo Horizonte: Gutenberg, 2013. (Coleção Guias do Escritor, 4).</p> <p>MARCHIONI, Rubens. Escrita criativa: da ideia ao texto. São Paulo: Contexto, 2018.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Como desenvolver o potencial criador: um guia para a liberação da criatividade na sala de aula. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p> <p>DI NIZO, Renata. Escrita criativa: o prazer da linguagem. São Paulo: Summus, 2008.</p> <p>MESERANI, Samir Curi. Redação escolar: criatividade – 2º grau. 4. ed. 8. imp. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>MARCHIONI, R. Criatividade e redação: o que é e como se faz. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2007.</p> <p>SILVA, C. J. M. D. A dinamização criativa da escrita no ensino básico. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Pragmática</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p>		

A Pragmática no campo dos estudos da linguagem. Conceituação, objeto e domínios da Pragmática. Fronteiras entre Semântica e Pragmática. Principais teorias pragmáticas: atos de fala, implicaturas e relevância. Pressuposição. Dêixis. A relação entre linguagem e contexto. O ensino de línguas na perspectiva da Pragmática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
 ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006. (Na ponta da língua; v. 8).
 PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTHES, Anna Christina (org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras** – vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.
 SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. **Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância e outros ensaios**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
 AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
 SUASSUNA, Lívia. **Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1995.
 ZANDWAIS, Ana (org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Retórica e Argumentação</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
EMENTA: Origem da retórica. A retórica aristotélica. Os meios de prova: <i>ethos</i> , <i>pathos</i> e <i>logos</i> . A relação entre retórica, dialética e argumentação. A nova retórica. A classificação dos argumentos. Modos de organização do discurso argumentativo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AMOSSY, Ruth. A argumentação no discurso . São Paulo: Contexto, 2018. FIORIN, José Luiz. Argumentação . São Paulo: Contexto, 2015. REBOUL, Olivier. Introdução à retórica . São Paulo: Martins Fontes, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARISTÓTELES. Definição da retórica e de sua estrutura lógica. In: Retórica . Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998. CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso . São Paulo: Contexto, 2009. MEYER, Michel. A retórica . São Paulo: Ática, 2007. MOURA, João Benvindo; ROCHA, Max Silva da. Atos retóricos de linguagem em discursos do orador Jesus de Nazaré. Fólio - Revista de Letras , v. 13, p. 149-171, 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/9807 Acesso em: 9 mar. 2022. PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica . São Paulo: Martins Fontes, 2005.		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Sintaxe da Língua Portuguesa II</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Sintaxe de Regência. Sintaxe de Concordância. Sintaxe de Colocação. Emprego do Acento Grave. Figuras de Sintaxe. “Vícios” de Linguagem. Concepções de Linguagem. Pontuação. Sintaxe do período composto. A articulação oracional. Orações coordenadas e subordinadas.</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AZEREDO, Luís Carlos. Introdução à sintaxe. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. NEVES, M^a Helena de Moura. Gramática de Usos do Português. São Paulo: EDUNESP, 1999. PERINI, Mário. Gramática descritiva do português. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999. CARONE, Flávia de Barros. Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes. Ática: São Paulo, 1991. pp. 16-66. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. MACAMBIRA, José Rebouças. A estrutura morfo-sintática do português. São Paulo: Livraria Pioneira, 1982. NEVES, M^a Helena de Moura. Texto e Gramática. São Paulo: Contexto, 2007.</p>		

6.3 ÁREA: ESTUDOS LITERÁRIOS

6.3.1 Disciplinas obrigatórias

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura e Cultura Piauiense</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Estudo do processo formativo da literatura piauiense. Procedimentos estéticos empregados por autores no estado do Piauí. A relação da literatura produzida no estado com a realidade e a cultura local. Crédito Prático: atividade de pesquisa realizada em museus da cidade de Teresina. Visita técnica ao patrimônio histórico do estado.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIMA, Luis Romero. **Presença da literatura piauiense**. Teresina: Halley, 2003.

MOURA, Francisco Miguel. **Literatura do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

PINHEIRO, João. **Literatura piauiense: escorço histórico**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANCO, Homero Castelo. **História do Piauí: passageiros do passado**. Nova Aliança.

EUGÊNIO, João Kennedy. **Os sinais do tempo: intertextualidade e crítica da civilização na poesia de H. Dobal**. Teresina: Halley S.A. Gráfica e Editora, 2007

LIMA, Wanderson. **O fazedor de cidades: mímesis e poiésis na obra de H. Dobal**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2005.

MENDES, Algemira de Macêdo. ALBUQUERQUE, Marleide Lins. ROCHA, Olívia Candeia Lima (org.). **Antologia de escritoras piauienses: do século XIX à contemporaneidade**. Teresina: FUNDAPI, 2009.

REINALDO, Lilásia Chaves de Arêa Leão. **A poesia moderna de H. Dobal**. Teresina: EDUFPI, 2008.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura, Dissonância e Transgressão</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito

EMENTA:

Estudos de obras literárias produzidas em países de Língua portuguesa que apresentem acentuado grau de inovação temático-formal, rompendo radicalmente com os padrões vigentes na época. O caráter transgressor da literatura. As inovações estéticas apresentadas pelo Romantismo, pelas Vanguardas e pelo Modernismo. Análise de obras caracterizadas por um forte teor de arrojo, de questionamento e de contraversão. Relações da literatura com a contracultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ÁVILA, Affonso (org.). **O Modernismo**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PAZ, Octavio. **Os filhos do barro**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PERRONE-MOISÉS. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas** (3 volumes). 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LEÃO, Ângela Vaz. (org.). **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

MOISÉS, Massaud. AMORA, António Soares. **Presença da literatura portuguesa: Romantismo-Realismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura e Cultura Pós-Moderna</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Relações entre a literatura contemporânea produzida em países de Língua portuguesa e as políticas pós-modernas. Estudo das representações socioculturais no contexto da Pós-Modernidade. A literatura, o mercado e a cultura de massa. Exame dos processos de criação literária baseados na evolução tecnológica, tais como a literatura eletrônica, o emprego de novos suportes para o texto literário, a poesia cinética, dentre outros</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ANDERSON, Perry. <i>Origens da Pós-Modernidade</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. <i>O mal-estar da pós-modernidade</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.</p> <p>PERRONE-MOISÉS, Leyla. <i>Mutações da literatura no século XXI</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ANTUNES, Benedito (org.) <i>Memória, literatura e tecnologia</i>. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.</p> <p>BHABHA, Homi. <i>O local da cultura</i>. Belo Horizonte: UFMG, 2012.</p> <p>EAGLETON, Terry. <i>As ilusões do pós-modernismo</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.</p> <p>HALL, Stuart. <i>A identidade cultural da pós-modernidade</i>. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.</p> <p>HUTCHEON, Linda. <i>Poética do pós-modernismo</i>. Rio de Janeiro: Imago, 1991.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura e Memória Cultural</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>A representação de variados aspectos das culturas regionais em obras produzidas em países de Língua portuguesa – tais como festas, gastronomia, tradições locais, gestos, vida cotidiana, hábitos, paisagens etc. As diferentes manifestações do Regionalismo brasileiro, africano e do Neorrealismo português. Estudo da importância da oralidade para a estruturação do texto literário. A literatura de teor memorialista. Crédito Prático: atividades de arquivo realizadas junto a museus e a casas de cultura com o intuito de auxiliar na análise do texto literário.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BAKHTIN, Mikhail. <i>A cultura popular na Idade Média e no Renascimento</i>. 6. ed. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UnB, 2008.</p> <p>CASCUDO, Camara. <i>Civilização e cultura</i>. São Paulo: Global, 2004</p> <p>COUTINHO, Afrânio. <i>Conceito de literatura brasileira</i>. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. OLIVEIRA, Irenísia Torres de. <i>Regionalismo, modernização e crítica</i></p>		

social na literatura brasileira. São Paulo: Nankin 2010.
BRITO, Herasmo Braga de Oliveira. **Neorregionalismo brasileiro.** Teresina: EDUFPI, 2017.
LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **Regionalismo e Modernismo.** São Paulo: Ática, 1978.
PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Teoria da Narrativa</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Estudo de teorias críticas, com vistas a refletir sobre a composição da prosa literária. A tipologia, as formas, os gêneros e as especificidades da prosa de ficção. Elementos estruturais da narrativa. Importantes contribuições teóricas para o estudo da prosa literária.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. Teoria da literatura. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2011. BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. LUKACS, Georg. A teoria do romance. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRANDÃO SANTOS, Luis Alberto. OLIVEIRA, Silvana Pessoa de. Sujeito, tempo e espaço ficcionais. São Paulo: Martins Fontes, 2001. CANDIDO, Antonio et alle. A personagem de ficção. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. _____. Formação da literatura brasileira – momentos decisivos. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007. RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. São Paulo: Martins Fontes, 2011. WELLEK, René; WARREN, Austin. Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Teoria do Poema</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Estudo de teorias críticas, com vistas a refletir sobre a composição do texto poético. O conceito de literatura, a tipologia lírica e épica, as formas e os gêneros poéticos. Elementos estruturais do poema. Importantes contribuições teóricas para o estudo da fenomenologia da criação poética.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. MOISÉS, Massaud. A criação literária– poesia e prosa. São Paulo: Cultrix, 2012.</p>		

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. 6 ed. São Paulo: Humanitas, 2006.
 COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.
 EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 PINHEIRO, Hélder. **Poesia na sala de aula**. 3. ed. Campina Grande: Bagagem, 2007.
 RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Teoria e Crítica Literária</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Estudo de teorias críticas, com vistas a refletir sobre a fenomenologia da criação literária. Exame de questões como os estilos de época, a historiografia literária, as figuras do autor e do leitor, a tipologia dos gêneros literários, a formação do cânone, o valor da obra e a teoria mimética. Estudo das principais teorias críticas da literatura e suas inflexões com o fenômeno literário.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARTHES, Roland et all. Análise estrutural da narrativa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001. COSTA LIMA, Luiz. Teoria da literatura em suas fontes. 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MOISÉS, Massaud. Análise literária. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2007. NITRINI, Sandra. Literatura comparada. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. RICHARDS, I. A. A prática da crítica literária. São Paulo: Martins Fontes, 1997. TODOROV, Tzvetan. Teoria da literatura: textos dos formalistas russos. São Paulo: EDUNESP, 2013. VIOLA, Alan Flávio (org.). Crítica literária contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura e Realidade Social</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Estudo de obras literárias de língua portuguesa que retratem os mais diversos sistemas sociais, políticos e econômicos de uma sociedade. Análise do tema da segmentação de classes e da divisão do trabalho em diferentes correntes estéticas, sobretudo no Romantismo, Realismo e Modernismo. Investigação acerca da literatura como mecanismo de resistência.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		

AUERBACH, Erich. **Mimesis**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
 CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
 EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: UNESP, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
 BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
 HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura** – textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
 RAMA, Ángel. **Literatura, cultura e sociedade na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
 SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura e Outras Artes</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
EMENTA: Estudo de obras literárias de língua portuguesa em diálogo interdisciplinar com outras manifestações artísticas, a citar a música, o teatro, as artes visuais, o cinema e a fotografia. Exame de questões como: o vínculo histórico da poesia com a música, a plasticidade das paisagens literárias, a tradução de textos literários para o cinema, dentre outros. Crédito Prático: produção de trabalhos artísticos a partir de recursos de transposição intersemiótica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AUERBACH, Erich. Figura . São Paulo: Ática, 1997. CARVALHAL, Tania Franco. Literatura comparada . São Paulo: Ática, 1993. PRAZ, Mário. Literatura e artes visuais . São Paulo: Cultrix/Edusp, 1982.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BENJAMIN, Walter. Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. GOMBRICH, Ernst. A história da arte . 16 ed. São Paulo: LTC, 2000. HUTCHEON, Linda. Uma teoria da adaptação . 2. ed. Trad. André Cechinel. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. JAMESON, Fredric. Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson. 4. ed. Org./trad. Ana Lucia de Almeida Gazzola. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. WELEEK, René. WARREN, Austin. A literatura e as outras artes. In: Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários . São Paulo: Martins Fontes, 2003.		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura, Mitos e Religiões</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 4.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito

<p>EMENTA: Estudo do viés mitológico e da simbologia religiosa em diferentes obras da literatura produzida em países de Língua portuguesa. Ideologia e contra ideologia na constituição do texto literário. Exame da religiosidade e do misticismo presentes em diferentes correntes estéticas, sobretudo o Barroco, o Romantismo e o Simbolismo. Análise da crítica às religiões operada na literatura moderna e contemporânea.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ELIADE, Mircea. História das crenças e das ideias religiosas – 3 volumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. FRYE, Northrop. O código dos códigos: A Bíblia e a Literatura. Tradução de Flávio Aguiar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. VERNANT, Jean-Pierre. Mito e religião na Grécia Antiga. Tradução Joana Angélica D’Avila Melo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABADIA, José Pedro Tosaus. A bíblia como literatura. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000. BASTANZIN, Vera. Mito e poética na literatura contemporânea. São Paulo: Ateliê, 2007. BLOOM, Harold. A angústia da influência: uma teoria da poesia. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2002. ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991. PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p>

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura e Pensamento Científico</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 60 h	CRÉDITOS: 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Estudo de obras literárias produzidas em países de Língua portuguesa, cujo processo de criação tenha por base o vínculo instituído com alguma corrente científica. Análise das relações estabelecidas entre: as ideias iluministas e a poética árcade, as teses científicas e a prosa naturalista, a Psicanálise e a literatura introspectiva, a Ecologia e a representação da natureza, dentre outras. A importância das ciências para a constituição da moderna literatura de língua portuguesa. Crédito Prático: produção de matéria científica referente ao conteúdo da disciplina.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DURAN, Xavier. La ciência en la literatura: un viatge per la història de la ciència vista per escriptors de tots els temps. Barcelona: UB, 2015. JUNG, Carl Gustav. O espírito na arte e na ciência– obras completas, vol. 15. Petrópolis: Vozes, 2011. MERLEAU-PONTY, Maurice. O olho e o espírito. São Paulo: Cosac Naify, 2013.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ADRONO, Theodor. HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. ALMEIDA, Marco Antonio de. Ciência da informação e literatura. Campinas: Átomo & Alínea, 2012.</p>		

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: UnB, 2006.
WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.

ÁREA: ESTUDOS LITERÁRIOS

6.3.2 Disciplinas optativas

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Laboratório de Escrita Criativa</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Estudo introdutório à escrita criativa. Caracterização dos gêneros literários. Apreciação de elementos ficcionais. Técnicas de composição dos modos poético, narrativo, dramático, crítico e ensaístico.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: D'ONÓFRIO, Salvatore. Teoria do texto, vs. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1995. GANCHO, Cândida Vilares. Como analisar narrativas. São Paulo: Ática, 1991. KAYSER, Wolfgang. Análise e interpretação da obra literária. 2vs. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1968.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRUNEL, P. et al. A crítica literária. São Paulo: Martins Fontes, 1988. MOISÉS, Carlos Felipe. Poesia não é difícil. Porto Alegre: Artes de ofícios editora, 1996. REIS, Carlos. O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários. Coimbra: Almedina, 1997. _____. Técnicas de análise textual-introdução à leitura crítica do texto literário. Coimbra: Livraria Almedina, 1976. TACCA, Oscar. As vozes do romance. Coimbra Almedina, 1983.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura Infanto-Juvenil</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Análise do percurso histórico da Literatura infantil e infanto-juvenil no Brasil e no mundo. Leitura e exame de textos literários, como: poesia, romance, conto, peça teatral, história em quadrinho, literatura de cordel. Investigação do conceito e da importância da Literatura Infanto-juvenil.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARROIO, Leonardo. Literatura infantil brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1990.</p>		

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BORDINI, Maria da Glória. **Poesia infantil**. São Paulo: Ática, 1986.
COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil**. São Paulo: Quíron, 1984.
COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil e juvenil – das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo**. 4. ed. revista. São Paulo: Ática, 1991.
JESUALDO. **A literatura infantil**. São Paulo: Cultrix, 1993.
LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Um Brasil para crianças – para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos**. São Paulo: Global, 1986.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura Surda</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: História da literatura em Libras. Os tipos de processos de produção literária sinalizada. Empoderamento surdo através da literatura. Uso da tecnologia para manifestações literárias em Libras.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u> KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, R. N. Literatura surda: ver histórias em língua de sinais. 2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006. MASON, Rachel. Por uma arte-educação multicultural. Campinas: Mercado das Letras, 2001. SUTTON-SPENCE, R. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2008.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u> JAUSS, Hans R. A história da literatura como provocação à teoria literária. São Paulo: Ática, 1994. LOWENFELD, V.; BRITAIN, W.L. Desenvolvimento da capacidade criadora. São Paulo: Mestre Jou, 1977. SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Tópicos de Teoria Literária</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito

EMENTA:

Estudo de fundamentos teóricos importantes para a constituição e para a compreensão do fenômeno literário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORDINI, Maria da Glória. **Fenomenologia e teoria literária**. São Paulo: EDUSP, 1990.

COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira** (3 volumes). 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **Teoria da literatura: textos dos formalistas russos**. São Paulo: EDUNESP, 2013.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura, Cultura e Sociedade Lusitana</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo das relações estabelecidas entre a sociedade, a cultura e a literatura portuguesa. A historiografia e as diferentes gerações de escritores lusitanos. A constituição da tradição literária em solo português. Relações entre o sistema literário e o sistema social em Portugal. Representação da memória cultural na literatura portuguesa.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u></p> <p>AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. Teoria da literatura. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2011.</p> <p>MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.</p> <p>SARAIVA, António José. LOPES, Óscar. História da literatura portuguesa. 17. ed. Porto: Porto Editora, 2005.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u></p> <p>BUENO, Aparecida de. <i>Et alli</i> (org). Literatura portuguesa – história, memória e perspectivas. São Paulo: Alameda, 2007.</p> <p>MEDEIROS, Aldinida. Travessias pela literatura portuguesa – de Saramago a Vieira. Campina Grande: EDUEPB, 2013.</p> <p>MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa através dos textos. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.</p> <p>REIS, Carlos. O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários. Coimbra: Almedina, 1997.</p> <p>SARAIVA, António José. Iniciação à literatura portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura, Performance e Oralidade</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Histórico e fundamentos teóricos da literatura de expressão oral em países lusófonos. As diferentes formas literárias assinaladas pela oralidade. Expressão narrativa oral e corporal. A oralidade e o problema da identidade cultural. Os papéis e a funcionalidade do ato performático. A literatura popular em verso e as estratégias de ensino.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BAKHTIN, Mikhail. <i>A cultura popular na Idade Média e no Renascimento</i>. 6. ed. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UnB, 2008.</p> <p>ZUMTHOR, Paul. <i>Introdução à poesia oral</i>. Belo Horizonte: UFMG, 2010.</p> <p>ONG, Walter. <i>Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra</i>. Campinas-SP: Papirus, 1998.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CASCUDO, Camara. <i>Literatura oral no Brasil</i>. 2. ed. São Paulo: Global, 2010.</p> <p>BATISTA, Sebastião Nunes. <i>Poética popular do Nordeste</i>. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.</p> <p>LEITE, Ana Mafalda. <i>Oralidade e escritas nas literaturas africanas</i>. Lisboa: Colibri, 1998.</p> <p>ZUMTHOR, Paul. <i>Performance, recepção, leitura</i>. COSACNAIFY, 2007.</p> <p>PINHEIRO, Hélder. MARINHO, Ana Cristina. <i>Cordel na sala de aula</i>. Rio de Janeiro/São Paulo: Duas cidades, 2001.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura, Etnia, Gênero e Diversidade</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Histórico e fundamentos teóricos dos Estudos Culturais. Exame da representação das diferentes identidades culturais retratadas na literatura lusófona. Estudo do hibridismo e da diversidade cultural presentes em obras literárias: textos de expressão indígena e africana, escritura feminina, literatura <i>queer</i>, ideologia de gênero etc. Análise dos processos de subjetividade que estruturam o texto literário.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. <i>Tempos líquidos</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p> <p>BHABHA, Homi. <i>O local da cultura</i>. Belo Horizonte: UFMG, 2012.</p> <p>MATTELART, Armand. NEVEU, Érik. <i>Introdução aos estudos culturais</i>. São Paulo: Parábola, 2004.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>AMSELLE, Jean-Loup. M'BOKOLO, Elikia (org). <i>No centro da etnia: etnias, tribalismo e estado na África</i>.</p>		

Petrópolis: Vozes, 2017.
GRAUNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.
VISENTINI, Paulo Fagundes (et ali). **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.
ZINANI, Cecil J. Albert. **Literatura e gênero. A construção da identidade feminina**. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Estudos do Insólito Ficcional</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo da literatura de teor insólito nos séculos XIX, XX E XXI, através de obras ficcionais de autores da literatura universal. O insólito e o fantasioso, suas fronteiras teóricas e o diálogo com outros modelos canônicos.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u></p> <p>FURTADO, Filipe. A construção do fantástico na narrativa. Lisboa: Livros Horizonte, 1980. ROAS, David. A ameaça do fantástico: aproximações teóricas. São Paulo: Editora Unesp, 2014. TODOROV, Tzvetan. Introdução à literatura fantástica. Tradução Maria Clara Corrêa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2008 [1970].</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u></p> <p>BESSIERE, Irène. Le recit fantastique. Paris: Larrousse, 1974. GARCÍA, Flavio, FRANÇA, Júlio & PINTO, Marcello de Oliveira (org.). As arquiteturas do medo e o insólito ficcional. Rio de Janeiro: Caetés, 2013. MANTAGRANO, Bruno Anselmi. TAVARES, Enéias. Fantástico brasileiro: o insólito literário do romantismo ao fantasismo. Curitiba: Arte & Letra, 2019. ROAS, David (org.). Teorías de lo fantástico. Madrid: Arco/Libros, 2001. ROBERTS, Adam. A verdadeira história da ficção científica: do preconceito à conquista das massas. Tradução Mário Molina. São Paulo: Seoman, 2018.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literaturas Africanas de Língua Portuguesa</i>		Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo da prosa de ficção de autores expoentes das literaturas africanas de língua portuguesa. Conceitos teóricos que norteiam o fazer literário contemporâneo: categorias narratológicas tradicionais. História da literaturas: hibridismo linguístico, humor, tradições africanas, visão de mundo, tempo e espaço, percepção.</p>		
<p><u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u></p> <p>CHAVES, Rita. A formação do romance angolano – Maputo; São Paulo: FBLP; Via Atlântica USP, 1999. FERREIRA, Manuel. Literaturas africanas de expressão Portuguesa. V. II. Lisboa, Instituto de Cultura</p>		

Portuguesa, 1977.

HAMILTON, Russell. **Literatura africana, literatura necessária**. Lisboa, Ed. 70, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique**. Experiência colonial e territórios literários. Cotia: Ateliê editorial, 2005.

LEÃO, Ângela Vaz. (Org.). **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**. Editora PUC Minas, 2003

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Lisboa: Colibri, 2003.

MACEDO, Tania. **Angola e Brasil: estudos comparados**. São Paulo: Via Atlântica, 2002.

MADRUGA, Elisalva. **Nas trilhas da descoberta: a repercussão do modernismo brasileiro na literatura angolana**. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura Brasileira Contemporânea</i>		CLV0076
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito

EMENTA:

Estudo da prosa de ficção e da poesia de autores exponenciais da Literatura Brasileira Contemporânea: dos anos 70 do século XX até atualidade. A construção do romance de ficção e da poética brasileiros atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, Casimiro de. **Prática da Escrita em tempo de Revolução**. Lisboa, Ed. Caminho, 1977.

GOMES, Álvaro Cardoso. **A voz itinerante. Ensaio sobre o romance português contemporâneo**. São Paulo, Edusp, 1993.

SANTIAGO, Silviano. **O Narrador Pós-Moderno**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANDIDO, Antonio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Decio, GOMES, Paulo Emílio. **A Personagem de Ficção**. São Paulo, Editora Perspectiva.

FOSTER, E.M. **Aspectos do Romance**. Porto Alegre, Editora Globo.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)**. São Paulo: Ática, 1985. Série Princípios. (p. 25-70)

MENDES, Maria dos Prazeres. **A metaleitura da voz narrativa feminina: Clarice Lispector e Teolinda Gersão**. Via Atlântica, nº. 1, São Paulo, EDUSP: 1997.

SCHOLES, Robert, KELLOGG, Robert. **A Natureza da Narrativa**. São Paulo, 1977. Ed. Mc Graw Hill.

DISCIPLINA	CÓDIGO
<i>História da Literatura Piauiense</i>	Necessita de um novo código
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:	

CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
EMENTA: Estudo crítico sobre a construção histórica da Literatura Piauiense. O panorama atual das Letras no estado do Piauí.		
<u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u> BRASIL, Assis. Poesia Piauiense do Século XX. FMC. MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. Literatura Piauiense – Horizonte de Leitura e Crítica Literária 1900-1930. FCMC: Teresina, 1998. MOURA, Francisco Miguel de. Literatura do Piauí-1859-1999. Academia Piauiense de Letras: Teresina, 2001.		
<u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u> COUTINHO, Afrânio. A Literatura no Brasil. vol. IV, 2ªed. Sul América S.A. Rio de Janeiro- 1969. BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). Mário Faustino: O Homem e sua Hora e outros poemas. Companhia das Letras: São Paulo, 2002. LIMA, Luiz Romero. Literatura Brasileira de Expressão Piauiense. 8. ed. Fundação Quixote/Halley: Teresina, 2009. NETO, Adrião. Literatura Piauiense para Estudantes. EDUFPI: Teresina, 1996. PINHEIRO, João. Literatura Piauiense – Escorço Histórico. FCMC: Teresina, 1995.		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Prosa Portuguesa Contemporânea</i>		CLV0078
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
EMENTA: Estudo da prosa de ficção de autores expoentes da Literatura Portuguesa contemporânea. A construção do romance de ficção portuguesa atual: marcas da contemporaneidade e do experimentalismo.		
<u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</u> GOMES, Álvaro Cardoso. A voz itinerante. Ensaio sobre o romance português contemporâneo. São Paulo, Edusp, 1993. MARTINHO, Fernando (coord.). A Literatura Portuguesa do Século XX. Lisboa, Instituto Camões, 2004. REIS, Carlos. O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos literários. Lisboa, Almedina, 2001.		
<u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</u> CANDIDO, Antonio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Decio, GOMES, Paulo Emílio. A Personagem de Ficção. São Paulo, Editora Perspectiva. FOSTER, E.M. Aspectos do Romance. Porto Alegre, Editora Globo. LEITE, Ligia Chiappini Moraes. O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão). São Paulo: Ática, 1985. Série Princípios. (p. 25-70) MAGALHÃES, Isabel Allegro de. O Sexo dos Textos. Lisboa, Editorial Caminho: 1995. REIS, Carlos. Dicionário de Narratologia. Lisboa, Almedina, 2002.		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura e Filosofia</i>		CLV0080
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Estudos literários sob a perspectiva filosófica.</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARTHES Roland. <i>O Óbvio e o Obtuso</i>. Edições 70: Lisboa 1982. COSTA, Lígia Militz da. <i>Representação e Teoria da Literatura – dos gregos aos pós-modernos</i>. UNICRUZ: Cruz Alta, 1998. FOUCAULT, Michel. <i>A Ordem do Discurso</i>. 9. ed. Loyola: São Paulo, 2003</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: COUTINHO, Afrânio. <i>Crítica e poética</i>. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980 EAGLETON, Terry. <i>Teoria da Literatura: Uma Introdução</i>. 3 ed. Martins Fontes: São Paulo, 1997. FILHO, Domício Proença. <i>A Linguagem Literária</i>. 7. ed. Ática: São Paulo, 1999. Série Princípios. LAJOLO, Marisa. <i>O que é Literatura</i>. Brasiliense: São Paulo, 1995. Coleção Primeiros Passos. LIMA, Luiz Romero. <i>Por um Leitor Crítico</i>. Teresina, 2004.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura e Cinema</i>		CLV0081
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA: Estudos comparativos entre Literatura e Cinema.</p> <hr/> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDREW, J. Dudley. <i>As Principais Teorias do Cinema</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. AVELLAR, José Carlos. <i>Imagem e Som/ Imagem e Ação /Imaginação</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. V. 13. EISENSTEIN, Sergei. <i>O Sentido do Filme</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AUMONT, Jacques <i>et al.</i> <i>A Estética do Filme</i>. São Paulo: Papyrus, 1995. BERNARDET, Jean-Claude. <i>O Que é Cinema</i>. São Paulo: Brasiliense, 2006. LEITE, Sidney Ferreira. <i>Cinema Brasileiro – Das Origens à Retomada</i>. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. LOTMAN, Yuri. <i>Estética e Semiótica do Cinema</i>. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. SANTAELLA, Lúcia. <i>A Teoria Geral do Signos - Como as linguagens significam as coisas</i>. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Literatura Latina I</i>		CLV0094
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>As origens da literatura latina, em suas aproximações e inovações em relação à literatura grega, as épocas arcaica e clássica (até a época de César), com os principais autores e obras, em textos bilíngues (latim/português), para discussão, análise e comparação com outras literaturas ocidentais, sobretudo a portuguesa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CARDOSO, Zélia de Almeida. A literatura latina. São Paulo: Martins Fontes.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Antigüidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos. 2ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.</p> <p>PARATORE, Ettore. História da literatura latina. Trad. Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BAYET, Jean. Litterature latine. Paris: Armand Colin.</p> <p>NOVAK, Maria da Glória e NERI, Maria Luiza (org.). Poesia lírica latina. São Paulo: Martins Fontes, 1992.</p> <p>PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Estudos de história da cultura clássica. 2v.6ed.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.</p> <p>SARAIVA, S.R. dos Santos. Dicionário latino-português. 11ed.Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Garnier. 2000.</p> <p>SILVA, Amós C. e MONTAGNER, Aírto C. Dicionário latino-português. 2ed. Rio de Janeiro: A. Coelho da Silva: A. Ceolin Montagner, 2007.</p>		

DISCIPLINA		CÓDIGO
<i>Crítica Literária Feminista</i>		CLE0101
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO:		
CARGA HORÁRIA: 45 h	CRÉDITOS: 3.0.0	PRÉ-REQUISITO: Sem pré-requisito
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo da Crítica Literária Feminista abordando as relações entre a Literatura e as opressões econômicas, políticas, sociais e psicológicas da mulher. Estudo de autores mundiais, brasileiros, portugueses e piauienses que são considerados feministas ou abordam temas de gênero. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>GILROY, P. "It ain't where you're from, it's where you're at". The dialects of Diaspora identification In <i>Small Acts</i>. New York: Serpents tail, 1993.</p> <p>HALL, S. and DU GAY, P. Questions of cultural identity. London: Sage Publications, 1996.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>HALL, S., HELD, D. and MCGREW, T. Modernity and its future. London and New York: Polity Press, 1991.</p> <p>RAJCHMAN, J. The Identity in Question. New York and London, 1995.</p> <p>SCOTT, J. Multiculturalism and the Politics of Identity. In John Rajchman <i>The Identity in Question</i>. New York and London, 1995.</p>		

ÁREA: EXTENSÃO

6.4 Atividades Curriculares de Extensão

DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.0.3	45	---
<p>EMENTA: Preconceito, racismo, etnocentrismo, relações sociais e pessoais nos diferentes espaços de ensino. Origem histórica e social do preconceito racial/étnico brasileiro. Legislação brasileira sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais. Práticas educativas envolvendo a Educação para as Relações Étnico-Raciais.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>PEGORARO, Olinto. Ética através dos maiores mestres da história. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>PLETSCH, Marcia Denise. Relações étnico-raciais e educação: contextos, práticas e pesquisas. Rio de Janeiro: Editora Nay, 2013.</p> <p>ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Educação das relações étnico-raciais: pensando referências para a organização da prática pedagógica. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2011.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas Híbridas. Edusp: São Paulo, 2003.</p> <p>GIROUX, Henri A. Teoria crítica e resistência em educação. Petrópolis: Vozes, 1986.</p> <p>HERMANN, Nadja. Pluralidade e ética em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.</p> <p>RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e Competência. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1997.</p>		

DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.0.3	45	

EMENTA: Advento do campo da CTE (Ciência, Tecnologia e Educação). Conceituação e definição a respeito do que é técnica e tecnologia. Ciência, tecnologia e inovação. Política científica e tecnológica. Valores e ética na prática científica. Ciência, Tecnologia e Formação de Professores. Controvérsias científicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência:** introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ANGOTTI, José A.P.; AUTH, Milton A. **Ciência e tecnologia:** implicações sociais e o papel da educação. *Ciência e Educação*, v.7, n.1, p.15-27, 2001.

BAZZO, W. A. **Ciência, tecnologia e sociedade:** o contexto da educação tecnológica. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da Tecnologia:** um convite. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

DAGNINO, Renato. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico:** um debate sobre a tecnociência. Campinas: UNICAMP, 2008.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACEY, Hugh. **Valores e atividade científica.** São Paulo: Editora 34, 2008.

DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão III		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.0.3	45h	
EMENTA: Meio Ambiente, Educação Ambiental, Educação para o consumo e cidadania. Políticas de Educação Ambiental. Educação Ambiental e o Ensino de língua portuguesa. Projetos de Educação Ambiental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2010.		
GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. São Paulo: Papirus, 1995.		
LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. [et al.] Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2005.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006.
- PENTEADO, Heloisa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2004.
- REIGOTA, Marcos **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2009.

DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão IV		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.0.3	45h	
<p>EMENTA: Cidadania e Civismo. Vida Familiar e Social. Educação para o Trânsito. Educação em Direitos Humanos. Direitos da Criança e do Adolescente. Processo de Envelhecimento. Respeito e valorização do Idoso.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso. 3. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.</p> <p>MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (org.). A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 4. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BALL, Stephen John. Cidadania global, consumo e política educacional. <i>In</i>: SILVA, Luiz Heron da (org.). A escola cidadã no contexto da globalização. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-137.</p> <p>BONETI, Lindomar Wessler; BLEY, Regina Bergamaschi; SILVEIRA, André Bakker da; SCHIO, Murillo Amboni (org.). Educação em direitos humanos: história, epistemologia e práticas pedagógicas. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2019.</p>		

CARVALHO, Lucas Pelegrini Nogueira de; NOVAES, Areta Dames Cachapuz; GRAMANI-SAY, Karina; ORLANDI, Fabiana de Souza; CASEMIRO, Francine Golghetto; SANTOS-ORLANDI, Ariene Angelini dos (org.). **Temas sobre envelhecimento – atividades cognitivas para idosos**. São Carlos: RiMa, 2020.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina (org.). **O direito das crianças à cidade**: perspectivas desde o Brasil e Portugal. São Paulo: FEUSP, 2022.

VIEIRA, Ana Luisa; PINI, Francisca; ABREU, Janaina (org.). **Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015.

DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão V		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.0.3	45h	
EMENTA: Multiculturalismo. Diversidade Cultural. Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>LOEWE, Daniel. Multiculturalismo e direitos culturais. Tradução: Paulo César Nodari e Elsa Mónica Bonito Basso. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011.</p> <p>MORAES, Elisângela Lambstein Franco de. Diversidade Cultural: 18 anos da Lei 10.639. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; BECALLI, Fernanda Zanetti (org.). **Educação para as relações étnico-raciais: experiências e reflexões**. Vitória, ES: Edifes, 2018.

COSTA, Rodriana Dias Coelho; SANTOS, Edinei Carvalho dos; SILVA, Kleber Aparecido da (org.) **Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente**. Campinas, SP: Abralín, 2021.

GUILHERME, Willian Douglas (org.). **A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 5**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

SILVA, G. F. da. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. *In*: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TRINDADE, Azoilda L. da; SANTOS, Rafael. **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão VI		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.0.4	60h	
<p>EMENTA: Sexualidade – aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e discursivos. Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual. Relações de gênero. Diversidade sexual no cotidiano escolar. Recursos didático-metodológicos para o trabalho de Educação Sexual na Educação Básica. Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>FURLANI, Jimena. Educação Sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (org.). Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres/ Editora UnB, 2009.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC/SECAD; 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão VII		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.0.4	60h	
<p>EMENTA: Saúde no contexto social, econômico e ambiental. Responsabilidades do Poder Público. Direitos e alternativas para os cuidados com a saúde individual e coletiva. Hábitos necessários para manter a saúde e o bem-estar. Educação Alimentar e Nutricional. Prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Direito Humano à Alimentação Adequada. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Problemáticas brasileiras referentes à má nutrição.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.</p> <p>LANCHA Jr, Antonio Herbert; LONGO, Sueli. Nutrição: do exercício físico ao esporte, 1.ed. São Paulo – SP, Manole, 2019.</p> <p>VASCONCELLOS, Marcelo Barros. Atividade Física, Nutrição e Saúde: Políticas Públicas de Prevenção e Controle de Obesidade em Adolescente, 1.ed. São Paulo, SP: Paco Editorial, 2017.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.</p>		

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno Teórico. **Educação Alimentar e Nutricional**: o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Brasília - DF: MDS; 2014.

JEUKENDRUP, Asker; GLEESON, Michael. **Nutrição no esporte**: Diretrizes nutricionais e bioquímica e fisiologia do exercício, 3.ed. São Paulo – SP, Manole, 2021.

McARDLE, William D; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do Exercício**: Nutrição, Energia e Desempenho Humano, 8.ed. Rio de Janeiro – RJ, Guanabara Koogan, 2016.

MELLO, Ana Paula de Queiroz; DAMASCENO, Nágila Raquel Teixeira. **Educação alimentar e nutricional como estratégia para a prevenção da obesidade e seus agravos**: práticas pedagógicas aplicadas à escola. 1.ed. São Paulo – SP: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2022.

7 CORPO DOCENTE

7.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante - NDE do **Curso de Licenciatura em Letras – LL e LLP** da UFPI possui as seguintes atribuições:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, em observância ao que preconizam o PPC e Diretrizes Curriculares Nacionais da área;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Zelar de forma permanente pelo desenvolvimento de atividades inerentes ao curso, quanto aos aspectos de sua organização didático-pedagógica atuação do corpo docente e infraestrutura adequada, de forma a auxiliar a Coordenação de curso nos procedimentos relativos ao bom andamento dessas atividades;
- IV. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades de graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as política relativa à área de conhecimento do curso;
- V. Auxiliar a coordenação na busca de estratégias de cumprimento das atividades pertinentes ao estágio curricular e trabalho de conclusão de curso;
- VI. Colaborar para a difusão, entre o alunado, da cultura avaliativa desenvolvida no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), incluindo a avaliação interna (participação no processo anual realizado pela Comissão Própria de Avaliação) e externa (Exame Nacional de Desempenho dos estudantes e processos avaliativos in loco por comissões do MEC).

Os professores são escolhidos por votação na assembleia departamental do curso e devem ter como pré-requisitos: ter experiência de magistério mínima de dois anos; pelo menos 60% dos membros devem

possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; todos os docentes deverão possuir regime de trabalho parcial ou integral, sendo, pelo menos, 20% em regime integral.

7.2 Atuação e Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras deve ser eleita através de processo democrático com a participação de alunos, professores e técnico-administrativos, conforme regulamentação interna da instituição. Estruturada a partir de um novo formato de gerência universitária, a Coordenação está vinculada diretamente ao Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, de modo que estão sob sua responsabilidade todas as ações administrativas previstas para as coordenações e os departamentos.

O Coordenador de Letras-Português é responsável por toda a gerência no âmbito da Coordenação. Ou seja, as suas ações compreendem os docentes, os discentes, a organização política e a esfera administrativa. O coordenador deve acompanhar e avaliar atividades para que não seja prejudicado o perfeito processo de execução do curso.

Dentre as suas atribuições, destacam-se:

- I. Rotinas mensais: solicitação de material de expediente à Secretaria do CCHL, homologação de frequência dos técnicos lotados na Coordenação, supervisão de estágio não obrigatório e participação das reuniões do Conselho Departamental do CCHL.
- II. Rotinas semestrais: solicitação da oferta de turmas, supervisão da matrícula institucional, coordenação da matrícula curricular, validação de atividades complementares, transferência facultativa, supervisão de estágio obrigatório, homologação de férias de técnicos e professores lotados na Coordenação, participação da solenidade de colação de grau e promoção de reunião pedagógica de planejamento.
- III. Rotinas anuais: solicitação da eleição de representantes da Coordenação no Colegiado do Curso, eleição do Núcleo Docente Estruturante - NDE, seleção de estudantes para o Programa Jovens Talentos, cadastramento dos estudantes ingressantes e concludentes no ENADE.

A responsabilidade pelas disciplinas de cada módulo do curso fica a cargo dos docentes, que devem planejá-las, articulá-las e executá-las da melhor forma possível, com vista a garantir ao aluno a qualidade do ensino no nível superior.

7.3 Perfil do Corpo Docente

O Curso de Letras-Português da UFPI conta com 16 (dezesseis) professores efetivos, listados a seguir:

DOCENTES DA CLV	CPF	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA	REGIME DE TRABALHO
Carlos André Pinheiro	924.383.503-34	Doutor	40h	DE
Carolina de Aquino Gomes	004.075.283-69	Doutor	40h	DE
Catarina de Sena S. Mendes da Costa	047.343.433-49	Doutor	40h	DE
Francisco Alves Filho	245.769.803-00	Doutor	40h	DE
Hermito Leite de Carvalho Filho	757.517.983-68	Mestre	40h	DE
Iveuta de Abreu Lopes Prado	097.385.093-00	Doutor	40h	DE
Jasmine Soares Ribeiro Malta	470.613.323-87	Mestre	40h	TI
João Benvindo de Moura	395.061.503-20	Doutor	40h	DE
Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos	641.402.023-00	Doutor	40h	DE
Maria Angélica Freire de Carvalho	021.609.027-05	Doutor	40h	DE
Maria Auxiliadora Ferreira Lima	074.512.373-20	Doutor	40h	DE
Maria Elvira Brito Campos	463.793.045-68	Doutor	40h	DE
Maria Goreth de Sousa Varão	349.754.113-34	Doutor	40h	DE
Naziozênio Antonio Lacerda	131.659.173-53	Doutor	40h	DE
Raimunda Maria dos Santos	694.850.113-34	Mestre	40h	DE
Samantha de Moura Maranhão	506.137.665-04	Doutor	40h	DE

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

8.1 Local de Funcionamento, Infraestrutura e Laboratórios

DADOS	DESCRIÇÃO
Local de Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Batalha – Unidade Escolar Conselheiro Saraiva: Av. Presidente Getúlio Vargas, N 646, Centro. ▪ Castelo do Piauí – Unidade Escolar Profa. Osmarina Vieira de Souza Moreira: Rua Benjamin Constant, Nº 242, Bairro Centro. ▪ Miguel Alves – Unidade Escolar Dirceu Mendes Arcoverde: Av. Desembargador Simplício Mendes, S/N, Bairro COEHB. ▪ Pedro II – Escola Municipal Monsenhor Lotario Weber: Rua Raimundo Orsano, S/N, Bairro Vila Kolping.

Infraestrutura Física nos municípios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 01 sala para a coordenação local ▪ 01 sala de aula para o curso de Letras-Português ▪ 01 biblioteca pública
Infraestrutura Física em Teresina	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Biblioteca Central ▪ Biblioteca setorial do CCHL ▪ Laboratório de línguas – CCHL ▪ Auditório Noé Mendes – CCHL ▪ Secretaria do Parfor

8.2 Comitê de Ética em Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão consultivo e educativo e tem como objetivo preservar a integridade física, moral e social dos participantes da pesquisa, garantindo assim o relacionamento de integridade mútuo entre participantes e pesquisadores.

Dessa forma, o Comitê de Ética em Pesquisa é essencial para a realização de pesquisas no curso de Letras-Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, dando o apoio necessário para que os pesquisadores possam realizar seus trabalhos com obediência à legislação pertinente.

Na falta de normativo específico para a grande área de Linguística, Letras e Artes, o curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, abrangendo as áreas de Literatura, Linguística e Linguística Aplicada, pauta-se na Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

A citada resolução considera que “as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma acepção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas [...]” (BRASIL, 2016, p. 44). As práticas de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais lidam com atribuições de significado, práticas e representações, mas sem intervenção direta no corpo humano.

Em seu Art. 3º, a Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, estabelece que os princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais são:

- I. Reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;
- II. Defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;
- III. Respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;

- IV. Empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;
- V. Recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;
- VI. Garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;
- VII. Garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;
- VIII. Garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;
- IX. Compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e
- X. Compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário.

Para Moraes (1995), citado por Celani (2005, p. 107), “os procedimentos não éticos podem ser reduzidos a duas categorias: má conduta e fraude”. Na visão de Moraes (1995), a má conduta se caracteriza por não arquivar os dados, não aceitar avaliações, encomendar dados estatísticos, explorar subalternos, publicar precocemente (para correr na frente), fazer mau uso de verbas, tratar mal a amostra, provocar medo, fazer retaliação política, indicar coautoria inapropriada, preocupar-se mais com a quantidade do que com a qualidade (a síndrome *publishorperish*), mentir, degradar a natureza, roubar documentos, avalizar erros, procurar a fama, exercer liderança inadequada, formar “panelas”, abusar do poder, induzir jovens ao erro (por mau exemplo ou por descaso), fazer troca de convites e de favores, republicar os mesmos dados maquiados, dar cartas de recomendação inverídicas, ignorar interesses conflitantes com as agências de fomento, ser cleptomaníaco.

Ainda de acordo com Moraes (1995), a fraude pode ser entendida como ações de plagiar, falsificar dados e inventar resultados.

Com base no Parágrafo Único, do Art. 1º, da Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, não serão registrados nem avaliados pelo sistema CEP/CONEP:

- I. Pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;
- II. Pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- III. Pesquisa que utilize informações de domínio público;
- IV. Pesquisa censitária;

- V. Pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e
- VI. Pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;
- VII. Pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e
- VIII. Atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo da pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

Em caso de necessidade, as demandas relativas à ética em pesquisa no curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa serão registradas no sítio da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e avaliadas, mediante solicitação do interessado em formulário apropriado, pelo CEP-UFPI (Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI), criado em 01/10/1997, tendo por objetivo pronunciar-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa envolvendo seres humanos na UFPI, visando criar uma política concreta sobre as investigações propostas nas diversas áreas do conhecimento (UFPI, 2013).

De um modo geral, os projetos de pesquisa nas áreas de Literatura, Linguística e Linguística Aplicada que envolvam participantes devem ter a preocupação de elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo as orientações e os princípios éticos norteadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Publicada no **DOU nº 98, de 24 de maio de 2016, seção 1, páginas 44, 45 e 46**. Brasília, 2016.

CELANI, Maria Antonieta. Questões de ética em linguística aplicada. **Linguagem & Sociedade**, Pelotas, v. 8, n.1, p. 101-122, jan./jun.2005.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** 2016-2017.

MORAES, F. FAVA de. **Ética na pesquisa**. Palestra proferida em seminário do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. PUC-SP, 1995.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA. Centro de Ciências Humanas e Letras. Coordenação do Curso de letras vernáculas: UFPI, 2010.

RÊGO, Maria do P. Socorro Neiva Nunes do & MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. **O Curso de Letras da UFPI: Um fio da FAFI**. Teresina: EDUFPI, 1991.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. Resolução nº 231/13. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. Aprova o Novo Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI. Teresina, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020/2024**. Teresina: EDUFPI, 2020.

LEIS FEDERAIS

Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

Decreto nº 17.551, de 9 de janeiro de 1945. Concede reconhecimento à faculdade de direito do Piauí. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/1/1945, p. 34, v. 2.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial.

Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria Normativa MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 22, de 07 de novembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

REGRAMENTO ESPECÍFICO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Parecer CNE/CES nº 197, de 13 de setembro de 2007. Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso V, do Decreto nº 5.773/2006.

Parecer CNE/CES nº 564, de 10 de dezembro de 2015. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

RESOLUÇÕES DA UFPI

Resolução CEPEX nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Resolução CEPEX nº 054/17 – Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos de Avaliação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e Bacharelado, utilizados pelo Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Acesso no Portal MEC:

<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>

ANEXOS

ANEXO I

Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC

(Portaria CAMEN/PREG nº 330/2017)

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso- TCC é uma produção acadêmica individual e obrigatória que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por eles adquiridos durante o curso de graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Art. 2º. O TCC tem carga horária de 120 h, que será distribuída em 3(três) períodos letivos, assim especificados:

- a) TCC I (45 h) no 6º semestre do curso;
- b) TCC II (60 h) no 7º semestre do curso;
- c) TCC III (15 h) no 8º semestre do curso.

Art. 3º. O TCC poderá ser realizado sob a forma de monografia, artigo científico, relato de experiência, roteiro documental com audiovisual ou outras formas definidas e aprovadas pelo Colegiado do Curso.

DOS OBJETIVOS DO TCC

Art. 4º. O TCC tem como objetivos:

- I. Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- II. Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- III. Ampliar a capacidade quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- IV. Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico na organização, sistematização e aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

DAS ETAPAS DO TCC

Art. 5º. As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- I. Elaboração do projeto de TCC, na disciplina de TCC I;

II. Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, artigo científico, relato de experiência, roteiro documental com audiovisual ou outras modalidades definidas e aprovadas pelo Colegiado do Curso, com apresentação/defesa pública perante uma banca examinadora, na disciplina de TCC II;

III. Revisão/correção, entrega da versão final do TCC e adaptação para publicação, juntamente com o professor orientador, na disciplina de TCC III.

DA COORDENAÇÃO DE TCC

Art. 6º. O Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa terá uma **coordenação** própria para o TCC, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do trabalho.

Parágrafo único. A Coordenação de TCC será exercida por um professor efetivo do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, eleito pela assembleia departamental e nomeado pelo (a) diretor (a) do Centro de Ciências Humanas e Letras-CCHL para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 7º. A orientação do TCC é de responsabilidade de um professor formador, que atuará na função de orientador, vinculado ao curso de Letras-Português.

§ 1º Em casos excepcionais justificados e dependendo da especificidade da temática, mediante aprovação prévia do Colegiado do Curso, o aluno poderá ser orientado por um docente de outro curso da UFPI de área afim.

Art. 8º. Se houver necessidade, o TCC poderá ser desenvolvido com a participação de um coorientador devidamente selecionado pelo Parfor/UFPI, justificada pela particularidade do tema, com aceite expresso do orientador, do orientando e do colaborador, que auxiliará na orientação, mediante aprovação da Coordenação de TCC e do Colegiado do Curso.

Art. 9º. O professor formador, selecionado especialmente para a orientação de TCC do curso de Letras-Português do Parfor/UFPI poderá orientar até 5 alunos nas disciplinas de TCC I, TCC II e TCC III.

Parágrafo único. Esse quantitativo do limite de orientação de TCC por professor em tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais diminui para 1 (um) trabalho quando o docente estiver orientando dissertação de mestrado e/ou tese de doutorado em programa de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI.

Art. 10. As especificidades, as necessidades de flexibilização de limites e os problemas relacionados à distribuição e ao quantitativo de trabalhos de conclusão de curso por cada professor serão solucionados pela Coordenação de TCC de acordo com a demanda de cada período letivo.

Art. 12. Para formalizar a orientação do TCC, orientador e orientando assinarão um Termo de Compromisso, elaborado pela Coordenação de TCC, constituindo-se em um instrumento bilateral, com responsabilidades mútuas, podendo ser rompido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante justificativa apresentada à Coordenação de TCC.

§ 1º O orientador reserva o direito de desistir da orientação do TCC, devendo apresentar a justificativa à Coordenação de TCC.

§ 2º O orientando reserva o direito de solicitar mudança de orientador do TCC, desde que apresente justificativa à Coordenação de TCC.

§ 3º O orientando que desistir do TCC, seja na etapa do TCC I, TCC II ou TCC III, deverá comunicar ao orientador e à Coordenação de TCC.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 13. Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- I. Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- II. Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;
- III. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
- IV. Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- V. Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- VI. Disponibilizar para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCCs.

Parágrafo único. O Núcleo Docente Estruturante – NDE poderá auxiliar a Coordenação de TCC na busca de estratégias para cumprimento das atividades pertinentes aos trabalhos de conclusão de curso.

Art. 14. Compete ao professor orientador:

- I. Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- II. Sugerir nomes para as bancas examinadoras, em comum acordo com seus orientandos;
- III. Participar, na condição de presidente, da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- IV. Contatar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.

Art. 15. Compete ao orientando:

- I. Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;
- II. Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;
- III. Cumprir as normas e prazos;

- IV. Entregar 1 (cópia) impressa e/ou digital para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com no máximo 15 dias de antecedência da apresentação de TCC;
- V. Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- VI. Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- VII. Submeter a versão final do TCC para publicação com o orientador;
- VIII. Entregar a versão final do TCC via SIGAA, através da disciplina TCCIII;
- IX. Acatar outras orientações referentes ao TCC.

DOS FORMATOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 16. O formato do TCC varia de acordo com a modalidade escolhida em comum acordo ente orientador e orientando, devendo obedecer às características e funcionalidade de cada gênero acadêmico, conforme especificadas:

I-Monografia: A versão do TCC no formato de monografia a ser submetida à banca examinadora deverá apresentar as características e funcionalidade desse gênero acadêmico e ter entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) páginas, sem contar os elementos pré-textuais e os anexos ou apêndices.

II-Artigo científico: A versão do TCC no formato artigo científico a ser submetida à banca examinadora deverá contemplar as características e funcionalidades desse gênero acadêmico e ter entre 15 (quinze) e 30 (trinta) páginas, com comprovação de submissão, juntamente com o orientador, para revista indexada e termo de ciência da submissão assinado pelo orientador.

III-Relato de experiência: A versão do TCC no formato relato de experiência a ser submetida à banca examinadora deverá atender as características desse gênero acadêmico, ter entre 15 (quinze) e 30 (trinta) páginas e ser relacionado, obrigatoriamente, às áreas de Literatura, Linguística ou Linguística Aplicada, a partir de um projeto de intervenção como norteador da pesquisa-ação.

IV- Roteiro documental com audiovisual: Roteiro escrito, de no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) páginas (sem contar o *storyboard*), formatado para produção de material audiovisual, a ser realizado como documentário autoral acerca de tema relevante para a Literatura, Linguística ou Linguística Aplicada, contendo ao final: pesquisa temática, *storyboard* e arquivo de vídeo. São obrigatórios a apresentação pública dos materiais produzidos, a entrega do roteiro, o documentário em vídeo.

DA AVALIAÇÃO

Art. 17. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser avaliado em 3 (três) etapas, nos seguintes componentes curriculares: Trabalho de Conclusão de Curso I (elaboração do projeto de TCC), Trabalho de Conclusão de Curso II (apresentação do TCC perante uma banca examinadora) e Trabalho de Conclusão do Curso III (revisão/correção, entrega da versão final e submissão para publicação).

Art. 18. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I ocorrerá no antepenúltimo semestre do curso e será realizada pelo orientador, tendo como objeto o projeto de TCC, com base nos seguintes elementos: delimitação do tema, formulação ou identificação do problema, hipótese (se houver),

objetivos, fundamentação teórica (quando houver), metodologia, cronograma de execução e referências (se houver).

Parágrafo único: Se o projeto de TCC se enquadrar nas exigências da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, deverá ser submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFPI para fins de análise e aprovação.

Art. 19. Para avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, o professor orientador deverá sugerir, em comum acordo com o aluno orientando, a banca examinadora da apresentação, que deverá ser composta pelo orientador, dois membros titulares e um suplente, para ser homologada pela Coordenação do TCC.

§ 1º O coorientador, caso exista, não poderá ser indicado como componente da banca examinadora.

§ 2º Somente um dos componentes da banca examinadora poderá não integrar o quadro de docentes efetivos da UFPI.

Art. 20. O TCC deverá ser enviado em arquivo digital, nos formatos Word e PDF aos membros da banca examinadora pelo professor orientador, de acordo com as orientações vigentes, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para a apresentação, conforme cronograma estabelecido pela Coordenação de TCC e prazo constante no calendário universitário para o semestre.

Art. 21. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II acontecerá no penúltimo semestre do curso e consistirá na apresentação do TCC em sessão pública, previamente marcada, perante uma banca examinadora, composta pelo orientador e dois membros convidados, com o cumprimento das seguintes normas:

I – Até vinte minutos para apresentação oral pelo orientando;

II – Até quinze minutos para cada membro da banca examinadora proceder a arguições e comentários que julgar pertinentes;

III – Até quinze minutos para posteriores respostas do orientando.

§ 1º Em caso de impossibilidade da realização de apresentação presencial, a apresentação do TCC poderá ocorrer virtualmente em plataformas digitais.

§ 2º O público presente em ambiente presencial ou virtual não poderá se manifestar durante a apresentação do TCC pelo orientando.

Art. 22. Em caso de impedimento ou falta devidamente justificada do orientando na data e horário marcado para apresentação do TCC, o presidente da banca examinadora informará o fato à Coordenação do TCC, que marcará nova data para a apresentação.

Art. 23. Em caso de ocorrências excepcionais durante a apresentação, o presidente da banca examinadora informará os fatos à Coordenação do TCC, que providenciará a marcação de nova data para apresentação.

Art. 24. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II é de responsabilidade dos membros da banca examinadora, que levarão em consideração a parte escrita do TCC e a apresentação oral.

Art. 25. Na avaliação da escrita do TCC, os membros da banca examinadora deverão levar em conta os seguintes aspectos:

- I - Qualidade da apresentação gráfica, redação e correção;
- II - Resumo com as informações necessárias e adequadas;
- III - Delimitação do tema, formulação do problema, hipótese ou suposição e objetivos claramente definidos;
- IV - Fundamentação teórica adequada;
- V - Citações diretas e indiretas arroladas com a devida autoria, no formato adequado e corretamente referenciado;
- VI - Metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;
- VII - Discussão e análise fundamentada na teoria de base e coerente com os objetivos propostos;
- VIII – Considerações finais estabelecidas de forma clara e coerente com a proposição, os resultados obtidos e a discussão realizada;
- IX - Bibliografia em formato adequado e coerente;
- X - Capacidade de síntese;
- XI - Apresentação clara e consistente, com uso adequado do tempo disponível;
- XII - Respostas adequadas às arguições da banca examinadora.

Art. 26. Na parte relativa à defesa/apresentação oral do TCC, os seguintes critérios deverão ser observados pelos membros da banca examinadora:

- I – Domínio da linguagem e conteúdo;
- II – Aspectos metodológicos;
- III – Originalidade e senso crítico;
- IV – Adequação dos objetivos, resultados e conclusão;
- V – Adequação do material audiovisual;
- VI – Adequação ao tempo de apresentação.

Art. 27. Compete à banca examinadora, ao final da apresentação do TCC e após reunião entre os componentes, emitir parecer geral de aprovação ou reprovação do TCC.

Art. 28. O orientador presidirá a banca examinadora na sessão de apresentação do TCC, após a qual consolidará as avaliações emitidas pelos membros, redigirá a ata, providenciará a assinatura de todos os componentes, fará a leitura da ata para dar conhecimento do resultado e entregará as vias do documento à Coordenação de TCC.

Art. 29. A nota final da apresentação do TCC será o resultado da média aritmética das notas dos membros da banca examinadora, sendo aprovado o orientando que obtiver a média aritmética de, no mínimo, sete pontos inteiros.

Art. 30. Será reprovado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, o orientando que não apresentar o TCC, por motivo não justificado, no prazo estabelecido, apresentar trabalho que a banca examinadora julgue impróprio para apresentação ou não obtiver a nota mínima de sete pontos inteiros.

Art. 31. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso III ocorrerá no último semestre do curso e será realizada pelo orientador, levando-se em conta a revisão/correção, submissão para publicação e entrega da versão final do TCC à Coordenação de TCC.

Art. 32. Após a revisão/correção e submissão do trabalho para publicação com o orientador, o orientando deverá entregar uma cópia da versão final do TCC em arquivo eletrônico ao orientador, que cadastrará na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso III para fins de arquivo em banco de dados.

Parágrafo único. A revisão/correção da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso é de responsabilidade do orientando.

Art. 33. Em caso de plágio, devidamente comprovado, em qualquer etapa dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II ou Trabalho de Conclusão de Curso III, o orientando será reprovado.

Art. 34. A nota mínima para aprovação nos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II e Trabalho de Conclusão de Curso III é de 7 (sete) pontos inteiros.

Art. 35. Em se considerando a natureza do Trabalho de Conclusão de Curso, o orientando que for reprovado em qualquer um dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II ou Trabalho de Conclusão de Curso III, seja qual for o motivo da reprovação em prazo regular, não terá o direito de realizar exame final.

Art. 36. O aluno reprovado em qualquer um dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II ou Trabalho de Conclusão de Curso III poderá matricular-se novamente no semestre subsequente no componente curricular em que foi reprovado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Este regulamento se aplica aos alunos do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, ofertado pelo Parfor/UFPI nos municípios de Batalha, Castelo do Piauí, Miguel Alves e Pedro II.

Art. 38. Os casos não previstos neste Regulamento serão analisados e resolvidos pela Coordenação de TCC, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante – NDE e o Colegiado do Curso, no que couber a cada uma das partes.

ANEXO II

Regulamento Estágio Supervisionado Obrigatório

(com base nos critérios exigidos pelo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação aprovado em outubro de 2017)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos de Licenciatura da UFPI, na modalidade presencial e a distância é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua portuguesa da UFPI observará os seguintes princípios:

- I. Unidade entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias entre essas dimensões;
- II. Parceria entre a universidade e as instituições co-formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio;
- III. Concretização de experiências de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação;
- IV. Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da educação básica.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua portuguesa da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

- I. Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídas no processo do curso;
- II. Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área específica de seu estágio;
- III. Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção no contexto da educação básica.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

- I. Proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
- II. Dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;
- III. Existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único. O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 5º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua portuguesa envolve:

- I. Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- II. Coordenação de Estágio Supervisionado;
- III. Professor Orientador de Estágio;
- IV. Supervisor de campo;
- V. Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG

Art. 6º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na UFPI;
- b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios obrigatórios;
- c) Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado obrigatório, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos cursos de Licenciatura:

- I. Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- II. Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- III. Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- IV. Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- V. Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- VI. Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- VII. Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- VIII. Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- IX. Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 7º- O Professor Orientador do Estágio Curricular é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- b) Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso, a programação semestral de estágios;
- c) Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de ensino e nos relatórios de estágio;
- d) Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- e) Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- f) Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade.

IV - SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 8º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar os estagiários;
- b) Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 9º São atribuições do estudante estagiário:

- a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- c) Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- d) Apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- e) Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 10 O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores. De preferência, o estágio deverá ser realizado na escola onde o aluno do Parfor já ministra aulas.

Parágrafo único: A carga horária do estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será distribuída em 3 (três) estágios com carga horária de 135 (cento e trinta e cinco) horas, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- b) Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula;
- c) Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- d) Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A Coordenação de Estágio dos cursos, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 12 A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art.13 Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- I. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
- II. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- III. Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 14 Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 50% (cinquenta por cento) horas do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório das Licenciaturas, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à Assembleia Departamental responsável pelo estágio.

ESTRÁTEGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSOS DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 15 Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em Letras –Língua Portuguesa e Literaturas de Língua portuguesa deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, afim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Letras Português e Literaturas de Língua portuguesa e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ